

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

KATIÚSCIA RIBEIRO DE ALMEIDA SOARES

**Trabalho e subjetividade:**  
uma análise da aposentadoria na velhice

GOIÂNIA  
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFMG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFMG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

#### 2. Nome completo do autor

Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares

#### 3. Título do trabalho

Trabalho e Subjetividade: uma análise da aposentadoria na velhice

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 29/10/2021, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katiuscia Ribeiro de Almeida Soares, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2272499** e o código CRC **FF2DFE34**.

KATIÚSCIA RIBEIRO DE ALMEIDA SOARES

**Trabalho e subjetividade:**  
uma análise da aposentadoria na velhice

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de pesquisa: Processos Psicossociais e Educacionais

Orientador: Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva

GOIÂNIA  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Soares, Katiúscia Ribeiro de Almeida  
Trabalho e Subjetividade: uma análise da aposentadoria na  
velhice. [manuscrito] / Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares. - 2024.  
13, 148 f.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia, Goiânia, 2024.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista de tabelas.

1. trabalho . 2. subjetividade. 3. aposentadoria. 4. velho. I. Silva,  
Hugo Leonardo Fonseca da, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Aos 22 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte (22/06/2020), às 18h, reuniram-se através de Plataforma virtual os componentes da Banca Examinadora: Hugo Leonardo Fonseca da Silva, doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Maria Lúcia Lopes da Silva, doutora em Política Social pela Universidade de Brasília e Fernando Lacerda Júnior, doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a presidência do primeiro, e em sessão pública em sessão realizada através de plataforma virtual segundo a Instrução Normativa PRPG/UFMG 001, de 27 de março de 2020, procederem à defesa da dissertação intitulada: "Trabalho e Subjetividade: uma análise da aposentadoria na velhice", em nível de Mestrado, área de concentração em **Psicologia**, de autoria de Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares, discente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Hugo Fernando Fonseca da Silva, que fez a apresentação formal dos membros da Banca e deu-se início à apreciação e avaliação do texto. A Banca Examinadora, após a apreciação e avaliação do texto apresentado, decidiu considerá-la **APROVADA**. Os trabalhos foram concluídos e eu, Priscilla Melo Ribeiro de Lima, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFMG, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora. Goiânia, aos 22 dias do mês de junho de 2020.

Banca Examinadora:

**Presidente e membro titular 1/ Departamento e instituição:**

Prof. Dr. Hugo Leonardo FONSECA da Silva / PPGP-UFMG

**Membro titular 02/ Departamento e instituição:**

Profa. Dra. Maria Lúcia Lopes da Silva / PPGPS/UNB

**Membro titular 03/ Departamento e instituição:**

Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior / PPGP-UFMG

Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima/ **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FE/UFMG**

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Leonardo Fonseca Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 22/06/2020, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Lopes da Silva, Usuário Externo**, em 22/06/2020, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 08/02/2021, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 11/02/2021, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1389324** e o código CRC **A732AA9A**.

Referência: Processo nº 23070.007171/2020-93

SEI nº 1389324

## Agradecimentos

Meu sentimento de gratidão a todas as pessoas que fizeram parte deste momento de minha existência. Foi um tempo de desafio, permeado de sofrimentos frente às limitações impostas ao lugar que ocupo no mundo— trabalhadora, mulher, mãe e estudante (entre outros). Não foi uma tarefa fácil. Nesse sentido, as páginas que se seguem, as elaborações e análises foram regadas de muito labor.

No respeito a todos os credos e religiões, agradeço inicialmente a Deus por seu amor infinito que preenche minha existência, em uma relação que transcende explicações materiais e científicas. Orgulho dessa relação que é pessoal e intransponível.

Ao meu amado esposo Néri Emilio Soares Junior, pelo amor, companheirismo e apoio em todos os momentos desse percurso acadêmico. Você é minha inspiração! Obrigada por trazer a esse momento leveza, pelo cuidado e preocupações para comigo! Amo você e a vida que compartilhamos juntos!

Ao meu amado filho Lucas Sávio. A experiência mais profunda de minha existência foi gerar a sua vida. Meu amor por você é incondicional. Seu sorriso e carinho diário são transformados em força para existir e sobreviver. Mamãe te ama!

Ao meu querido professor e orientador, Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva, que se dispôs, com toda dedicação e afinco, percorrer esse caminho ao meu lado. Obrigada por todo o conhecimento compartilhado e por ser exemplo de humanidade! Sua pessoa me incentiva a querer e buscar aprender cada dia mais e a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Minha gratidão e admiração!

Ao Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior, que contribuiu significativamente na construção deste trabalho, pelas pontuações feitas na qualificação e por meio das inúmeras disciplinas ofertadas no curso de graduação e pós-graduação. Tens minha admiração, sobretudo pela pessoa que você é, que se coloca sempre no embate, lutando em favor das minorias marginalizadas de nosso país. Muito obrigada!

À Profa. Dra. Priscilla Mello Ribeiro de Lima, que ajudou na construção e no delineamento do objeto de investigação e pela professora dedicada, presente e amiga. Obrigada!

Agradeço à Profa. Dra. Maria Lúcia Lopes da Silva, que se dispôs prontamente a realizar a leitura deste estudo, pelo diálogo e contribuições.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, meus agradecimentos.

À minha amiga, parceira, Alline, uma companheira que atravessou essa jornada ao meu lado. Sem nosso trabalho coletivo, este estudo não seria possível. Obrigada por completar minha deficiência empírica, pelas sugestões e debates! Essa jornada foi um pouco mais leve pelo afeto e sofrimento compartilhado com você. Tens meu respeito, amizade, admiração, já era mestre antes de ser!

Aos meus pais, Rosalmiro e Maria Sônia, pelo amor, cuidado, apoio incondicional, por me incentivarem e estarem sempre ao meu lado. Essa conquista também é de vocês!

À minha Tia Iara, pelo amor, incentivo, apoio e cuidado sempre presente. Minhas conquistas também são suas.

Aos meus irmãos Alex e Priscylla por todo amor e parceria. Vocês são os melhores irmãos do mundo!

A todos os meus familiares, eu amo pertencer a essa grande família.

Aos amigos e colegas do curso de Pós-Graduação em Psicologia, pelas inúmeras e incansáveis discussões, que produziram bons frutos em todo o meu processo formativo. Destaco as amigas Jéssica, Cristiane, Ana Cláudia e Francielle e Kaline.

Às minhas amadas amigas sempre presentes, da psicologia para a vida, Débora, Jade e Raíssa. Vocês têm todo meu amor e afeto!

Meu agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás pela bolsa concedida.

## Sumário

<b>Lista de Tabelas</b>	<b>x</b>
<b>Lista de Quadros</b>	<b>xi</b>
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b>	<b>xii</b>
<b>Resumo</b>	<b>xiii</b>
<b>Abstract</b>	<b>xiv</b>
<b>Introdução</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1 – Ponto de Partida: O Estado das Produções sobre as Relações Entre Trabalho, Subjetividade, Aposentadoria e Velhice, e os Caminhos Percorridos na Investigação</b>	<b>21</b>
<b>1.1 O Processo de Construção do Estado do Conhecimento</b>	<b>22</b>
1.1.1 Ano de publicação.	26
1.1.2 Modalidade de estudo.	27
1.1.3 Temática de Estudo.	28
<i>1.1.3.1 Subcategoria: Trabalho e Psicologia.</i>	29
<i>1.1.3.2 Subcategoria: Trabalho e Subjetividade.</i>	32
<i>1.1.3.3 Subcategoria: Trabalho, Subjetividade, Velhice e Aposentadoria.</i>	36
<b>1.2 O Estado Atual do Debate: Trabalho, Subjetividade, Aposentadoria e Velhice</b>	<b>41</b>
<b>1.3 As Bases Teóricas da Investigação: Método Delineamento Teórico</b>	<b>43</b>
1.3.1 Demarcações teóricas estruturais da investigação.	45
1.3.2 O método que fundamenta todo o processo da pesquisa: Materialismo Histórico-Dialético.	46
1.3.3 A Psicologia Histórico-Cultural e a Psicologia Social do Trabalho: eixos balizadores das análises.	47
<b>1.4. O delineamento metodológico da investigação</b>	<b>53</b>
<b>Capítulo 2 – A Velhice e a Aposentadoria no Brasil</b>	<b>59</b>
<b>2.1 A velhice sob a ótica da Psicologia Histórico-cultural</b>	<b>64</b>
<b>2.2 O panorama histórico da aposentadoria no Brasil</b>	<b>76</b>
<b>Capítulo 3 – Trabalho e Subjetividade: Fundamentos para a Reflexão da Experiência da Aposentadoria na Velhice</b>	<b>84</b>
<b>3.1 O Trabalho: de Seu Sentido Ontológico à Atividade Central da Vida dos Sujeitos</b>	<b>86</b>

<b>3.2 Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e a Configuração Social do Trabalho no Brasil</b>	<b>93</b>
<b>3.3 Tempos de Trabalho e Tempos de Não Trabalho</b>	<b>107</b>
<b>3.4 As Implicações da Organização da Vida Societal na Configuração e Produção da Subjetividade</b>	<b>111</b>
<b>3.5 Os Sentidos e Significados da Experiência da Aposentadoria na Velhice</b>	<b>119</b>
<b>Considerações finais</b>	<b>130</b>
<b>Referências</b>	<b>135</b>
<b>Anexo A – Termo de Anuência</b>	<b>143</b>
<b>Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>	<b>144</b>
<b>Apêndice B – Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas</b>	<b>147</b>

## Lista de Tabelas

TABELA 1 – Pesquisa de artigos por palavra-chave: 1995-2018	23
TABELA 2 – Pesquisa de teses e dissertações por palavra-chave: 1995-2018 (busca inicial)	24
TABELA 3 – Pesquisa de teses e dissertações por palavra-chave: 1995-2018 (seleção de amostra)	25
TABELA 4 – Ano de Publicação	26
TABELA 5 – Modalidade de Estudo	27
TABELA 6 – Temática de Estudo	28

**Lista de Quadros**

QUADRO 1 – Perfil sócioeconômico dos aposentados entrevistados	55
--	----

## Lista de Abreviaturas e Siglas

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIREME	Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP-UFG	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FENPB	Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP/USP	Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Lilacs	Literatura Latino-Americana e do Caribe
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
Pepsic	Periódicos Eletrônicos em Psicologia
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
SciELO	Scientific Electronic Library Online
Semas	Secretaria Municipal de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UFG	Universidade Federal de Goiás
ULAPSI	União Latino-Americana de Entidades de Psicologia

## Resumo

A investigação tem como premissa fundamental a concepção de trabalho enquanto categoria ontológica e histórica. Partiu-se dessa concepção para a compreensão da particularidade da aposentadoria para sujeitos velhos no atual contexto de sociabilidade do capital, marcada pela crise em sua base estrutural e pela consolidação das políticas de cunho neoliberais. Esses demarcadores afetam, substancialmente, todas as esferas da vida dos trabalhadores, tanto no que se refere aos aspectos sociais quanto aos subjetivos. O estudo teve como objetivo identificar, analisar e compreender os sentidos que velhos trabalhadores aposentados dão aos significados sociais presentes nas relações entre trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice na contemporaneidade. A pesquisa é do tipo básica de caráter qualitativo. Fundamenta-se no método Materialismo Histórico Dialético. Foram meio de geração de informações e evidências, fontes e depoimentos coletados através do diário de campo e de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com seis participantes, três sujeitos do sexo masculino e três do sexo feminino, com 64 a 85 anos de idade, aposentados após uma longa vida economicamente ativa no mundo do trabalho. Procedeu-se com a triangulação das informações e fontes. Objetiva-se apreender o objeto de investigação, levando em consideração seu movimento real, marcado pela contradição e localizado no interior de uma totalidade histórica, caracterizada pela crise do capital. Para isso, estabelece-se diálogo com autores que se aproximam desse referencial teórico-metodológico no campo da Ciências Sociais, da Psicologia Social do Trabalho, da Psicologia Histórico-cultural e do Serviço Social. Os resultados da investigação são que o fenômeno da aposentadoria na velhice é concebido como o lugar do ócio, de não ter nada para fazer, da improdutividade e incapacidade, em que se estabelece uma associação com a chegada da morte. A aposentadoria na velhice é também sentida como liberdade e realização pessoal. Destaca-se que ela é perpassada pela negação da velhice, e que as formas de trabalho exercidas ao longo da vida, de como ele é experienciado pelos sujeitos, reverberam na vivência da aposentadoria na velhice.

**Palavras-chave:** Trabalho; Subjetividade; Aposentados; Velho

## Abstract

The research has as its fundamental premise the work conception of as an ontological and historical category. The starting point was this conception to understand the particularity of retirement for elderly individuals in the current context of capital security, marked by the crisis in its structural base and by the revision of neoliberal policies. These markers affected, substantially, all spheres of workers' lives, both with respect to social and subjective aspects. The study aimed to identify, analyze and understand the meanings that retired workers receive the social benefits present in the relationships between work, subjectivity, retirement and old age in contemporary times. A survey is of the basic type of qualitative character. It is based on the Historical Dialectical Materialism method. Information and evidence, sources and testimonies were collected through the field diary and semi-structured interviews. As the time the interviews were carried out with six participants, three males and three females, aged 64 to 85 years old, retired after a long economically active life in the world of work. Proceed with a triangulation of information and sources. Objective-to apprehend or object of investigation, taking into account its real movement, marked by contradiction and located within a historical historical, characterized by the capital crisis. To do this, establish a dialogue with authors who approach this theoretical-methodological framework in the field of Social Sciences, Social Psychology at Work, Historical-Cultural Psychology and Social Work. The results of the investigation are that either the phenomenon of retirement in old age is conceived as the place of leisure, of having nothing to do, of unproductivity and disability, in which an association was established with the arrival of death. Old age retirement is also sent as freedom and personal fulfillment. It is noteworthy that it is permeated by the denial of old age, and that the forms of work exercised throughout life, as it is experienced by the subjects, reverberate in the experience of old age retirement.

**Keywords:** Work; Subjectivity; Retired People; Elderly

## Introdução

Esta pesquisa de Mestrado está vinculada à linha de pesquisa Processos Psicossociais e Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGP-UFG). A investigação tem como prerrogativa fundamental a identificação, compreensão e explicação dos sentidos e significados dados por velhos aposentados sobre a aposentadoria no contexto das relações entre trabalho e subjetividade na ambiência histórica do capitalismo contemporâneo.

Deve-se observar que as inúmeras mudanças nas bases estruturais do Estado produzem desdobramentos sobre as políticas de proteção social. Entre essas mudanças nas bases estruturais estão as reformas neoliberais presentes a partir do governo de Fernando Collor, que se mantiveram e se consolidaram nas propostas das reformas dos governos subsequentes (previdência, tributária, bancária etc.). Além disso, as reformas propostas no campo da previdência social tendem a se desdobrar em importantes mudanças sociais e nas vidas singulares de trabalhadores que vendem a sua força de trabalho com o objetivo de manutenção de sua própria existência. Ademais, possivelmente, precarizam e eliminam direitos dos trabalhadores adquiridos ao longo da história. Outro fator relevante é que o aumento da idade mínima para aposentadoria, elemento central de todas as propostas de reformas previdenciárias, necessariamente produzirá uma ampliação da vida laboral. Por conseguinte, surgirão questionamentos acerca da velhice como categoria socialmente construída que apresenta como um de seus marcos a aposentadoria (Bernardo, 2017; Haddad, 2017a; Teixeira, 2017).

A aposentadoria é um fenômeno contemporâneo caracterizado como o desligamento das atividades de trabalho formal, tendo sua incidência maior na velhice, que é uma fase do desenvolvimento humano social e historicamente produzida (Reis & Facci, 2017). Desse modo, essas duas categorias da realidade social estão intrinsecamente relacionadas. Com a finalidade de apreender os sentidos e significados provenientes da aposentadoria para sujeitos velhos, busca-se, por meio desta pesquisa empírica, desvelar para além do que está posto, a essência desse fenômeno que é perpassado por inúmeras mediações. Parte-se, assim, da compreensão do trabalho em seu sentido ontológico, isso é, enquanto elemento constitutivo da formação do ser social numa perspectiva histórica (Lukács, 2013). Esse mesmo trabalho, sendo pressuposto e resultado da história, tem seus sentidos e significados modificados na atual sociedade de hegemonia capitalista, pois ele se expressa através da mercadoria, que contém em si todo o funcionamento da sociedade (Marx, 2018). Portanto, apesar de seu

potencial primeiro de promover a liberdade do homem, o trabalho se torna grilhão. Assim, esta pesquisa busca investigar o não trabalho – aposentadoria – na velhice, numa sociedade cuja centralidade da vida é o trabalho marcado pela exploração e expropriação de energia humana.

O estudo, ao tomar como objeto a aposentadoria na velhice, tem como marco histórico-social para discussão o recente processo de reestruturação produtiva. A partir de 1970, o sistema capitalista vivencia uma crise de caráter estrutural (Meszáros, 2002), em razão de seu caráter global, permanente, rastejante e endêmico, que produz transformações profundas em suas bases de sustentação. Os desdobramentos dessa crise afetam a objetividade e a subjetividade do conjunto da classe trabalhadora, com reflexos importantes sobre aquelas frações e parcelas de trabalhadores e trabalhadoras que já se aposentaram.

Tem-se como expressão fenomênica a crise do Taylorismo e do Fordismo, sendo que as principais características da crise estrutural do capital são a queda da taxa de lucro, com a incapacidade de realização do circuito das mercadorias, a retração de consumo, hipertrofia da esfera financeira, crise do “Estado de bem-estar social” e aumento das privatizações (Antunes, 2010). As forças sociais do capital respondem aos movimentos de declínio, buscando recompor suas taxas de acumulação e seus processos de expansão em nível global. Esse quadro promove mudanças nas formas sociais e técnicas de produção, envolvendo desenvolvimento, inversão científica e tecnológica na base técnica (Alves, 2012).

Além da instauração de novos meios de organizar e administrar o trabalho e a produção, há a implementação e o desenvolvimento das políticas neoliberais, impactando subjetivamente a vida das pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho (Alves, 2012). Nesse contexto, processa-se a formação de um novo tipo humano que atenda às necessidades da nova ordem burguesa, fundamentalmente porque o trabalho tem um papel central na vida dos indivíduos, tanto em seu sentido histórico-estrutural, quanto no do desenvolvimento da atividade laboral que permeia toda a vida humana.

Nessa ambiência histórica, o “não trabalho” laboral-formal, marcado pela aposentadoria, fenômeno que ocorre de forma predominante na fase da velhice, carece de investigações. A aposentadoria, que é uma categoria da realidade social que se configura e reconfigura de diferentes modos ao longo da história, tem sido objeto de inúmeras preocupações na atualidade, sobretudo no que diz respeito aos fatores que estão vinculados ao aumento dessa população (velhos aposentados). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a), o número de pessoas com mais de 60 anos deve chegar a ser 25,5% da população brasileira até 2060, o que equivaleria a 58,2 milhões de idosos. Tal

fato leva a inúmeras preocupações sociais, principalmente em razão de que esse aumento significa também a diminuição da população em idade ativa.

As problematizações aqui expostas têm estreita relação com o meu percurso acadêmico e laboral. Ainda em minha formação inicial (graduação), participei de grupos de estudos sobre a velhice e fui integrante de um grupo de pesquisa e extensão a respeito do mesmo tema, o que deu sustentação para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação. Naquela ocasião, estudei teoricamente a aposentadoria na velhice, utilizando como arcabouço a psicanálise.

Outro aspecto relevante foi minha participação em cursos e seminários acerca da categoria trabalho, nos quais tive contato com a Psicologia Social do Trabalho Crítica, além de outras correntes que estudam o trabalho no campo da Psicologia. Houve ainda uma contribuição das disciplinas da graduação cursadas, que proporcionaram um olhar investigativo no que se refere às categorias da realidade social, com a finalidade de que os estudantes pudessem desenvolver um olhar crítico e histórico dos fenômenos psicossociais que se apresentam, mormente, na contemporaneidade.

Ainda durante a graduação, desenvolvi atividades laborais na Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Goiânia, onde devido à sobrecarga a qual fui exposta no ambiente laboral, desenvolvi uma série de psicopatologias vinculadas a essa atividade. Essa experiência foi essencial para desenvolver o “olhar curioso” sobre os desdobramentos subjetivos mediados pelo tipo de trabalho realizado.

Ao retomar questões relativas à minha trajetória profissional, acadêmica e intelectual, destaco a necessidade da superação sempre presente frente à materialidade da vida, em que me foi necessário travar inúmeras lutas cotidianas para que a academia fosse uma possibilidade legítima. Desse modo, adentrar esses espaços de hegemonia branca, enquanto negra proveniente de escola pública, de uma família de trabalhadores pobres, é o desafio diário da minha existência. Sendo assim, eu tenho traçado ativamente uma história de vida repleta de desafios, acessando lugares que achava que seria impossível adentrar. E sigo lutando por condições de vida mais justas e igualitárias, na busca de uma sociedade emancipada.

A investigação realizada tem um importante potencial psicossocial e acadêmico. Isso porque pode permitir uma aproximação com as vivências subjetivas dos sujeitos (trabalhadores/as velhos/as) com os universos do trabalho e do não trabalho, vivenciado na condição de aposentadoria, com o objetivo de apreender os desdobramentos desses processos em suas vidas singulares e nas condições sociais em que vivem. Nesse sentido, esse estudo

procura promover reflexões acerca das relações entre trabalho, subjetividade, velhice e aposentadoria, tanto no campo dos constructos teóricos dessas categorias no espaço da ciência psicológica, quanto no contexto da prática social. Assim, poderia contribuir para a construção de futuras intervenções no campo da psicologia, sejam elas no campo de atuação clínica ou na área psicossocial, possibilitando promover a construção de novos caminhos para a prática da pesquisadora. A investigação também buscou identificar potencialidades de transformação da sociedade em que vivemos, permeada pelo olhar de uma práxis revolucionária, na luta por uma sociedade emancipada, em que os sujeitos possam viver uma subjetividade rica e consciente (Duarte, 2013). O objeto e o problema de investigação foram sendo construídos ao longo de todo o percurso investigativo, tendo como mediação a especificidade do trabalho, que tem na aposentadoria uma nova configuração social e subjetiva, em conjunto com a demarcação histórico-social e da velhice em um contexto demarcado pela crise do capital.

O trabalho marca toda a vida de homens e mulheres e define, muitas vezes, as formas pelas quais os sujeitos se colocam no mundo, o lugar que ocupam, as relações sociais que travam, suas identidades e até personalidades. A ruptura que a aposentadoria acarreta com o tipo de trabalho que é predominantemente o trabalho assalariado e explorado produz transformações profundas na vida dos sujeitos. Nesse viés, o presente estudo visou compreender as relações entre trabalho e subjetividade, focalizando nos sentidos e significados da aposentadoria para velhos aposentados. Como forma de interrogar o objeto de investigação e com a finalidade de saturá-lo de determinações, levantamos os seguintes questionamentos: De que modo os trabalhadores velhos aposentados dão sentido aos significados sociais e subjetivos da aposentadoria? Como esse processo implica em nossas vidas subjetivas? De que maneira os sujeitos lidam com o afastamento do mundo do trabalho em conjunto com a velhice?

Nesse movimento, ao localizar o problema no interior de uma totalidade histórica, esta pesquisa de mestrado teve como objetivo geral identificar, analisar e compreender os sentidos que velhos trabalhadores aposentados dão aos significados sociais presentes nas relações entre trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice na contemporaneidade. Esses aposentados são os atendidos pelo Departamento de Atendimento ao Idoso da Secretaria Municipal de Assistência Social de Goiânia-Goiás.

Para atingir tal objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos secundários: a) compreender como se configurou historicamente o fenômeno da aposentadoria no Brasil, seus desdobramentos histórico-sociais e políticos; b) identificar como se constitui a relação entre aposentadoria e velhice; c) investigar e estudar acerca das relações entre subjetividade e

trabalho no contexto do capitalismo; d) sistematizar e analisar os sentidos e significados da aposentadoria.

O estudo se caracteriza por ser uma pesquisa básica com recorte empírico, do tipo qualitativa, que utilizou como instrumento de coleta de informações entrevistas semiestruturadas e diário de campo. O método de investigação é o Materialismo Histórico-Dialético, que está fundamentado nos princípios marxianos. É composto por duas vias de análise: a primeira se caracteriza por decompor pela via analítico-abstrativa o novo complexo do ser, para posteriormente, em uma segunda via, retornar ao campo complexo do ser social. Tem-se como finalidade a compreensão de sua totalidade real, com o objetivo de desvelar o real. Entende-se que o ser humano, enquanto ser genérico e universal, deve ser compreendido por meio de sua totalidade, levando em consideração aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Os principais princípios analíticos do método são: a totalidade, a historicidade, a mediação e a contradição (Húngaro, 2014; Marx, 2018; Netto, 2011). Desse modo, ao tomar a aposentadoria na velhice como objeto de pesquisa, buscamos compreendê-la à luz de seu movimento concreto, imerso nas contradições de uma totalidade histórica, na busca dos elementos mediadores e dos determinantes históricos, sociais, econômicos e políticos que compõem o fenômeno da aposentadoria na velhice.

A investigação empírica foi realizada com seis sujeitos aposentados que participam do programa “Voz e Violão”, ofertado pelo Departamento de Atendimento ao Idoso da Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Goiânia-Goiás. Segue assim, as formas com que está organizada essa dissertação.

Na busca da compreensão dos fenômenos referentes ao objeto de investigação – os sentidos e significados da aposentadoria na velhice –, esta pesquisa se desenvolveu orientada pela seguinte trajetória.

No capítulo 1, é levantado e discutido o Estado do Conhecimento acerca da produção científica no campo da Psicologia. Com isso, busca-se as formas que têm sido investigadas as relações entre trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice. São identificados os principais referenciais teóricos utilizados, as metodologias empregadas e as pesquisas que têm sido desenvolvidas. Com a finalidade de compreender as formas pelas quais o campo da psicologia vem abordando o fenômeno da subjetividade de trabalhadores aposentados nas condições societárias atuais. Destacam-se, neste capítulo, as bases teóricas que dão sustentação à análise, em conjunto com os objetivos e a metodologia empregada no processo de estudo do objeto.

O Capítulo 2 traz um debate sobre a constituição histórico-social da velhice e um panorama da constituição da aposentadoria no Brasil. Além disso, trata das relações

entre aposentadoria e velhice. No decorrer de todos os capítulos, se dialogará com as reflexões e análises das informações levantadas em campo.

No capítulo 3, discutem-se a categoria do trabalho e sua relação com a subjetividade. Aborda-se acerca da crise estrutural do sistema capitalista em conjunto com a consolidação das políticas neoliberais. Pontua-se sobre o trabalho e não trabalho na contemporaneidade. Essa conjuntura produz desdobramentos sociais e subjetivos na vida dos trabalhadores. São apontados os sentidos e significados do trabalho e questões relativas à identidade dos sujeitos marcadas pelo tipo de trabalho presente na contemporaneidade, dialogando com análises das informações obtidas por meio da investigação empírica.

## Capítulo I

### **Ponto de Partida: O Estado das Produções sobre as Relações Entre Trabalho, Subjetividade, Aposentadoria e Velhice, e os Caminhos Percorridos na Investigação**

No presente capítulo, apresenta-se o Estado do Conhecimento, que busca apreender de que modo tem se configurado o debate científico que investiga as relações entre: trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice na contemporaneidade; categorias centrais para o desenvolvimento da pesquisa. O objetivo deste capítulo é identificar, através de uma revisão de literatura, os principais referenciais teóricos e estudos nacionais com a finalidade de analisar de quais formas tem sido discutida a temática em questão no campo da ciência psicológica. Posteriormente, pontuam-se os elementos que compuseram todo o processo investigativo, os principais referenciais metodológicos e teóricos que deram sustentação à análise, além de caracterizar o objeto de estudo, o lócus da pesquisa, os sujeitos participantes, os procedimentos adotados para a coleta e análise das informações.

No processo de investigação, delinear o estado do conhecimento é de grande relevância para a construção do desenho da pesquisa, pois ele fornece uma descrição acerca da produção científica sobre o objeto investigado. Isso com a finalidade de apresentar e discutir a produção científica em determinado campo do conhecimento, fornecendo ao pesquisador subsídios para um melhor delineamento da pesquisa, identificação e definição das categorias centrais da abordagem teórico-metodológica. (Nóbrega-Therrien & Therrien, 2004).

O estado do conhecimento se caracteriza pela elaboração de uma descrição e análise acerca das produções acadêmicas vinculadas às temáticas de pesquisa e pode ser um instrumento essencial para que o pesquisador possa ter acesso às produções: artigos, dissertações e teses, publicados durante um período determinado de tempo. Ele pode instrumentalizar o pesquisador para um melhor delineamento da construção do objeto e temática de pesquisa (Nóbrega-Therrien & Therrien, 2004).

Desse modo, a construção da análise versa pelas seguintes etapas: a escolha dos termos- ou palavras-chave- que esclarecem de que forma os conceitos serão investigados na pesquisa (Marconi & Lakatos, 2003); determinação acerca do local em que se buscou os dados do estudo (fonte); delineamento das categorias para sistematização das pesquisas encontradas; busca por publicações organizando dentro das categorias anteriormente levantadas; realização da análise da literatura encontrada e selecionada.

## 1.1 O Processo de Construção do Estado do Conhecimento

Para a busca do material para análise, foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: *trabalho*, *subjetividade*, *psicologia*, *aposentadoria* e *velhice*; em diferentes combinações. Uma das fontes para obtenção dos estudos foram a Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), que é uma fonte da Biblioteca Virtual em Saúde – fruto de uma parceria entre a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI), o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), da Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) e do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). O objetivo da Pepsic é contribuir para a divulgação dos conhecimentos psicológicos e científicos produzidos na América Latina (Periódicos Eletrônicos em Psicologia, n.d.).

A outra base de dados utilizada foi a Scielo (Scientific Electronic Library Online), que é composta por uma seleção de periódicos brasileiros. A biblioteca faz parte de um projeto desenvolvido pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e com o BIREME (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação e em Ciências da Saúde). O objetivo do projeto é desenvolver uma metodologia comum que trabalhe, em suas diversas instâncias, a literatura científica em formato eletrônico (Scientific Electronic Library Online, n.d.).

Na busca pelas dissertações e teses publicadas nacionalmente, realizamos a busca na BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), que pode ser caracterizada como uma biblioteca digital que disponibiliza de forma pública um catálogo nacional de teses e dissertações em suas versões completa. A BDTD foi desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Está vinculada aos programas das instituições de ensino e pesquisa do Brasil, promovendo a divulgação de teses e dissertações via meio eletrônico, o que aumenta o acesso e a visibilidade das pesquisas produzidas no Brasil (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, n.d.).

O acesso às dissertações e teses também foi realizado por meio do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que disponibiliza os resumos das teses e dissertações apresentadas nos programas de pós-graduação do país desde 1987. Os trabalhos são enviados diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam por todas as informações geradas. Nesse banco de dados, estão disponíveis informações bibliográficas das dissertações de mestrado e das teses de

doutorado defendidas em todo o país (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, n.d.). Devido ao grande número de publicações, houve a necessidade de filtrar as produções por “Áreas de Conhecimento” relacionadas à Psicologia.

Visando a uma seleção mais eficiente dos trabalhos que foram analisados, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: a) publicações realizadas entre 1995 a 2018, pois compreende-se que 1995 é um ano que marca a solidificação das políticas neoliberais por meio da Reforma do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE)<sup>1</sup>, fato histórico de grande relevância para este estudo; b) disponibilidade gratuita e integral no banco de dados; c) publicações em língua portuguesa. Como critério de exclusão, optou-se por excluir publicações: a) duplicadas, ou seja, presentes em mais de uma base de dados; e b) não relacionadas ao objeto de estudo.

Para atingir o objetivo proposto nesta etapa da pesquisa, em um primeiro momento, foram buscados, no banco de dados das plataformas supramencionadas, os seguintes **descritores** e o **operador booleano** (Trabalho AND Subjetividade AND Psicologia). Na segunda busca, foram empregados os seguintes descritores: (Trabalho AND subjetividade AND aposentadoria); na terceira, os descritores: (Trabalho AND Subjetividade AND Velhice). Na última, os seguintes descritores foram usados: (Trabalho AND Subjetividade AND Velhice AND Aposentadoria). A busca por publicações nas bases de dados foi realizada durante os meses de dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019. O total de publicações obtidas após a busca por meio das etapas descritas acima foi de 288 artigos. Foram encontrados os seguintes resultados:

**Tabela 1 – Pesquisa de artigos por palavra-chave: 1995-2018**

Palavras-chave				Pepsic	SCIELO
Trabalho	Subjetividade	Psicologia	-	152	129
Trabalho	Subjetividade	Aposentadoria	-	01	0
Trabalho	Subjetividade	Velhice	-	02	03
Trabalho	Subjetividade	Velhice	Aposentadoria	01	0
				156	132
				Total: 288	

**Fonte: Elaborada pela autora**

<sup>1</sup> A reforma da Mare foi resultado de um projeto de reconstrução do Estado ocorrida na década de 1990, com a finalidade de manter o controle econômico e social (Bresser, 1997). Aborda-se de forma mais detalhada acerca dessa Reforma no capítulo 2 do presente texto.

Ao analisar a Tabela 1, em que se faz o levantamento dos artigos, pode-se verificar que existe um número bastante significativo de produções acadêmico-científicas que envolvem os termos “Trabalho, Subjetividade e Psicologia”, que abrange 97,5% dos artigos encontrados, com um total de 281 artigos. Com os termos “Trabalho, Subjetividade e Velhice”, foram encontrados 05 artigos, que correspondem a 1,7 % dos encontrados. Ao utilizar as palavras-chave “Trabalho, Subjetividade e Aposentadoria”, encontra-se apenas 1 artigo, correspondente a 0,34% das produções. Essa característica da pesquisa nos fez analisar que o uso das palavras-chave Trabalho, Subjetividade e Psicologia ampliou a busca para as mais diversas áreas do campo da Psicologia, o que proporcionou um olhar mais amplo das produções nesse campo.

Para busca das teses e dissertações, fez-se uso da mesma ordem e combinação de termos. O quadro a seguir foi obtido:

**Tabela 2 – Pesquisa de teses e dissertações por palavra-chave: 1995-2018 (busca inicial)**

Palavras-chave				BDTD	CAPES
Trabalho	Subjetividade	Psicologia	-	2019	2780
Trabalho	Subjetividade	Aposentadoria	-	53	35
Trabalho	Subjetividade	Velhice	-	68	59
Trabalho	Subjetividade	Velhice	Aposentadoria	08	08
				2148	2882
				Total: 5.030	

**Fonte: Elaborada pela autora**

Ao analisar os dados obtidos na pesquisa, pode-se perceber que, assim como na busca por artigos, os termos em que se obteve o maior número de produções foram “Trabalho, Subjetividade e Psicologia”, com 95,4%, um total de 4.799 trabalhos localizados. Com as palavras-chave “Trabalho, Subjetividade e Velhice”, obtiveram-se 2,5% das produções, com 127 produções. Ao colocar na busca os termos “Trabalho, Subjetividade e Aposentadoria”, estavam disponíveis 88 estudos, que correspondem a 1,7% das pesquisas. Por fim, ao fazer uso das palavras-chave “Trabalho, Subjetividade, Velhice e Aposentadoria”, foram encontrados apenas 16 trabalhos que correspondem a apenas 0,31% dos estudos localizados. Esse quadro demonstra que a pesquisa se ampliou ao inserir os termos “Trabalho, Subjetividade e Psicologia”, pois as plataformas fornecem todas as pesquisas desenvolvidas

que estão diretamente relacionadas ao vasto campo da ciência psicológica, fato esse que propiciou desenvolver um olhar mais global do que vem sendo produzido. Após uma seleção inicial pelos títulos, pôde-se observar que um grande número de pesquisas vinculava-se ao campo da psicologia da saúde, relacionado principalmente com reabilitação cognitiva, saúde mental e geriatria.

Como na busca inicial foi localizado um enorme contingente de produções, houve a necessidade de selecionar uma amostra para a análise. Para a seleção dos artigos das teses e das dissertações, o instrumento de coleta de dados utilizado foi uma ficha para anotação das informações referentes a cada artigo selecionado para composição da amostra. A ficha contém os seguintes itens que foram preenchidos: procedência, periódico, ano de publicação, autores, título, objetivos e tipo de pesquisa (teórica ou empírica).

Para a seleção dos artigos a serem analisados, foi feita a leitura dos títulos dos 288 artigos, sendo excluídos da seleção para análise 204 artigos após essa leitura, 49 pela leitura dos resumos, 02 artigos que estavam duplicados e 01 artigo pelo ano de publicação. Foram descartados 18 artigos que não estavam relacionados ao objetivo deste estudo. Dessa forma, 13 artigos foram incluídos para este estudo. Os trabalhos selecionados não abordam necessariamente as quatro categorias – “trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice” – conjuntamente, mas as investigam de diferentes formas e concepções teóricas.

Para a seleção das teses e dissertações, foram excluídos os trabalhos encontrados por meio das palavras-chave “Trabalho, Subjetividade e Psicologia”, pois o número de publicações encontrado era elevado e tornaria o processo de seleção inviável. Concluiu-se que essa exclusão não traria prejuízos à proposta, que é de desenvolver o Estado do Conhecimento e não uma revisão sistemática de literatura. Assim, para a seleção, foi feita a leitura dos títulos dos 231 trabalhos encontrados, como demonstrado na tabela que segue:

**Tabela 3 – Pesquisa de teses e dissertações por palavra-chave: 1995-2018 (seleção de amostra)**

Palavras-chave				BDTD	CAPES
Trabalho	Subjetividade	Aposentadoria	-	53	35
Trabalho	Subjetividade	Velhice	-	68	59
Trabalho	Subjetividade	Velhice	Aposentadoria	08	08
				129	102
				Total: 231	

**Fonte: Elaborada pela autora**

Foram excluídos da seleção para análise 180 trabalhos pela leitura dos títulos, 20 estudos que estavam duplicados, 08 trabalhos pelo ano de publicação. Também foram descartadas 14 teses e dissertações por não estarem relacionadas ao objetivo deste estudo. Dessa forma, foram selecionados 09 resumos de teses e dissertações para análise. É válido destacar que os trabalhos selecionados não abordam necessariamente, de modo concomitante, as quatro categorias “trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice”. A amostra selecionada para análise é composta por 22 trabalhos, que correspondem à leitura integral de 13 artigos e à leitura do resumo de 09 pesquisas (dissertações e teses).

Para fins analíticos da produção científica selecionada, estabeleceram-se as categorias que demarcaram o exame do material, visando desenvolver análise de caráter qualitativo e quantitativo. As categorias foram: 1) “ano de publicação”; 2) “modalidade do estudo”; 3) “temática do estudo”.

### 1.1.1 Ano de publicação.

A categoria “ano de publicação” se divide em dois períodos: o primeiro corresponde aos anos de 1995-2007 e o segundo, aos anos de 2008-2019, em dois períodos iguais de 12 anos cada. Dos 22 estudos analisados, 04 foram publicados entre 1995 a 2007 (Appel-Silva & Biehl, 2006; Both, 2004; Grisci, 1999; Veronese & Guareshi, 2005), e 18 artigos foram publicados entre 2008 a 2019 (Abs & Monteiro, 2010; Andrade, 2017; Assis, 2016; Boehs, Medina, Bardagi, Luna & Silva, 2017; Chrisostomo, 2009; Lima, 2018; Marra, 2013; Moreira, 2011; Rammingir & Nardi, 2008; Reis, 2011; Ribeiro, Mattos, Antonelli, Canêo & Júnior, 2011; Rosa & De Vilhena, 2016; Sato, 2009, 2013; Schweitzer, Gonçalves, Tolfo & Silva, 2016; Silva, Turra & Chariglione, 2018; Simões, 2008; Soares, 2018). Há a prevalência de pesquisas a partir do segundo período (2008-2019), sendo que o ano em que houve o maior número de artigos foi o de 2011, com 04 trabalhos.

**Tabela 4 – Ano de Publicação**

<b>Anos</b>	<b>1995- 2007</b>	<b>2008-2019</b>
	04	18
	Total: 22	

**Fonte: Elaborada pela autora**

Os artigos analisados demonstraram tendência ao aumento do número de produções na atualidade. Pode-se compreender que esse fenômeno reflete o aumento das preocupações sociais, políticas, econômicas e acadêmicas vinculadas à questão do processo de envelhecimento da sociedade, que caracteriza-se com um problema da realidade. A diminuição da mão de obra ativa produz desdobramentos sociais de grande relevância que impactam a expansão e manutenção das taxas de lucro, fator esse essencial para a manutenção do sistema atual (Teixeira, 2017). Outro fator que se deve levar em consideração é o fato de que o último período é marcado pelo surgimento e solidificação dos periódicos online, o que pode ser também uma explicação para o maior número de estudos no segundo período analisado.

### 1.1.2 Modalidade de estudo.

Na categoria “modalidade de estudo”, que objetivava identificar os estudos que eram de caráter teórico e os que eram de tipologia empírica, foram identificados 08 trabalhos de modalidade teórica (Appel-Silva & Biehl, 2006; Boehs et al, 2017; Rammingir & Nardi, 2008; Ribeiro et al, 2011; Rosa & De Vilhena, 2016; Sato, 2013; Schweitzer et al., 2016; Silva, Turra & Chariglione, 2018). As investigações empíricas encontradas foram 14 (Abs & Monteiro, 2010; Andrade, 2017; Assis, 2016; Both, 2004; Chrisostomo, 2009; Grisci, 1999; Lima, 2018; Marra, 2013; Moreira, 2011; Reis, 2011; Sato, 2009; Simões, 2008; Soares, 2018; Veronese & Guareshi, 2005).

**Tabela 5 – Modalidade de Estudo**

	<b>Teóricos</b>	<b>Empíricos</b>
	08	14
	Total: 22	

**Fonte: Elaborada pela autora**

No que se refere às análises quantitativas da amostra selecionada, em relação à categoria “modalidade de estudo”, houve a prevalência de trabalhos da modalidade empírica na amostra selecionada. Embora mereça maiores considerações e um estudo detalhado que foge ao escopo aqui delineado, essa quantidade elevada de estudos empíricos sobre a temática revela as tentativas do campo de apreender o objeto em sua realidade por meio de um quadro teórico-metodológico mediado pela via dedutiva de proposições teóricas. Isso denota dois

aspectos importantes: o primeiro, a preponderância de investigações que tenham instâncias empíricas que revelem as relações entre trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice, mesmo que essas categorias, em várias pesquisas, não foram realizadas conjuntamente; o segundo, é que o número pequeno de bibliografia que tratam do temas trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice de forma conjunta revela a tendência de que o tema da velhice e da aposentadoria tende a ser analisado sem a mediação do trabalho como determinação importante das condições da aposentadoria na velhice.

### 1.1.3 Temática de Estudo.

No que se refere à categoria “temática de estudo”, buscou-se apreender especificamente de que forma a pesquisa foi desenvolvida pelos autores, pontuando os objetivos, o delineamento teórico-metodológico e os resultados das investigações. Houve uma variedade de temáticas abordadas, possibilitando discriminá-las em diferentes subcategorias: 1-Trabalho e Psicologia; 2- Trabalho e Subjetividade; 3- Trabalho, Subjetividade, Velhice e Aposentadoria.

A primeira subcategoria, “Trabalho e Psicologia”, foi composta por 06 artigos. (Abs & Monteiro, 2010; Boehs et al, 2017; Ribeiro et al, 2011; Sato, 2009, 2013; Veronese & Guareshi, 2005). A segunda, “Trabalho e Subjetividade”, apresenta 07 estudos (Appel-Silva & Biehl, 2006; Assis, 2016; Grisci, 1999; Lima, 2018; Rammingir & Nardi, 2008; Simões, 2008, Soares, 2018). Na subcategoria “Trabalho, Subjetividade, Velhice e Aposentadoria”, foram identificados 09 artigos (Andrade, 2017; Both, 2004; Chrisostomo, 2009; Marra, 2013; Moreira, 2011; Reis, 2011; Rosa & De Vilhena, 2016; Schweitzer et al., 2016; Silva, Turra & Chariglione, 2018).

**Tabela 6 – Temática de Estudo**

<b>Subcategorias</b>				<b>Artigos</b>
Trabalho	Psicologia			06
Trabalho	Subjetividade			07
Trabalho	Subjetividade	Velhice	Aposentadoria	09

---

Total: 22

**Fonte: Elaborada pela autora**

Para análise de cada subcategoria da categoria “temática de estudo”, as pesquisas serão resumidas de forma sistematizada, sendo ressaltados os objetivos do estudo, o desenvolvimento e os resultados alcançados, com a finalidade de pontuar de que forma cada estudo contribuiu ou não para o delineamento do processo investigativo.

#### ***1.1.3.1- Subcategoria: Trabalho e Psicologia.***

Nas produções da subcategoria “Trabalho e Psicologia”, essa temática é abordada através de diversas abordagens teóricas e de diferentes modalidades de pesquisa, sendo composta por 07 estudos. Há dois trabalhos que tratam da atuação da Psicologia nas organizações, apontando caminhos para a atuação do psicólogo frente ao ambiente organizacional. O artigo “Resiliência no Trabalho Contemporâneo: promoção e/ou saúde mental” (Ribeiro et al, 2011) busca resgatar o conceito de resiliência com o objetivo de aplicá-lo empiricamente na realidade organizacional, com fins a reflexão do papel do psicólogo nesse ambiente. É um estudo teórico. Os autores concluíram que a resiliência pode fornecer, no ambiente organizacional, fatores de riscos e de proteção da subjetividade dos indivíduos, podendo ser utilizada como uma ferramenta na realidade das instituições.

O outro artigo, “Práticas da Psicologia Clínica em face do sofrimento causado pelo desemprego contemporâneo” (Abs & Monteiro, 2010), visa à compreensão de como a Psicologia Clínica tem atuado diante do sofrimento psíquico causado pelo desemprego. A pesquisa foi feita na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e teve como sujeitos de pesquisa oito psicólogos que atuam na clínica. Por meio da análise de Conteúdo de Bardin, foram levantadas e estudadas quatro categorias: trabalho, desemprego, intervenções sobre o desemprego na clínica e o lugar da psicologia considerando-se o desemprego, trata-se de uma pesquisa empírica. As conclusões que os autores chegaram é que o trabalho e/ou desemprego é uma temática que se apresenta no consultório, mas que os psicólogos, em suas atuações, oferecem uma escuta (não definem em suas falas do que se trata), alguns relataram que encaminham para outros campos profissionais e outros executam ações da Psicologia do Trabalho, com o objetivo de recolocar os sujeitos no mercado. Os autores apontam que o estudo pode fornecer dados iniciais acerca da presença significativa da temática trabalho na esfera da clínica psicológica e de como os psicólogos trabalham com a temática em suas atuações clínicas.

Ainda dentro dessa subcategoria, há três estudos que refletem o trabalho a partir do olhar da Psicologia Social Crítica. Um dos artigos, intitulado “Possibilidades Solidárias e

Emancipatórias do Trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica”, dos autores Veronese e Guareschi (2005), tem como objetivo a discussão da inserção da Psicologia Social Crítica no campo da Economia Solidária, pois defendem que há, nesse espaço, particularidades que possibilitam o desenvolvimento de formas singulares de trabalho. Os autores utilizam os registros empíricos de uma pesquisa para compreender como o trabalho se manifesta nesse contexto, através das vivências dos trabalhadores associados. A investigação caracteriza-se como um estudo de caso. Eles concluíram que a inserção da Psicologia nesse campo específico – economia solidária – poderá servir de laboratório para a quebra de paradigmas que se expressam, pois tem o poder de contribuir com a formação de novas racionalidades que se opõem àquelas consideradas hegemônicas.

O outro artigo de autoria de Sato (2009), “Trabalho: sofrer? Constituir-se? Resistir?”, tem como objeto de investigação o trabalho e suas vinculações ao sofrimento e com a construção da subjetividade, com fins a analisar como a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras se expressam. Por meio de uma pesquisa etnográfica que teve a duração de oito meses, a autora relata e analisa diferentes situações observadas no cotidiano de trabalho, tendo como lócus de investigação o chão da fábrica de uma indústria de alimentos em São Paulo. A autora, por meio do entendimento de que os processos organizativos cotidianos são compreendidos pela leitura micropolítica, aponta que os trabalhadores buscam evitar o sofrimento no trabalho mediante a resistência. A partir de uma análise psicossocial, a autora busca demonstrar como o sofrimento pode produzir resistência no ambiente laboral.

O artigo “Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado”, também escrito por Sato (2013), tem como finalidade apreender de que forma a psicologia no Brasil tem compreendido os fenômenos ligados ao mundo do trabalho, busca identificar os temas que têm sido objeto de pesquisa e de diferentes práticas. É um artigo teórico, em que a autora desenvolve seu raciocínio, tendo como premissa fundamental a concepção de que há, no Brasil, a presença de diferentes psicologias e trabalhos. A autora estudou três áreas da psicologia e concluiu, a partir de suas análises teóricas, que a Gestão de Recursos Humanos tem respondido às demandas gerenciais e ao desenvolvimento das condições para que faça com que avance cada vez mais as demandas referentes à indústria e à produção. A Psicologia Social do Trabalho, por muito tempo, se ocupou de estudos sobre identidade, subjetividade e relações entre os pares no trabalho e gênero. Por último, a Saúde do Trabalhador se preocupa em desenvolver para políticas públicas de saúde voltadas às necessidades dos trabalhadores. Há de forma global na psicologia uma presença do conhecimento útil, que visa ao desenvolvimento de prática.

O último estudo que trabalha a temática “Trabalho e Psicologia” é o artigo que refere-se a uma revisão de literatura, o trabalho “Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significados do trabalho em estudos nacionais”, que foi escrito por Schweitzer, Gonçalves, Tolfo e Silva (2016). Trata-se de um tipo de pesquisa denominada Estado do Conhecimento, que analisa os fundamentos epistemológicos que dão sustentação às produções empíricas produzidas no Brasil. Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa com a utilização de 25 artigos encontrados nas bases de dados Pepsic e Scielo. Para a análise do material selecionado, os autores utilizaram um quadro em que se registraram as informações relevantes para a investigação.

A partir desses dados catalogados, foram construídas três grandes categorias para análise do material: a primeira se refere às características da produção científica –palavras-chave, ano de publicação, população, método etc.; a segunda categoria, refere-se às perspectivas epistemológicas da Psicologia; a terceira configura-se como uma associação entre as bases epistemológicas da psicologia com os paradigmas sociológicos desenvolvidos por Burrell e Morgan (1979) e aos três eixos propostos por Bendassolli, Borges-Andrade e Malvezzi (2010). Os autores concluíram que há o predomínio de artigos que se fundamentam na abordagem existencialista, histórico-social e da psicodinâmica do trabalho, e que os sentidos e significados do trabalho podem ser apreendidos pelas diferentes áreas do conhecimento, em que uma leitura interdisciplinar dessa categoria conceitual torna-os mais ricos de definições e interpretações. É importante destacar que os autores apontaram que há uma prevalência de estudos através da busca de sentidos do trabalho e menor número ao se buscar artigos pelo termo significados do trabalho. Após a análise, chegaram à conclusão de que os estudos que abordaram os sentidos do trabalho, em sua maioria, empregaram métodos qualitativos e os estudos que abordaram os significados do trabalho têm prevalência de métodos quantitativos.

Em síntese, as pesquisas dessa subcategoria analítica auxiliaram na identificação<sup>2</sup> que os estudos que estão alicerçados na Psicologia Organizacional procuram sempre desenvolver instrumentos que produzam trabalhadores mais adaptados, funcionais e resilientes no ambiente laboral. O estudo que abordou a relação entre a temática emprego/desemprego e a clínica psicológica seguiu, como na vertente da Psicologia Organizacional, a mesma lógica adaptativa. Tinha com finalidade fornecer aos sujeitos apenas uma escuta dos problemas inerentes ao trabalho ou desemprego, como forma de diminuir o sofrimento, visando à

---

<sup>2</sup> Como já mencionado, fez-se uma análise parcial de estudos selecionados de algumas bases de dados com a finalidade de apresentar uma visão do que tem sido produzido no campo da Psicologia.

adequação. Esses estudos, mesmo sendo alicerçados sob outra visão teórico-metodológica (diferente da escolhida na presente pesquisa), contribuíram na construção desta. Isso porque o objetivo é contrapor essa visão adaptativa dos trabalhadores ao mundo do trabalho ou não trabalho, buscando desenvolver um olhar crítico acerca desses fenômenos compreendidos dentro de uma materialidade concreta.

Ainda nessa categoria, os estudos da vertente crítica da Psicologia Social apresentaram modos de formar trabalhadores menos resilientes nos ambientes de trabalho, fazendo uso do sofrimento inerente aos processos de trabalho como forma de produzir resistência de classe. Fornecendo pistas gerais de como a Psicologia ou as diferentes PsicoLOGIAS têm apreendido os fenômenos do campo do trabalho. Esses estudos foram essenciais, pois disponibilizaram alguns conceitos teóricos e referenciais importantes no campo da Psicologia Social do Trabalho que auxiliou no desenvolvimento da fundamentação teórica e metodológica da presente pesquisa. Um dos estudos que é uma revisão bibliográfica pode acrescentar na compreensão de como a categoria sentidos e significados do trabalho tem sido discutida nos vários campos da Psicologia. Categoria essa que é utilizada, na presente dissertação, como forma de abordar o objeto, sendo essencial uma reflexão mais profunda do próprio conceito.

### ***1.1.3.2 Subcategoria: Trabalho e Subjetividade.***

Na segunda subcategoria “Trabalho e Subjetividade”, são 07 estudos. Dois estudos analisam o trabalho a partir do seu contexto histórico e de como suas características afetam a subjetividade. Um desses estudos é o artigo “Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções”, de autoria de (Appel-Silva & Biehl, 2006). O estudo visa desenvolver reflexões sobre como as crenças e concepções em relação ao trabalho flexível, que seria um novo modo de trabalho após a reestruturação produtiva, implica na subjetividade humana. As autoras realizam uma análise teórica e discutem a centralidade do trabalho. Elas defendem que há uma cisão entre as concepções de dever e prazer, repercutindo na subjetividade dos trabalhadores. Essa bibliografia teve como base teórica fundamental autores de delineamento teórico de característica pós-moderna<sup>3</sup>. O segundo estudo, “Subjetividade e trabalho: algumas

---

<sup>3</sup> As concepções pós-modernas são aquelas cujas abordagens apresentam críticas ao pensamento moderno e propõem, de forma geral, uma “desconstrução” de discursos. Têm como primazia a centralidade da linguagem, visto que a mesma passa a ser o objeto de uma teoria do conhecimento, em que ela é apartada das questões de ordem ontológica. Há a defesa de que o discurso e seus elementos são centrais e antecedem até as próprias experiências. Além da prevalência de um neopragmatismo, que denomina-se de “epistemologia da prática”, em que se propõe uma desconexão da prática com as outras categorias da realidade. Essas correntes também diminuem a importância do método científico nos estudos, o reduz apenas ao uso de instrumentos e técnicas de

contribuições conceituais de Michel Foucault”, escrito por (Ramminger e Nardi, 2008), é um trabalho teórico que busca apresentar e discutir o conceito de subjetividade desenvolvido por Michel Foucault. Eles defendem que esse é um conceito essencial para reflexões acerca das separações de ordem tradicional presentes nos campos da ciência psicológica e nos estudos que abordam sobre saúde e trabalho. Os autores concluem que há a indissociabilidade entre os indivíduos e o meio coletivo. A compreensão das categorias da subjetividade e do trabalho apresentadas por Foucault são essenciais para realizar uma leitura da sociedade atual.

O artigo “Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da Psicologia nas organizações”, de Grisci (1999), foi realizado no setor bancário, que tinha como proposta avaliar a saúde dos bancários do Rio Grande do Sul (1997). Aborda a experiência do tempo que pode organizar ou desorganizar as práticas cotidianas. O trabalho é empírico e aponta que o desemprego, a necessidade de um novo tipo de trabalhador e de requalificação, produtos do processo reestruturação produtiva, impactam as subjetividades dos trabalhadores(as) e o modo de experimentar o tempo. A autora aponta que a compreensão dessas nuances pode propiciar novas formas de conceber e aplicar o conhecimento da ciência psicológica nas organizações. A proposta da pesquisa é relacionar a três categorias: trabalho, tempo e subjetividade. Trata-se de um estudo de caso, com 07 participantes, em que se faz uso de entrevistas semidirigidas e grupo focal como metodologia de coleta de material, utilizando-se da análise de conteúdo como instrumento de análise das fontes. Os resultados da pesquisa, segundo a autora, apontam que as mudanças foram abruptas e paradigmáticas, que impactaram diretamente os modos de desenvolver o trabalho. Foram produzidas transformações nos sujeitos e o conhecimento dessas mudanças deve servir para alavancar a psicologia, no sentido de romper com as correntes positivistas presentes nas organizações, com novas propostas que compreendem que o mundo está em constante transformação.

Ainda nessa categoria, tem-se também um estudo que relaciona a subjetividade às doenças vinculadas ao trabalho, que é a dissertação “A constituição do mundo psíquico e as doenças relacionadas ao trabalho” (Simões, 2008), que teve como objetivo compreender a ligação existente entre a constituição do mundo psíquico do indivíduo, que é subjetiva e inconsciente, e a ocorrência da doença relacionada ao trabalho (exercício profissional). Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semidirigidas e individuais com quatro participantes que receberam diagnóstico de doença relacionada ao trabalho. Os resultados da

---

pesquisa, transformando a produção do conhecimento em um saber tecnicista. Tem-se, assim, a retomada de uma visão neoconservadora, sem muitas possibilidades de transformação da realidade vigente. Predomina-se o “neotecnicismo” e o “neopragmatismo”, o que coloca à produção de conhecimento um caráter pragmático, utilitário, rápido e em constante transformação (Gamboa, 2011).

investigação apontaram que as experiências infantis e as relações familiares são determinantes para a constituição do psiquismo humano, interferindo na vivência profissional dos trabalhadores. Concluíram que o adoecimento laboral também está vinculado a outros fatores referentes ao ambiente de trabalho, como sobrecarga e desumanização.

Nessa categoria, há um trabalho que analisa os desdobramentos da aposentadoria na subjetividade, que é a investigação de mestrado “O que é ruim para o aposentado é a falta de reconhecimento do que você foi: as repercussões da aposentadoria na subjetividade de desembargadores inativos” (Soares, 2018). Teve a finalidade de analisar as repercussões da aposentadoria na subjetividade do desembargador inativo. Para atingir o objetivo, foram investigados os sentidos do trabalho e da aposentadoria para desembargadores inativos, na busca de identificar as razões pelas quais esses desembargadores retornaram ou não ao trabalho. O estudo é composto por uma pesquisa bibliográfica e por uma pesquisa empírica, com nove desembargadores aposentados. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas que foram estudadas pela análise crítica do discurso. A investigação concluiu que o trabalho ocupava um lugar central e fundamental na vida dos entrevistados no aspecto da realização pessoal e no direcionamento da rotina. Algumas particularidades do cargo de desembargador faziam com que o vínculo fosse ainda mais forte e complexo entre os participantes da pesquisa e do trabalho. A experiência da aposentadoria causou uma ruptura na constituição da subjetividade dos entrevistados, exigindo novos modos de subjetivação a partir desse novo lugar no mundo. A aposentadoria é compreendida de forma ambivalente como prazer do tempo livre, da liberdade, até sentimentos de inutilidade e isolamento social.

“O trabalho dos analistas judiciários no TRE/MA: análise do impacto do trabalho na subjetividade e nas condições de saúde”, dissertação de Assis (2016), relaciona as consequências do trabalho na subjetividade. A investigação teve como finalidade entender como as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, especialmente no campo do judiciário brasileiro, estão refletindo na organização do trabalho no TRE (Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão), em conjunto com a subjetividade dos analistas judiciários que trabalham no campo administrativo. O estudo é uma pesquisa de caráter qualitativo, pautada no Materialismo Histórico-Dialético. Foram entrevistados 13 analistas administrativos. As entrevistas foram semiestruturadas e analisadas pela Teoria Social do Discurso de Fairclough. Os resultados obtidos foram que há diferença do tipo de trabalho realizado pelos técnicos que promove repercussões na saúde e na subjetividade. Além disso, o

modelo em que o trabalho está organizado gera sofrimento e frustração pela execução de atividades rotineiras com muitas normas.

Como último estudo, tem-se a pesquisa de mestrado intitulada “A dimensão subjetiva do trabalho em redes de cooperação de economia solidária: um estudo de caso”, de Lima (2018). A pesquisa teve como finalidade identificar e analisar como as formas de organização do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária contribuíram para a sustentabilidade econômica dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e para a construção de uma nova Dimensão Subjetiva do Trabalho. O estudo consiste em um estudo de caso, fundamentado pela Psicologia Sócio-Histórica. Ele versa pela análise da caracterização das redes, nas quais são apresentadas a dimensão histórica e organizativa. Foram levantadas categorias de análise por meio dos sentidos e significados revelados pelos trabalhadores. Os resultados da investigação apontam a constituição de uma nova dimensão subjetiva, proveniente do processo de construção de novas formas de produção e gestão do trabalho, que transformaram práticas, hábitos, costumes, crenças e valores.

A partir da análise dos estudos dessa subcategoria, foram identificadas inúmeras contribuições para a constituição de todo o percurso investigativo. Esteve presente, em alguns dos estudos, a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos e da sociedade. A categoria do trabalho foi considerada elemento essencial para análise da subjetividade. Esse apontamento foi importante para fortalecer a concepção da relação fundamental estabelecida entre o trabalho e a subjetividade, elemento norteador de todo o desenvolvimento da pesquisa. Além do que pode-se compreender essa mesma relação por outros olhares epistemológicos, como as concepções de autores pós-modernos. O contato com outras visões nos proporcionou compreender os pontos comuns e as divergências entre as diferentes correntes. Através dessas pesquisas, reflete-se acerca do processo de reestruturação produtiva e os impactos produzidos na subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras, por meio de uma análise de caráter empírico, considerando-se que se analisa a aposentadoria tendo como demarcador histórico esse processo. Também se instiga a refletir acerca do desemprego, e de como ele apresenta alguns pontos semelhantes com o fenômeno investigado, a aposentadoria. Um dos estudos pode fornecer pistas para a compreensão do tempo, uma categoria essencial para pensar o objeto, que está tanto vinculado ao tempo do não trabalho, quanto à temporalidade vivenciada na velhice. Outros estudos apontaram sobre o adoecimento laboral como fruto dos problemas inerentes aos ambientes de trabalho, em que se apresentou a sobrecarga, a exploração e a desumanização dos sujeitos como fatores que produzem e aumentam o adoecimento. O que

pode também ser um ponto de partida para a análise dos próprios ambientes de trabalho, nos quais os idosos aposentados estavam inseridos antes da aposentadoria.

Um dos estudos foi de grande valia para o delineamento da pesquisa, pois é bem semelhante à nossa proposta, em que os autores estudaram a aposentadoria empiricamente, fazendo uso de entrevistas semiestruturadas. As conclusões da pesquisa apontaram que ocorre uma ruptura na constituição da subjetividade dos indivíduos, com o advento da aposentadoria. Essa é uma das premissas da qual se parte no presente estudo, com a finalidade de contrapor os dados da realidade com os constructos teóricos adotados na pesquisa. Os estudos dessa temática possuem diferentes focos e finalidades, o que proporcionou uma aproximação com o fenômeno investigado pela dimensão de diferentes olhares. Isso enriqueceu o objeto de determinações, possibilitando uma melhor delimitação do mesmo. Entre as diferentes concepções, teve-se acesso às inúmeras contradições que permeiam a aposentadoria. Destacam-se o prazer do tempo livre e da liberdade em contraposição à inutilidade e isolamento social. Ainda nessa categoria, um dos estudos ajudou a aprofundar a reflexão acerca da categoria sentido e significado a partir da Psicologia Histórico-cultural. Fato esse que auxiliou na compreensão desse conceito complexo pelo mesmo guia-analítico adotado na investigação.

### ***1.1.3.3 Subcategoria: Trabalho, Subjetividade, Velhice e Aposentadoria.***

A subcategoria “Trabalho, Subjetividade, Velhice e Aposentadoria” é composta por 09 trabalhos. Nessa subcategoria, foi necessário subdividir os estudos em: “Trabalho e Velhice”; “Trabalho e Aposentadoria”; “Aposentadoria e Velhice”; e “Velhice e Subjetividade”.

A subcategoria “*Trabalho e Velhice*” é formada por um trabalho. O estudo de mestrado “A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-cultural” de autoria de Reis (2011) teve como finalidade analisar as contribuições da Psicologia Histórico-cultural para a compreensão do período de desenvolvimento humano denominado velhice. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, a primeira foi composta por uma revisão bibliográfica, e a segunda, por uma pesquisa empírica com 10 participantes, sendo que 05 deles ainda estavam realizando alguma atividade de trabalho e 05 não estavam desenvolvendo nenhuma. Como coleta das informações para a análise, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Os resultados da investigação apontaram que pode-se compreender a velhice numa visão apartada do modelo naturalizante, além de levantar elementos que sustentassem e explicassem a velhice na sociedade do capital. Concluiu-se também que, na

velhice, o trabalho ganha um novo sentido que está vinculado às condições materiais que permeiam a vida de cada sujeito individualmente.

Na segunda subcategoria “*Trabalho e Aposentadoria*”, há quatro trabalhos. O estudo intitulado “Revisão de literatura latino-americana sobre aposentadoria e trabalho: perspectivas psicológicas”, artigo escrito por Boehs, Medina, Bardagi, Luna e Silva (2017), objetiva realizar uma revisão sistemática de literatura em publicações de periódicos brasileiros e latino-americanos. Os autores utilizaram três bases de dados: Scielo, Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe) e Pepsic. A coleta do material analisado não teve como critério uma data inicial específica de publicação, somente a data final. Foram selecionadas publicações até junho de 2016. As palavras-chave foram “aposentadoria” e “trabalho”. Foram incluídas as versões em língua inglesa e espanhola das mesmas. Para a análise, selecionaram-se 42 publicações. Os resultados obtidos pelos autores foram: um aumento relevante de publicações nos últimos anos referentes a essa temática; um maior número de publicações de caráter empírico (tanto quantitativos, quanto qualitativos), com ênfase na temática “preparação para aposentadoria”, que é uma temática que tem sido bastante discutida no campo da psicologia. Isso porque se compreende que o processo de aposentadoria produz transformações na vida subjetiva e social dos sujeitos. Desse modo, há o aumento do número de pesquisas que envolvam essa questão, com o objetivo de que a psicologia possa produzir intervenções mais bem-sucedidas, visto que esse é identificado como um problema da realidade social.

Outro trabalho corresponde à tese escrita por Marra (2013), “Identidade, trabalho e construção social da aposentadoria para ex-executivos”. O objetivo da pesquisa foi analisar a forma em que ex-executivos aposentados estão reconfigurando suas identidades, tendo como referência os processos de identificação e de construções de sentido para a aposentadoria, o envelhecimento e o trabalho. A opção teórico-metodológica da pesquisa foi a análise do discurso. Foram entrevistados 23 executivos e se fez o uso do diário de campo. Os resultados da pesquisa apontaram que, para lidar com a nova etapa da vida – a aposentadoria –, os profissionais aposentados continuaram realizando outras atividades como forma de se manterem ocupados e na tentativa de que, desse modo, pudessem se manter jovens e ativos. Analisam que a identidade se reconfigura e os sujeitos apresentam discursos de oposição. Antes da aposentadoria eram sujeitos felizes, bem resolvidos e, após sua efetivação, eram infelizes.

Ainda, nessa categoria, tem-se a pesquisa de mestrado “O trabalho e seus sentidos: um olhar na perspectiva do aposentado”, de Andrade (2017). O objetivo da investigação foi analisar o sentido dado ao trabalho e à aposentadoria. A pesquisa foi realizada com servidores

da Universidade Estadual da Paraíba, que estavam no processo de transição para aposentadoria. Para a coleta de informações, foi utilizado um questionário sociodemográfico como forma de traçar o perfil dos sujeitos de pesquisa e se realizou um Grupo Focal com 7 participantes. Os resultados alcançados pela pesquisa foram que o trabalho significa para os sujeitos, relações sociais, segurança, gratidão, vivência de prazer e sofrimento. Quanto à aposentadoria, ela era sentida enquanto liberdade, direito, exclusão e adoecimento. Ao se desligar do trabalho, a aposentadoria tem o significado para o sujeito de exclusão e adoecimento, ao mesmo tempo da ideia de liberdade para realizar novos projetos de vida.

Ademais, a dissertação de mestrado “O trabalho segundo a visão de um grupo de aposentados” de Chrisostomo (2009) teve como finalidade conhecer e compreender o significado de concepção de vida, expectativas e necessidades dos aposentados, vinculados à realização ou não de algum tipo de trabalho após a aposentadoria. A pesquisa foi feita na AAPS-Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp e teve a participação de 09 sujeitos, sendo 02 sujeitos com nível de escolaridade médio e 07 com nível superior. Dos 09 sujeitos entrevistados, três pararam de trabalhar após a aposentadoria, outros três pararam e retornaram. Os demais continuaram profissionalmente ativos. A metodologia foi o delineamento de estudo de caso coletivo, pautado pela pesquisa qualitativa. A análise dos dados foi feita pela análise do conteúdo. As conclusões da pesquisa apontaram que os sujeitos aposentados que permaneceram ativos profissionalmente tinham uma visão mais otimista da velhice, atribuindo a essa fase o significado de tranquilidade, maturidade, etc. Já para o grupo que após a aposentadoria não realizou nenhuma atividade profissionalmente, a velhice era vista de forma bastante negativa, com um apego ao passado e sem demonstração de expectativas com o futuro. Além desses resultados, o trabalho foi concebido por muitos entrevistados como razão da própria existência.

Os estudos que investigam a temática “*Aposentadoria, Trabalho e Velhice*” são 04. O primeiro é a dissertação “Jubilamento: interdito de uma vida de trabalho e suas repercussões na velhice” (Both, 2004). A pesquisa busca compreender os significados que os sujeitos davam à aposentadoria após o jubilar e como vivenciavam a aposentadoria após sua obrigatoriedade. A pesquisa foi realizada com professores da Universidade de Passo Fundo que foram jubilados aos 70 anos. A metodologia utilizada foi por meio de entrevistas semidirigidas, que foram estudadas pela análise de conteúdo. Os resultados da investigação apontaram que a aposentadoria compulsória fez com que as relações sociais diminuíssem, promovendo o distanciamento dos companheiros de trabalho e dos alunos. A aposentadoria

proveniente do jubramento promove repercussões negativas na vivência da velhice dos professores.

A segunda bibliografia é de revisão sistemática, cujo título é “Idoso, depressão e aposentadoria: uma revisão sistemática” (Silva, Turra & Chariglione, 2018). O objetivo desse trabalho foi verificar quais as reflexões, os resultados de estudos nacionais e internacionais ligados à depressão, aos idosos e à aposentadoria na última década. As autoras utilizaram as palavras-chave depressão/depression, idosos/sênior e aposentadoria/retirement, em bases de dados eletrônicas entre 2009 e 2018. E após a seleção, analisaram 13 artigos e os dividiram em quatro categorias temáticas. De acordo com essa revisão, a aposentadoria não foi considerada como fator de risco para o desencadeamento da depressão em pessoas idosas. Destacaram, ainda, que há carência de produções acerca da temática pesquisada.

O terceiro é o artigo intitulado “O silenciamento da velhice: apagamento social e processo de subjetivação” (Rosa & De Vilhena, 2016). O estudo teve como objetivo desenvolver uma reflexão teórica sobre o envelhecimento, suas particularidades em homens e mulheres na contemporaneidade. Os autores tomaram como referência de investigação classes médias e urbanas brasileiras. Analisaram diversas facetas que implicam nas subjetividades de sujeitos idosos, principalmente questões vinculadas com o corpo. O trabalho se propôs a um resgate histórico com o objetivo de observar de que forma ocorrem processos de silenciamento e apagamento social da categoria velhice na atualidade. As conclusões dos estudos apontam que o envelhecimento é visto através de uma visão reducionista, além de pontuar a necessidade de um trabalho de elaboração psíquica com os sujeitos idosos para que possam enfrentar esse momento da existência.

E, por último, na temática “Velhice Subjetividade”, tem-se o artigo “Imaginários sobre aposentadoria, trabalho e velhice: estudo de caso com professores universitários” (Moreira, 2011). O artigo objetiva identificar o imaginário a respeito das categorias aposentadoria, trabalho e velhice, em professores universitários com mais de 60 anos que continuavam trabalhando. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi de entrevistas semiestruturadas. A entrevista foi composta por seis eixos norteadores. A análise das entrevistas foi realizada por meio de análise categorial, em que foram categorizadas as palavras que faziam ligação com as categorias velhice, aposentadoria e trabalho, levando em consideração tanto os pontos positivos, quanto negativos. A amostra foi formada por seis professores. Alguns dos resultados obtidos foram: os professores não associam aposentadoria, velhice e trabalho; os entrevistados sentem a velhice como perda; há um forte imaginário referente a ela, que está vinculado ao fato de se considerar trabalho enquanto identificação dos

sujeitos socialmente (identidade); a aposentadoria, ao ser compreendida como não trabalho, é apreendida subjetivamente como incapacidade; a manutenção do vínculo empregatício dos professores não estava relacionada com questões de ordem econômica; o fim das atividades profissionais era compreendido como incapacidade, morte e perda da própria identidade desses professores; continuar trabalhando era uma vivência de saúde; e a aposentadoria é compreendida como uma espécie de benefício.

Os estudos dessa subcategoria foram os que apresentaram uma maior proximidade com o objeto de pesquisa da presente dissertação. Eles propiciaram o contato com diferentes pesquisas que investigaram as relações entre trabalho, subjetividade, velhice e aposentadoria, de forma que demonstraram a ligação intrínseca entre essas categorias da realidade. Pôde-se apreender como é o estudo da velhice a partir da Psicologia Histórico-Cultural, na compreensão de que é necessária a negação da concepção de uma velhice compreendida como natural. Demonstraram de forma sustentada os elementos que compõem a velhice na atual sociedade. Esses são esclarecimentos teóricos fundamentais que ajudaram a fazer as conexões entre os diferentes referenciais adotados.

Algumas das investigações apresentaram que o trabalho na velhice ganha um novo sentido que está vinculado às condições materiais vivenciadas por cada sujeito, na compreensão de que coexistem diferentes vivências da velhice. Fato esse que está ligado à condição de classe de cada sujeito. Além disso, o trabalho é apontado, em muitos estudos, como razão de existência dos sujeitos, o que demonstra o lugar que ele ocupa subjetivamente e socialmente. O trabalho é uma categoria fundamental na constituição da identidade dos sujeitos. No que se refere à aposentadoria, ela possui um duplo caráter: é vista como liberdade e autonomia antes dos sujeitos se aposentarem, sendo concebida como morte e inutilidade após sua efetivação. Esclarece-se acerca de seu caráter ambivalente e contraditório, incentivando ainda mais para fosse feita uma análise do objeto de estudo, tendo como premissa fundamental a condição de classe a qual o sujeito pertence, que no presente caso, é a dos trabalhadores e trabalhadoras. As pesquisas apontaram caminhos teóricos, metodológicos e forneceram referências importantes para atingir os objetivos da investigação da presente dissertação de mestrado.

Desse modo, ao final dos levantamentos de toda essa categoria analítica, pode-se identificar que houve a prevalência de estudos na subcategoria “Trabalho, Subjetividade, Velhice e Aposentadoria”, com o total de 10 trabalhos. Identificou-se que a relação entre essas quatro categorias é investigada de distintas formas, com objetivos, metodologias específicas e com o uso de diferentes referenciais teóricos, compondo assim, um quadro

bastante “ecclético” da leitura desses fenômenos da realidade. As outras duas subcategorias foram compostas por 06 trabalhos com as mesmas características da primeira. Tal quadro também demonstrou a prevalência de estudos que buscam, por meio da pesquisa empírica, levantar questões importantes para o desenvolvimento de reflexões teóricas desses fenômenos da realidade. Isso leva a inferir que, de fato, há uma preocupação social com essas categorias da realidade, especialmente no que se refere ao aumento do número de aposentados e à repercussão que o afastamento das atividades de trabalho incide sobre a subjetividade dos indivíduos. Também no que se refere à real vinculação existente entre o trabalho e a subjetividade.

## **1.2 O Estado Atual do Debate: Trabalho, Subjetividade, Aposentadoria e Velhice**

A partir das análises desenvolvidas anteriormente, pode-se realizar algumas considerações de como tem sido estabelecido o debate acerca das relações entre trabalho, subjetividade, velhice e aposentadoria na contemporaneidade. No campo da Psicologia, os estudos selecionados para a configuração do Estado do conhecimento apontaram que essas categorias da realidade são investigadas de diferentes formas, com delineamentos teórico-metodológicos diversos. Identificou-se também que há uma tendência no aumento do número de produções na última década, que pode ser resultado de que essas categorias têm sido objeto de inúmeros debates nos mais diversos campos do conhecimento. Isso tanto no que se refere às preocupações provenientes do aumento da população velha e aposentada, quanto no como esse momento pode ser vivido pelos sujeitos como menos traumático possível devido ao fato de que, após a aposentadoria, eles precisam reorganizar muitos aspectos de suas vidas (Marra, 2013). Houve também uma maior publicação de estudos na modalidade empírica, o que demonstra, mais uma vez, que o fazer pesquisa apresenta uma relação intrínseca com a realidade. Não se vincula apenas a desenvolver estudos que visem à prática e à utilidade. Mas pensando no próprio movimento que é o saber científico, deve sempre propiciar um olhar crítico acerca dos fenômenos analisados.

No que diz respeito à forma pelas quais as categorias são abordadas, como mencionado, há a prevalência de estudos que apontam a relação entre Trabalho, Subjetividade, Aposentadoria e Velhice. Esse resultado pode ser compreendido pelo fato de que essas são categorias extremamente amplas, com inúmeras possibilidades de serem compreendidas. O campo da ciência psicológica é amplo, composto por diferentes bases epistemológicas que estão refletidas nos estudos levantados e analisados.

Outro aspecto relevante é que percebe-se uma carência de publicações de pesquisas de caráter dialético<sup>4</sup>, o que torna o presente estudo importante para o aumento de publicações nessa vertente epistemológica. Entre os artigos analisados, foram de grande valia para esta dissertação os de Sato (2009, 2013), que apresentam uma Psicologia Social do Trabalho a partir de uma perspectiva crítica, tendo como base de análise as vivências dos trabalhadores. Investiga o trabalho através desse olhar, o que a diferencia de outras correntes que estudam esse objeto. A leitura do artigo de Veronese e Guareschi (2005) possibilitou a reflexão sobre as possibilidades emancipatórias mediadas pelo trabalho, sobretudo o trabalho pautado pela economia solidária.

Outro fator importante é que, nesses artigos pautados pela perspectiva crítica, pode-se ter acesso às metodologias de pesquisa empregadas e a como o pesquisador desenvolve um papel ativo, participando dos próprios processos que estão sendo analisados, com o objetivo de desenvolver práticas de caráter emancipatório e transformador. Isso porque, mesmo compreendendo que a emancipação dos sujeitos somente poderá se efetivar em outro tipo de sociedade, os trabalhos analisados demonstraram a possibilidade de desempenhar “papéis sociais” críticos frente ao sistema dominante e hegemônico.

A análise dos trabalhos que utilizaram outros métodos também foi importante para a construção do objeto. Por meio deles, pode-se identificar quais são as principais preocupações relacionadas ao mundo do trabalho que, em sua maioria, vinculam-se à adaptação do trabalhador aos novos sistemas de produção contemporâneos, com vistas a diminuir o sofrimento e o adoecimento do sujeito trabalhador. É válido destacar que, entre os artigos selecionados, os estudos de revisão sistemática/literatura foram de grande valia, pois propiciaram acesso aos principais estudos nacionais e a referências bibliográficas importantes para o prosseguimento da investigação. Dentre esses estudos, destaca-se o artigo de Boehs et al (2017), que identificou uma prevalência de trabalhos no campo da psicologia que tiveram como temática de pesquisa a preparação para a aposentadoria. Esse estudo demonstrou que é lançada para o campo da Psicologia a responsabilidade de fornecer subsídios teóricos para “preparar” trabalhadores para a vivência desse processo, considerado por muitos sujeitos como fonte de adoecimento físico e psíquico.

Desse modo, à medida que os trabalhos foram sendo analisados, forneceram subsídios teórico-metodológicos para que se pudesse fazer aqui as escolhas teórico-metodológicas. Também auxiliou na solidificação do caminho, já traçado anteriormente, que está diretamente

---

<sup>4</sup> Destacamos que trata-se apenas de um recorte, não sendo válido para realizar generalizações.

vinculado à visão de homem e de mundo, ponto de partida essencial de todo esse processo investigativo. Sendo assim, esse debate contribuiu para firmar os caminhos, como também fornecer pistas teórico-metodológicas para a configuração do desenho da pesquisa. O Estado do Conhecimento possibilitou o levantamento, a análise dos estudos que foram realizados no Brasil e que puderam contribuir com esta pesquisa. Sua elaboração foi de grande valia, por exemplo, para identificar fontes, autores, referências, conceitos e procedimentos analíticos capazes de contribuir com esta pesquisa.

### **1.3 As Bases Teóricas da Investigação: Método Delineamento Teórico**

Nesta parte do trabalho, busca-se esclarecer os elementos centrais que estiveram envolvidos no delineamento teórico desta pesquisa. Trata-se do compromisso em se realizar pesquisa, sobretudo no campo das ciências humanas. São pontuados os principais autores que contribuíram para este trabalho, destacando-se as escolas de pensamento na quais se estruturam as análises em conjunto com as categorias analíticas centrais e o método que fundamenta todo o processo de pesquisa.

Parte-se da compreensão de que todo conhecimento científico deve se pautar pelo compromisso ético-político. O saber científico é revestido de um caráter neutro que é uma ilusão necessária para a própria organização das práticas produtivas capitalistas que estão ancoradas na produção de mercadoria. O modo ideológico de se conceber o saber científico vislumbra sempre a produção e reprodução de mercadoria. A dinâmica da sociedade é cada vez mais marcada pela produção destrutiva do capital, em que se produz cada vez mais, de forma que a mercadoria dure cada vez menos – produção do desperdício. Isso com o fim único de expansão e acúmulo do capital. Tal caracterização, que reflete todo um metabolismo de organização societal, demonstra a contradição entre as necessidades humanas e a produção pautada pela troca, de modo que a única finalidade seja a produção de mercadorias (Meszáros, 2004). Em contraposição à concepção predominante de ciência, concebe-se o processo de produção de conhecimento como um fenômeno predominantemente político, em que não existe ciência neutra: a ciência é, muitas vezes utilizada para justificar, convencer e influenciar (Haguette, 2010).

Nesse sentido, é necessário superar o capital enquanto controlador do metabolismo societário. A ideologia não é o maior obstáculo para o desenvolvimento de uma consciência para autonomia, mas é preciso o desenvolvimento de uma ideologia emancipatória (Meszáros,

2004). Com a finalidade de superar as classes sociais, o papel do Estado e da propriedade privada (Engels & Marx, 2007).

O discurso científico legitima diversas práticas de exclusão social e o tipo de ciência predominante na atual sociedade tem como uma de suas prerrogativas a manutenção da ordem vigente. A ciência moderna funciona, em larga medida, como instrumento aliado ao poder em favor de mecanismos de opressão e dominação (Haguette, 2010). Faz-se preciso um conhecimento científico que questione, discuta toda prática social e que, na busca de se conhecer a realidade, possa desvelar aquilo que está aparente, com fins à apreensão da essência dos mais diferentes tipos de fenômenos, exercendo uma das suas funções, a promoção do espírito crítico (Demo, 1985).

A pesquisa no âmbito das ciências humanas, desde uma perspectiva crítica, pode contribuir com a produção de conhecimento que possibilite aos sujeitos desenvolverem a autonomia da razão com fins à implementação de práticas emancipatórias (Haguette, 2010). Uma das heranças do Iluminismo é a necessidade de que a ciência tenha aplicabilidade e que esteja em benefício dos homens e mulheres (Haguette, 2010). A prática, no campo do conhecimento científico, tem como primado a capacidade de representar a face política das ciências sociais e humanas. Entende-se que a prática é conhecer a realidade de modo que se pode tomar uma posição política frente a ela, pois o conhecimento é, na maioria das vezes, utilizado como forma de dominação, sendo carregado de necessidades e interesses sociais (Demo, 1985). A ciência, como produção humana, é também marcada pela contradição, capaz de produzir, em larga escala, grandezas inimagináveis em outros contextos históricos, como a miséria sem medida (Haguette, 2010).

O sujeito que investiga deve estar sempre aberto para o novo e com certa “vigilância epistemológica”, reconhecendo seus limites na compreensão da realidade, que por natureza, é dinâmica, contraditória e com caráter inesgotável. Tal fato pode ser ainda mais evidenciado nas ciências humanas, em que há sempre o surgimento de novas descobertas provenientes das relações com pelas quais os seres humanos interagem consigo mesmos, com a natureza e com os outros homens (Konder, 2009). “O ser humano é criador, inventa sua própria realidade; ele só existe intervindo ativamente no mundo. Por isso, há algo de infinito nele. Nenhuma ciência particular pode esgotar essa realidade, que está sempre mudando, se expandindo” (Konder, 2009, p. 87).

A proposta de investigação deste estudo, como já apontado ao longo do texto, consiste em compreender e analisar os sentidos e significados da aposentadoria na velhice, amparando tais análises no âmbito das relações entre trabalho e subjetividade. Desse modo, pautando-se

por esse caminho de compreensão do que significa produzir conhecimento científico, é preciso esclarecer os delineamentos teóricos que balizam a análise.

### **1.3.1 Demarcações teóricas estruturais da investigação.**

O trabalho de revisão bibliográfica foi preconizado pela apreciação da literatura no campo da Psicologia, das Ciências Sociais e do Serviço Social. Na área da ciência psicológica, foram utilizados os autores que analisam os fenômenos de forma crítica, com fins à compreensão das relações entre trabalho e subjetividade. Os autores das ciências sociais auxiliaram a refletir sobre os aspectos históricos, ideológicos, políticos que compõem a categoria trabalho na contemporaneidade, sendo que esses que estão ligados à configuração dos novos modos de trabalho. Os autores do campo do serviço social propiciaram a reflexão acerca das políticas de assistência social vinculadas à velhice e à aposentadoria, perpassando os caminhos históricos para se alcançar sua atual configuração. É importante destacar que, à medida que se avançam as políticas neoliberais, há a instauração do desmonte das políticas públicas que foram provenientes de muitas lutas sociais (Haddad, 2017b). Esses fatores estão refletidos na atual configuração social da velhice e da aposentadoria, que têm sido objeto de combate na sociabilidade do capital, na defesa ideológica que não se pode envelhecer, tampouco se aposentar. Essas premissas iniciais, provenientes da literatura selecionada, proporcionaram uma ampliação da compreensão e da análise das relações entre trabalho, velhice e aposentadoria.

No campo da Psicologia, destacam-se as produções dos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, como Lev Vigotski, em conjunto com os trabalhos de Leontiev e Elkonin, para refletir sobre a constituição da subjetividade e da velhice. Além de autores que abordam as fases do desenvolvimento humano, que nesse caso, refere-se à velhice, destacam-se Ligia Martins, Abrantes e Facci. Também autores da Psicologia Social do Trabalho, dentre eles Maria Chalfin Coutinho, Marcia Hespanhol Bernardo e Leny Sato. No escopo teórico das Ciências Sociais, destacam-se os estudos de Marx, Meszáros, Lukács, Antunes, Alves, que auxiliam na compreensão do trabalho enquanto categoria ontológica, de como tem sido sua configuração na contemporaneidade e sua relação com a subjetividade. Na área do serviço social, foram utilizados como fundamentação teórica os estudos de Haddad, Benedito, Bernardo, Teixeira e Behring & Boschetti, para pensar acerca das políticas de assistência aos idosos e à aposentadoria.

### **1.3.2 O método que fundamenta todo o processo da pesquisa: Materialismo Histórico-Dialético.**

O presente estudo é pautado pelo método Materialista Histórico-Dialético. A história, nessa perspectiva, “é uma construção dos próprios homens” (Húngaro, 2014, p. 55). Por esse caminho, as relações sociais e intersubjetivas não devem ser analisadas de forma isolada, mas sim como um processo histórico e dinâmico, na perspectiva da totalidade social (Marx, 2018). Assim, busca-se compreender o objeto na sua totalidade e apreender suas particularidades por meio das mediações estabelecidas entre indivíduo, sociedade, cultura, política e economia.

A pesquisa deve ter como objetivo apreender a essência do objeto. É válido recorrer ao método marxiano, que é composto por duas vias de análise: a primeira caracteriza-se por decompor pela via analítico-abstrativa a dimensão da realidade interrogada, para posteriormente, em uma segunda via, retornar ao campo complexo do ser social, isso é, a compreensão de sua totalidade real. Por essa via de análise, o enfoque do presente trabalho é o dialético crítico, que busca desvelar o real. Entende-se que o ser humano, enquanto ser genérico e universal, deve ser compreendido através de sua totalidade, levando em consideração aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. As principais categorias analíticas são: a totalidade, a mediação, a contradição e a historicidade (Netto, 2011). Uma das prerrogativas do Materialismo Histórico-Dialético é a de que as determinações relacionadas às condições materiais da existência humana é fator determinante da consciência e que o contato com o todo vivido é condição para a produção do conhecimento. O real é abordado de forma que se compreenda a historicidade humana presente no objeto, em análise efetiva do sujeito empírico (Haguette, 2010). Tal método configura-se como um importante instrumento de análise crítica da realidade na busca da análise da essência. A teoria e o método em Marx fundam uma nova concepção de homem. Essa concepção tinha como objetivo inicial investigar a sociedade burguesa e que o conhecimento deve buscar a aproximação do real, submetendo o conhecimento existente à crítica, procurando compreender os fundamentos, os limites e os condicionantes sociais imbricados em sua produção (Konder, 2009). Nessa perspectiva, os sujeitos exercem papel ativo em todo o processo de pesquisa, utilizando seus conhecimentos e habilidades para apreender o movimento do objeto, no caminho de apreender a particularidade (categoria em que se manifestam os aspectos singulares e universais) e as mediações que determinam o objeto de estudo.

O método proposto por Marx não tem um caráter neutro, mas é “... um escândalo e uma abominação para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, porque, na compreensão positiva das coisas existentes, ele inclui ao mesmo tempo a inteligência de sua negação, de seu declínio necessário...ele é essencialmente revolucionário” (Marx, 1968 como citado em Lowy, 1978, p. 19). A escolha do método vai ao encontro da compreensão de que não existe ciência neutra, mas que ela está sempre em função de uma razão de caráter ideológico. Tendo em vista todas essas questões, a aposentadoria na velhice, enquanto categoria da realidade, é perpassada pelos inúmeros determinantes e condicionantes históricos, o que reafirma a necessidade de se investigar por meio de um olhar crítico, histórico e dialético seus sentidos e significados com vistas a desvelar sua real essência.

A partir desses pressupostos, ressalta-se que este estudo pretende apreender de que forma os sujeitos velhos aposentados que participam de alguns dos programas ofertados pelo Departamento de Atendimento ao Idoso da cidade de Goiânia-Goiás constroem e elaboram os significados. Ademais, como configuram e reconfiguram o sentido da aposentadoria a partir de uma relação dialética estabelecida por meio de experiências vividas em seus espaços sociais de atividades laborais. Parte-se do pressuposto de que a aposentadoria está inserida em toda uma dinâmica social que está subordinada aos condicionantes sociais, políticos, culturais, econômicos da ordem do capital, que tem em seu movimento, o trabalho enquanto centralidade. Ao se apartarem das condições concretas e objetivas do trabalho, os sujeitos também se veem distanciados do mundo social e objetivo, se sentem excluídos com o peso da improdutividade (Teixeira, 2017).

### **1.3.3 A Psicologia Histórico-Cultural e a Psicologia Social do Trabalho: eixos balizadores das análises.**

Além desse marco metodológico apontado acima, lança-se mão das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para discutir o desenvolvimento humano, demarcando o lugar social da velhice na contemporaneidade. Essa escola do pensamento psicológico é fundamentada, principalmente, nas contribuições teóricas de Lev Vigotski, em conjunto com os trabalhos de Leontiev e Luria, sendo alicerçada nos princípios marxistas. Tem o materialismo histórico-dialético como fundamento metodológico e compreende a constituição humana marcada pelo trabalho, entendido no seu sentido ontológico, como a atividade de transformar a natureza e responsável pela constituição do ser social (Martins, 2017). Alguns autores que dialogam a partir dessa escola fornecem subsídios teóricos importantes para a

compreensão da subjetividade e, especialmente da velhice, ambas resultantes de longo processo educativo de caráter histórico.

A teoria do desenvolvimento proposta por Vigotski é a expressão de um projeto de formação humana, em que cada período do desenvolvimento humano deixa uma marca na direção da práxis, na formação humana omnilateral. A teoria é uma mediação no sentido de desvelar o real, com vistas a intervenções de caráter transformador (Konder, 2009). Essa teoria supera as concepções de desenvolvimento pautadas pelas leis da natureza, ao buscar a apreensão da totalidade dinâmica do psiquismo. Essa compreensão auxilia no entendimento da velhice, enquanto fase do desenvolvimento, que é perpassada por condicionantes históricos, sendo desse modo, caracterizada de diferentes formas de acordo com cada período histórico. A velhice não é entendida como fase pautada apenas pelos aspectos biológicos e físicos, mas enquanto produção social.

Por meio dessa perspectiva teórica, pretende-se compreender como os sujeitos velhos aposentados constroem e elaboram os significados da aposentadoria, pautada pelo atual contexto, e os “novos” sentidos atribuídos ao (não) trabalho -formal. A compreensão de como os sujeitos lidam com esse novo momento da existência é uma de nossas motivações investigativas, visto que toda a dinâmica da vida dos sujeitos está subordinada à organização dos processos de trabalho submetidos aos condicionantes histórico-sociais e culturais da dinâmica do capital. As condições concretas do mundo do trabalho são marcadas, cada vez mais, pela precariedade, desumanização e exploração da classe trabalhadora, que gradativamente mais distante dos sentidos e significados do trabalho vinculados aos processos de emancipação humana. É importante destacar que, para analisar os sentidos e significados da aposentadoria na velhice, é necessário compreender o mundo subjetivo desses sujeitos. E, por meio das particularidades desse grupo, pode-se entrar em contato com as questões da ordem social.

Sendo assim, é a partir dessa escola de pensamento que se concebe a categoria dos sentidos e significados, que é compreendida de diferentes formas no campo da Psicologia. Em algumas vertentes epistemológicas, são entendidos como sinônimos e, em outras, como conceitos independentes (Coutinho, 2009; Asbahr, 2014). Vigotski (2000), ao estudar a relação pensamento e linguagem, tenta romper com o dualismo presente nas diferentes escolas de pensamento, em que se dividem sujeito-objeto, subjetivo-objetivo, razão-emoção etc. Ele realiza a análise da consciência a partir das condições histórico-sociais, sendo a consciência a forma concreta do psiquismo humano. Com o objetivo de compreender a chave do processo de constituição da consciência humana, ele apresenta o conceito de sentido. Por essa via,

afirma a capacidade criativa do homem frente às suas condições de existência e solidifica a concepção de unidade entre cognição e emoção, dando primazia ao pensamento e linguagem como elementos essenciais na compreensão da consciência. “A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana” (Vigotski, 2000, p.486).

Posteriormente, Leontiev (1978) avança no desenvolvimento da categoria conceitual sentido, definindo como “sentido pessoal” e o relaciona com a atividade e a consciência (Asbahr, 2014). Desse modo, parte-se do pressuposto de que há uma continuidade em suas obras. Nessa corrente de pensamento, a consciência é caracterizada como resultado da atividade do homem com os objetos, com os outros homens, sendo responsável por regular a atividade produtora da vida humana e formada pelo conteúdo sensível, a significação social e o sentido pessoal. As significações sociais são entendidas como a síntese das práticas sociais conjuntas, o que está na esfera da ideação do mundo material, sendo a consciência reflexo dessa realidade. Os significados são resultados da história, são de cunho transitórios, nos quais estão refletidas as relações sociais. Neles estão imbricados a dinâmica das condições da vida material, de forma genérica.

A proposta de investigação deste estudo, como já apontado ao longo do texto, consiste em compreender e analisar os sentidos e significados da aposentadoria na velhice, amparando tais análises no âmbito das relações entre trabalho e subjetividade. Desse modo, pautando-se por esse caminho de compreensão do que significa produzir conhecimento científico, faz-se necessário esclarecer o delineamento teórico-metodológico que balizam a análise. São os significados que irão realizar a mediação entre as relações do homem com o mundo. Está neles refletida a realidade elaborada historicamente, em forma de conceitos, saberes, ações. O mundo dos significados é dado quando o sujeito nasce. Entretanto, ele é mutável, está sempre sendo modificado. A significação é social e também individual, fazendo parte da consciência de cada sujeito. As significações são postas aos indivíduos, mas sua real apropriação depende do sentido pessoal que tem para cada sujeito. O sentido para Leontiev vincula-se à relação objetiva entre aquilo que provoca a ação do sujeito – motivo da atividade –, e aquilo para o qual se orienta a ação, para um fim. O sentido traduz a relação do motivo com o fim. Para a compreensão do sentido pessoal, é necessário compreender o motivo correspondente. Não existe sentido puro se ele é proveniente de uma significação.

Os significados possuem características mais estáveis, e os sentidos se transformam de acordo com a vida de cada sujeito, são reflexo da relação do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados. Assim, há um importante papel exercido pelas condições materiais

e objetivas na organização do mundo, a diferença estabelecida entre sentido e significado na consciência individual. De acordo com Coutinho (2009):

[...] os sentidos ou significados produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas (...) os significados são construções elaboradas coletivamente em um determinado contexto histórico, econômico e social concreto. Já os sentidos são uma produção pessoal decorrente da apreensão individual dos significados coletivos, nas experiências cotidianas. É importante ressaltar as transformações porque passam os sentidos e os significados, uma vez que são construídos em uma relação dialética com a realidade (p. 193).

Ao tratar das relações existentes entre trabalho, subjetividade e aposentadoria em trabalhadores e trabalhadoras que gozam de seu jubramento, podemos associar de maneira fértil a Psicologia Histórico-Cultural com Psicologia Social do Trabalho. Em especial, aquelas correntes que analisam a realidade através de uma visão crítica, em que o trabalho é compreendido em sua materialidade e historicidade. Tal campo do conhecimento contribui de forma significativa na compreensão do trabalho como fenômeno psicossocial, amplo e multifacetado (Coutinho & Oliveira, 2017). Apresenta, também, algumas ferramentas teóricas e metodológicas para o estudo psicossocial do trabalho e na compreensão do sujeito/trabalhador.

Ao retomar a história da Psicologia, sua vinculação ao mundo do trabalho é bastante recente, e teve como finalidade a formação e adaptação dos trabalhadores ao ritmo da produção capitalista, concebida atualmente como Psicologia Organizacional. Ao adentrar esse espaço, a Psicologia se tornou uma ferramenta importante na ordem do capital para seleção e controle dos trabalhadores. Isso pelas diferentes técnicas que objetivam socializar e adequar os sujeitos às diferentes condições adversas atreladas à produção, promovendo o aumento do desempenho e, conseqüentemente, da produtividade (Sato, Bernardo & Oliveira, 2008).

Em contrapartida a essa atuação no mundo do trabalho exercida pela Psicologia enquanto área do conhecimento que contribui para a manutenção da alienação do trabalhador e da sua condição social de subordinação ao poder econômico, tem o surgimento e consolidação da Psicologia Social do Trabalho. Essa propõe um debate crítico sobre o papel dos psicólogos no campo do trabalho, que deve compreender as contradições existentes, os conflitos de classe, os processos envolvidos no trabalho, como as relações interpessoais e as condições de realização deste. O ponto de partida é a ação e o pensamento dos trabalhadores que sofrem, que são explorados e estão aprisionados a esse modo de organização e delineamento da vida vinculado ao trabalho (Sato, Bernardo & Oliveira, 2008):

Trata-se de uma psicologia social que focaliza os fenômenos e problemas do trabalho e, para tanto, conta com elementos que a singularizam, enraizados em sua história, em seus princípios, em seus objetivos, em sua ética não liberal e nas áreas da disciplina com as quais

dialoga. Enfim, singulariza-se pelo próprio objeto que constrói. Tais elementos, por sua vez, norteiam reflexões e práticas de pesquisa e de intervenção (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017, p. 11).

Nesse sentido, visa-se explorar os fenômenos pelo ponto de vista da classe trabalhadora, analisar a aposentadoria pelo olhar dos sujeitos que se apartaram do mundo do trabalho. Além disso, procura-se compreender como eles percebem os elementos que compõem esse movimento e as formas como dão sentidos e significados para os diferentes aspectos de suas vidas que estão atrelados ao mundo do trabalho, destacando-se a identidade, as relações sociais, a temporalidade, dentre outros. Assim como, apreender e revelar os aspectos laborais que afetam a vida dos sujeitos, tanto de forma positiva quanto negativa. Ademais, objetiva-se a reflexão dos fenômenos sociais, tendo como fundante uma perspectiva crítica e histórica, entrelaçando aquilo que se apresenta na contemporaneidade com os aspectos relacionados a sua constituição histórico-social.

Esses fatores podem ser evidenciados nos estudos desenvolvidos por Sato (2009, 2013)<sup>5</sup>, que apresenta formas atuais de investigar o trabalho no contexto de uma sociedade de classes. Ela nos fornece contribuições contemporâneas na busca de suprir as lacunas das pesquisas científicas acerca do trabalho no campo da Psicologia Social. Isso sob uma perspectiva crítica, que está assentada numa ética não liberal, na perspectiva do sujeito trabalhador, no “chão da fábrica”, na vida cotidiana dos trabalhadores, esta que está diretamente vinculada à atividade produtiva. Outras categorias da realidade apresentadas e analisadas pela Psicologia Social do Trabalho são de grande relevância para o presente estudo, dentre elas se destacam as práticas cotidianas, os processos de significação vinculados ao trabalho e a categoria da identidade (Coutinho & Oliveira, 2017). Ao estudar as particularidades dos sujeitos velhos aposentados, busca-se compreender os processos que estão envolvidos na atividade de trabalho e de não trabalho, suas vinculações com a identidade que é perpassada pela atividade laboral e desenvolvida pelos sujeitos, além de fornecer um diálogo mais aproximado com a Psicologia Latino-Americana.

Martin-Baró (1989) afirma que há uma imagem do trabalhador latino-americano construída historicamente que o coloca na condição de sujeito apático. Com a finalidade de compreender como essa visão foi sendo construída, Martin-Baró (1989) pontua que há três eixos que caracterizam a condição da situação laboral latino-americana: a primeira se refere à divisão discriminante do trabalho; a segunda seria a marginalização e o desemprego em larga escala; e, por último, a exploração e a repressão. Essa perspectiva contribui para ampliar a

---

<sup>5</sup> Analisados no item 1.2 deste estudo.

visão acerca do campo do trabalho e suas vicissitudes. Nesse quadro, há dois eixos psicológicos do trabalho: individualista e sistêmico. O primeiro é perpassado por uma responsabilização de caráter individual frente ao sucesso ou insucesso relacionado ao trabalho, o segundo está ligado às organizações, sendo que a forma com que elas se apresentam tem estreita ligação com a sociedade na qual estão inseridas. Nesse contexto, os problemas vinculados ao mundo do trabalho passam a ser vinculados a questões de ordem cultural e justificados por meio dos atrasos de ordem tecnológica. As contribuições de Martin-Baró são bastante ricas. Ele desenvolve profundas reflexões sobre a Psicologia Latino-Americana e defende a necessidade de não psicologizar os fenômenos sociais na perspectiva de que os sujeitos e os processos de subjetivação somente podem ser compreendidos a partir de como as formas sociais do trabalho se efetivam (Coutinho, 2015).

Nessa vertente, exige-se que a psicologia, ao investigar o mundo do trabalho, deve ter como primazia um olhar crítico, na busca de compreender os sujeitos trabalhadores explorados e marginalizados em nossa sociedade, na perspectiva de um olhar em conjunto com a Psicologia Política. Isso porque os modos de trabalho são resultados de toda uma dinâmica social hegemônica. Esse enfoque teórico se contrapõe às visões científicas tradicionais que buscam formas de adaptação do sujeito às formas contemporâneas de trabalho, em que os sujeitos “excluídos” do mundo laboral são culpabilizados e há a prevalência do poder e do domínio dos donos dos meios de produção sobre os trabalhadores (Coutinho, 2015). Desse modo, essa corrente é bastante fértil e possibilita desenvolver a análise da aposentadoria nas condições atuais vigentes de trabalho, sobretudo, do trabalho de recorte latino-americano, possibilitando compreender os aspectos psicossociais e subjetivos vinculados ao não trabalho na velhice, que estão diretamente relacionados às características do trabalho na contemporaneidade e sua centralidade na vida dos sujeitos.

A Psicologia Histórico-cultural fornece as bases conceituais e metodológicas para analisar o movimento de subjetivação dos indivíduos, já a Psicologia Social do Trabalho auxilia, de forma atualizada, na compreensão das relações mediadas entre subjetividade e objetividade, ou seja, entre os indivíduos sociais e condições histórico-sociais determinantes. Ela ajuda a compreender o mundo do trabalho e dos processos envolvidos nesse campo, tendo como referência o olhar do sujeito que trabalha, que na presente investigação, é o ponto de vista do sujeito velho aposentado que, após o desenvolvimento de atividades laborais, se vê apartado desse mundo. Busca-se compreender, pautando-se pela crítica e amparando-se teoricamente, como esses sujeitos sentem e significam esse momento de suas vidas, aspectos esses vinculados às práticas cotidianas e aos processos de identidade ligados às atividades de trabalho.

#### **1.4. O delineamento metodológico da investigação**

O estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa básica com recorte empírico, de tipologia qualitativa. As pesquisas qualitativas podem ser aplicadas para o estudo da história, das relações, das opiniões, interpretações que os homens fazem de si e de como vivem (Minayo, 2008). Além disso, são estudos que têm a potencialidade de auxiliar na compreensão da dimensão subjetiva do fenômeno da aposentadoria. Dessa forma, ao se buscar compreender e analisar os sentidos e significados da aposentadoria para idosos, é válido recorrer a esse tipo de estudo que pode ajudar a atingir os objetivos da pesquisa.

As denominadas metodologias de caráter qualitativo são, na maioria das vezes, associadas a uma contrapartida dos paradigmas estruturais, pautados por tipologias de análises quantitativas (Haguette, 2010). Contudo, o tipo de pesquisa qualitativa aqui concebido não se refere a uma contraposição em relação às pesquisas de caráter quantitativo. Ao contrário, compreende que não é possível dissociar aspectos quantificáveis das inúmeras vivências de significados presentes na realidade cotidiana (Minayo, 2008). Compreende-se que as metodologias qualitativas são fundadas na apreensão de que a ação social é fator essencial na configuração da própria sociedade (Haguette, 2010). A produção da subjetividade humana tem, em sua constituição, um caráter de ordem histórico-social. Desse modo, a opção pela pesquisa de tipo qualitativa está intrinsecamente vinculada à natureza do próprio objeto de pesquisa.

O campo do estudo, como já apontado no decorrer do texto, foi o Departamento de Atendimento ao Idoso, pertencente à Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) da cidade de Goiânia-Goiás. O Departamento tem como finalidade a coordenação, formulação e implantação das políticas municipais para os idosos. Ele coordena, supervisiona os programas e projetos que são efetivados nos Centros de Referência de Assistência Social e nas demais unidades de assistência social. O departamento tem como suas principais funções: zelar pelo cumprimento das leis que estão vinculadas ao Estatuto do Idoso; supervisionar os abrigos que possuem convênios com a Secretaria quanto às condições de moradia e ao atendimento de forma global oferecido aos idosos; promover atividades culturais e de lazer para esses; dentre outras ações. Promove, ainda, a execução de grupos culturais na sede da Secretaria. Os principais cursos oferecidos são violão, teclado, sanfona, coral, dança portuguesa e cavaquinho. Os cursos são oferecidos para toda a comunidade com mais de 60 anos (Portal Prefeitura de Goiânia, n.d.).

A escolha dessa instituição para a realização da pesquisa diz respeito principalmente ao fato de ser uma instituição pública de acesso universal e atender ao público que se desejava analisar. Ela atende toda a população que reside na cidade de Goiânia, que possui 60 anos ou mais, de acordo com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, que define a pessoa idosa. O contato com o campo ocorreu ainda na fase inicial da pesquisa, em que tive acesso à gestora da instituição que nos recebeu de forma bastante amistosa e forneceu muitas informações acerca dos programas que eram ofertados na sede da secretaria. Ela foi a responsável por nos apresentar a professora das oficinas de voz e violão. Antes de começar a realização das entrevistas com os idosos, participamos de alguns momentos na instituição em que observamos os sujeitos no cotidiano das aulas. Eles chegavam à instituição bem antes do início das aulas e travavam conversas aleatórias sobre a vida, além de começarem a tocar seus instrumentos e cantar. Nesses momentos, pudemos observar um grande vínculo afetivo entre a professora, os alunos e entre os próprios alunos.

Ao observar o cotidiano de algumas aulas, percebemos que os alunos demonstravam muito entusiasmo, motivação e alegria em se reunirem e para aprender os instrumentos, cantar. Numa das visitas realizadas, participamos da confraternização de final de ano. Nesse momento, houve uma conversa em que os alunos manifestaram medo de que, no ano seguinte, não tivessem as oficinas, pois a professora estava correndo o risco de não ter seu contrato renovado para o próximo ano, fator esse demonstrado com muito pesar pelo grupo. O vínculo afetivo com a professora pode ser evidenciado na fala do senhor José de 85 anos:

[...] não tenho nada disso, essa aula, essas aulas, a Severiana (professora das oficinas) é uma maravilha, é uma benção pra nós! Pra mim e pra todos eles, pros idosos, ela tem uma paciência... ela tem uma diplomacia... Nossa senhora! Então, pra mim é ótimo.

Os participantes selecionados para a pesquisa foram provenientes das oficinas de voz e violão. O local atende, em média, 60 idosos e a amostra representativa foi composta por 06 idosos, três homens e três mulheres. Tal delimitação da amostra vincula-se ao fato de que se entende que é possível apreender questões subjetivas sobre a aposentadoria na velhice, a partir do contato com esse número de entrevistados, em que podemos acessar as questões de caráter universal (todo) por meio de um grupo de sujeitos (singulares). O recorte não teve pretensões amostrais de acordo com critérios estatísticos e ela pode fornecer características da população oferecida na sede do departamento, onde atualmente estão em funcionamento as oficinas de voz e violão. Essas oficinas foram escolhidas, pois é, nesse momento, que os idosos vão à sede do departamento e permanecem por um tempo na instituição.

Para seleção dos participantes da pesquisa, tivemos o primeiro contato com a professora das oficinas, explicamos os objetivos da investigação e os critérios de inclusão<sup>6</sup>. A professora, então, se dirigiu ao grupo e perguntou quem gostaria de participar da pesquisa. Alguns alunos demonstraram interesse e outros fizeram muitas perguntas sobre do que se tratava a investigação, recusando-se a participar. Desse modo, três homens, entre 69 e 84 anos, viúvos, se dispuseram a participar, e três mulheres entre 64 e 70 anos, duas viúvas e uma casada, sendo todas professoras aposentadas. Os participantes foram aposentados por tempo de serviço de trabalho predominantemente urbano. As três mulheres entrevistadas se aposentaram antes dos 60 anos, pois a antiga lei trabalhista permitia se aposentar por tempo de contribuição. Os homens entrevistados se aposentaram após os 60 anos (marco cronológico da entrada na fase da velhice na atualidade) (Lei nº 10.741, 2003). Segue o perfil dos sujeitos entrevistados (nomes fictícios para resguardar o sigilo):

**Quadro 1 – Perfil socioeconômico dos aposentados entrevistados**

<b>Participante</b>	<b>Maria</b>	<b>Júlia</b>	<b>Sônia</b>	<b>José</b>	<b>João</b>	<b>Paulo</b>
<b>Tempo que está aposentado</b>	02 anos	15 anos	14 anos	27 anos	10 anos	11 anos
<b>Profissão</b>	Professora	Professora	Professora	Vendedor	Desenhista Projetista	Auxiliar de autopsia
<b>Estado civil</b>	Viúva	Viúva	Casada	Viúvo	Viúvo	Casado
<b>Escolaridade</b>	Especialização	Especialização	Mestrado	Superior incompleto	Ensino Médio	Fundamental
<b>Com quem mora</b>	Sozinha	Sozinha	Marido	Filha	Filho	Esposa
<b>Idade da aposentadoria</b>	67 anos	49 anos	49 anos	58 anos	69 anos	65 anos
<b>Renda Mensal</b>	R\$ 3.000 reais	Não informada	Não informada	R\$ 1.430 reais	R\$ 10.000 reais	R\$ 2.000 reais
<b>Idade atual</b>	69 anos	65 anos	64 anos	85 anos	79 anos	76 anos

Fonte: Elaborada pela autora

<sup>6</sup> Critério de inclusão/exclusão: foram excluídos do estudo idosos que apresentassem algum tipo de patologia que inviabilizasse a realização da pesquisa e que são aposentados por outros critérios que não seja por tempo de serviço predominantemente urbano, pois os sujeitos com essa característica possuem um longo tempo de contribuição devido a longa, complexa e diversificada experiência no mundo do trabalho.

Os instrumentos utilizados para a pesquisa foram: Roteiro de Entrevista Semiestruturada, o Diário de campo. A entrevista semiestruturada é um instrumento de grande valia para a coleta de dados em pesquisa do tipo qualitativa. Gaskell e Bauer (2015) delimitam a pesquisa qualitativa referindo-se a entrevistas do tipo semiestruturada, denominando-as de Entrevista em Profundidade. Ela é composta por um roteiro ou guia de entrevista que pode ser modificado no decorrer do próprio processo de interlocução com o sujeito. Essa modalidade de entrevista é feita com um único respondente ou em Grupo Focal, quando é aplicada em um grupo de respondentes. Segundo Farr (1982), conforme citado por Gaskell e Bauer (2015), a entrevista qualitativa é “essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou ponto de vistas sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista” (p. 65).

A entrevista semiestruturada e/ou em profundidade parte do pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, mas é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas. Porém, não sob as condições que elas mesmas estabeleceram. Tais construções constituem a realidade e o mundo vivencial das pessoas dentro de determinado contexto social (Gaskell e Bauer, 2015). Dessa forma, essa modalidade de entrevista é um excelente instrumento que objetiva obter uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais determinados. A compreensão dos mundos – sentidos e significados – da vida dos entrevistados e de grupo sociais específicos é a condição indispensável desse tipo de entrevista. Compreende-se também que as perguntas são mais abertas, possibilitando aos entrevistados menos limites e maior liberdade para exporem suas opiniões (Moroz & Gianfaldoni, 2006). A entrevista semiestruturada se configura como instrumento fundamental para apreender e compreender como os sujeitos idosos significam e dão sentido ao fenômeno da aposentadoria em conjunto com a própria velhice.

Além disso, através do diálogo, propiciado por esse tipo de entrevista, a pesquisadora pode acessar a conteúdos subjetivos em que se expressam elementos da natureza social humana, no entendimento de que a constituição individual é marcada pelo outro, por meio da vida coletiva. Compreende-se que esse instrumento de pesquisa auxilia ao acesso tanto ao mundo subjetivo dos entrevistados, quanto aos aspectos vinculados à “subjetividade social”. De acordo com Minayo (2008, pp. 262-263):

É preciso lembrar que a entrevista, como forma privilegiada de interação social, está sujeita a mesma dinâmica das relações existentes na própria sociedade...cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados que aí são produzidos.

As entrevistas fornecem informações que vão para além das questões individuais de cada participante, fato esse essencial na busca da apreensão da aposentadoria na velhice como fenômeno social e individual amplo e multifacetado. Soma-se às entrevistas semiestruturadas o diário de campo, o que permite a coleta de informações que não podem ser apreendidas pelos outros instrumentos. De acordo com Triviños (2008):

Os pesquisadores usam com diferente nível de abrangência a noção de “anotações de campo”. Pode ser entendida como todo o processo de coleta e análise de informações, isto é, ela compreenderia descrições de fenômenos sociais e físicos, explicações levantadas sobre as mesmas e a compreensão da totalidade da situação de estudo. Este sentido tão amplo faz das anotações de campo uma expressão quase sinônima de todo o desenvolvimento da pesquisa (p. 154).

Sendo assim, as anotações no diário de campo estão intrinsecamente vinculadas ao próprio andamento da pesquisa, e seu uso é uma forma de coleta de dados imprescindível nas pesquisas de tipologia qualitativa. Sua vinculação aos outros instrumentos de coleta de dados pode fornecer maior riqueza de detalhes que vão para além do material transcrito.

Destaca-se que a autorização para a realização das entrevistas foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG), no parecer de nº 3.848.013. As entrevistas foram realizadas antes e durante as aulas. Essa foi a opção escolhida pelos participantes que não quiseram/puderam ir à sede da instituição em outro horário para as entrevistas. Algumas entrevistas foram feitas no refeitório da instituição, mas havia muita circulação de funcionários. Esse fato nos levou a solicitar outro local para a realização das entrevistas. A solicitação foi prontamente atendida e pudemos realizar as entrevistas na sala da gestão. O diário de campo foi utilizado em todos os contatos presenciais em que tivemos acesso à instituição.

As entrevistas foram previamente agendadas para os dias das oficinas. Inicialmente solicitamos aos participantes que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Solicitamos também a autorização para a gravação em áudio. Nesse momento, apresentamos questões pontuais sobre a pesquisa, instituição e programa a qual o estudo está vinculado, além de pontuarmos acerca do sigilo da identidade de cada participante. Os encontros tiveram duração média de 40 minutos. A entrevista semiestruturada foi previamente elaborada e testada durante a elaboração do projeto de pesquisa, sendo composta por questões

relacionadas ao trabalho, velhice e aposentadoria (ver Apêndice B), com o objetivo principal de apreender os sentidos e significados da aposentadoria na velhice.

Para a análise das entrevistas, fez-se uso da Análise de Conteúdo temático-categorial. Segundo Minayo (2008), o tema tem vinculação com afirmações acerca de determinados assuntos, sendo composta por um feixe de relações. “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência significam alguma coisa para o objeto analítico visado” (p. 316). Para a análise das informações, é necessário realizar três etapas: a) pré-análise, que é composta pela leitura flutuante, constituição do *corpus*, formulação e reformulação de hipóteses e objetivos; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação (Minayo, 2008).

Para a presente pesquisa optou-se por essa metodologia de análise dos dados, pois ela auxiliará a interpretar e categorizar os sentidos dos depoimentos, com a finalidade de que as análises aqui expostas sejam saturadas pela teoria e articuladas com os outros dados que se apresentam na realidade. As entrevistas são concebidas enquanto representações “mais ou menos” reais, sendo que seu conteúdo não é a expressão exata da verdade do objeto. Precisa-se, assim, realizar análises pautadas pelo arcabouço teórico-metodológico e com uma triangulação de dados, de forma que possam ser expostos contradições, condicionantes e determinantes, nos quais estão inseridos o objeto. Com a finalidade de encontrar os núcleos de compreensão, buscou-se por categorias, “que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado” (Minayo, 2008, p. 317).

Desse modo, configura-se o percurso do processo investigativo. Na busca por analisar os dados empíricos e da essência dos fenômenos, é necessário compreender as categorias analíticas que constituem a pesquisa por meio dos arcabouços teóricos produzidos cientificamente. No processo de investigação, o pesquisador deve ter um papel ativo, objetivando interpretar as informações através de uma perspectiva crítica (Gomes, 2002). Nesse viés, o Capítulo 2 traz um debate sobre a constituição sócio-histórica da velhice em conjunto com a configuração do fenômeno da aposentadoria no Brasil. Ambas consideradas categorias históricas, pontuando a estreita relação entre essas duas instâncias empíricas na contemporaneidade, em interlocução com as informações provenientes das visitas ao campo, em que foram travados diálogos com os sujeitos velhos aposentados e pelas entrevistas realizadas.

## Capítulo 2

### A Velhice e a Aposentadoria no Brasil

Este capítulo se debruça sobre a configuração histórico-cultural da velhice em conjunto com o panorama da aposentadoria no Brasil. Nesse sentido, tem-se a finalidade de dissertar acerca do objeto de investigação, localizando-o dentro de uma particularidade histórica sendo constituído por inúmeras mediações.

Na história recente da cultura ocidental, a partir do século XIX, com o advento da Revolução Industrial, aconteceram transformações profundas em todas as esferas da sociedade. Os inúmeros avanços e descobertas científicas tiveram como resultado melhoria nas condições de vida em geral e o aumento da expectativa de vida. Tais mudanças produziram novas formas de constituição da velhice. Objetiva-se aqui compreender a velhice no atual momento de hegemonia capitalista, pautadas pelos ideais da jovialidade, como a fase mais importante da vida de homens e mulheres. Vinculados à capacidade de produção e reprodução do capital. “Desde a Revolução Industrial, o velho é comumente associado à inutilidade, ser imprestável ou parasita, devendo, portanto, ser excluído, pois para o capitalista é a capacidade humana de executar o trabalho o que interessa” (Benedito, 2017, p. 218). O trabalho, no sentido *stricto sensu*, é considerado como dispêndio de energia humana. Há a primazia das relações baseadas na venda e troca de mercadorias, sendo que tanto jovens, quanto velhos pertencentes à classe trabalhadora, têm como sua única mercadoria a força de trabalho e, para continuarem existindo, precisam vendê-la.

A velhice passou a ser objeto das ciências a partir do século XX. Atualmente, o aumento populacional foi um dos principais fatores que levaram a velhice a ser objeto de diferentes estudos, pois passou a ser considerada como um problema social (Peixoto, 2006). Tal aumento da população idosa é resultante principalmente da ampliação da expectativa de vida. A expectativa de vida da população brasileira ao nascer em 2019 é de 80 anos para mulheres e 73 anos para homens (IBGE, 2019a). Essa projeção fornecida pelos órgãos de pesquisa é altamente questionável, uma vez que ao se analisar o atual contexto que o Brasil e o mundo vivenciam, marcado pelo “desmonte da vida”, aumento do desmatamento, liberação de inúmeros agrotóxicos, possibilidades de guerras, dentre outros aspectos, a possibilidade dessa curva demográfica não existir é muito grande. Segundo dados do Ministério da Saúde, no ano de 2016, o Brasil possuía a quinta maior população de idosos do mundo (IBGE, 2019a). O aumento do número de pessoas que se enquadra nesse período do desenvolvimento produz um novo olhar sobre essa população e preocupações até então inexistentes. Tem-se a

elevação da quantidade de pesquisas com idosos nas mais diversas áreas do conhecimento, há a implementação de políticas públicas, além de um reordenamento social com vistas a “subordinar” esse público às dinâmicas do sistema capitalista.

Como resultado desse recente processo de preocupações sociais com essa parcela da população, está a criação de instrumentos que regulam os direitos sociais da pessoa envelhecida, como é o caso do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, 2003). O estatuto é produto de um longo processo de redemocratização do Estado brasileiro, resultante da Constituição de 1988. Após um longo período de ditadura militar, houve um grande movimento social que buscava a recuperação do estado de direito e do exercício da cidadania. Assim, o processo constituinte de 1988 é perpassado por diferentes interesses de classe. A sociedade e o estado trazem um novo olhar voltado à população velha (Justo & Rozendo, 2010).

O Estatuto do Idoso se configura pela Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, cuja finalidade é regular os direitos de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (Lei nº 10.741, 2003). Desse modo, a primeira demarcação do que é ser velho no Brasil refere-se à marca cronológica dos 60 anos. O Estatuto visa resguardar a pessoa idosa em todas as suas dimensões, dispõe normas e diretrizes para a execução de políticas públicas destinadas aos idosos. É um instrumento que possui força legal, mas para além de sua função principal – normatização –, ele também produz inúmeros sentidos e práticas em relação à velhice. Por meio da Lei, há uma produção simbólica e conceitual que configura o idoso na cultura brasileira, demarcando um novo lugar social para os sujeitos velhos (Justo & Rozendo, 2010). Essa categoria social passa a ser considerada socialmente como sujeitos excluídos, tanto no discurso legal, quanto no senso comum, o que denota o surgimento de inúmeros movimentos de caráter social e criação de políticas públicas – a exemplo do Estatuto do Idoso – como forma de inserir essa população marginalizada (Benedito, 2017). Porém, mesmo sendo um avanço em termos de políticas públicas, em razão de que configura proteção legal, o Estatuto do Idoso também serviu como forma de controle de uma população cujo número é cada vez maior. De acordo com Justo e Rozendo (2010):

Não se deve ignorar também que tamanha projeção social, tal como essa ocorrida com os idosos por meio do Estatuto, está intimamente relacionada com estratégias e ações do Estado para resolver problemas, gerenciar e controlar populações, administrar subjetividades e manter a integridade do corpo social. Nesse sentido, o Estatuto assume o papel de catalisador de um problema social o qual procura dar uma forma, inteligibilidade e respostas capazes de neutralizá-lo, como força de contestação, e absorvê-lo na lógica do funcionamento do Estado (p. 10).

Ao se propor a análise do Estatuto do Idoso, Justo e Rozendo (2010) observaram uma maior frequência da velhice associada à fragilidade, caracterizada como sujeitos cujos corpos já se apresentavam debilitados, adoecidos, indivíduos que precisariam de proteção no que diz respeito à vida. Eles apontam também que existe uma forte preocupação com a saúde, o que contribui com o ideário da velhice vista enquanto doença, dando primazia mais aos aspectos orgânicos dos indivíduos, “... corroborando o olhar clínico da geriatria clássica sobre a velhice, que enxergava esta fase da vida, como uma doença crônica” (p. 11).

No estudo, os autores identificam, em menor frequência, as categorias que vinculam a velhice como uma fase da vida de autonomia e realizações. Afirmam que, ao longo dos artigos do Estatuto do Idoso, a representação da eu velhice é apontada como uma fase ativa da vida. No entanto, essa representação aparece de forma secundária, pois *a priori*, o olhar que incide sobre o velho é de tutela, o que pode ser verificado na análise de todo o conteúdo do Estatuto.

Mesmo as categorias que procuram retratar o idoso como cidadão, assegurando-lhe canais de participação política, não conseguem se sobrepor ou ocupar o mesmo espaço e ter a mesma importância daquelas que o tratam como objeto da caridade do Estado e do conjunto da sociedade benevolente. A figura dos Conselhos de idosos, prevista como forma de participação política, protagonismo e controle social se desvanece diante de um razoável rol de proteções e serviços, presumivelmente assegurados por lei, e diante da falta de assento para os próprios idosos nos Conselhos que os representam. Os Conselhos do Idoso são compostos paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil, na maioria das vezes, indicados, respectivamente, pelos órgãos da administração pública e por instituições, entidades, ONGs e clubes prestadores de serviços a idosos. Mas, mesmo diante desta estrutura aparentemente democrática de controle social, representada pelos conselhos, notamos que são poucos, ou inexistentes, os idosos que ocupam cadeiras nestes conselhos, como representantes de usuários de programas, projetos, serviços, benefícios, enfim, como beneficiários das políticas públicas (Justo & Rozendo, 2010, p.13).

Essas preocupações com a velhice também se fazem presentes no campo da produção científica. Reis e Facci (2017) apontam que, por meio de investigações de pesquisas científicas, há três categorias gerais que expressam as maneiras pelas quais as ciências compreendem a velhice. Todas elas veem a velhice sob um paradigma psicossocial. A primeira categoria se refere a um olhar que tem como foco a saúde do idoso no que diz respeito aos aspectos físicos, na compreensão de que as inúmeras mudanças corporais nessa fase da vida são responsáveis pela produção de diferentes doenças. Nessa categoria, existe uma exacerbação dos aspectos biológicos e uma anulação dos processos socioculturais e históricos da construção da velhice. Na segunda categoria, os autores identificam pesquisas que abordaram as condições socioeconômicas e culturais do idoso. A terceira categoria versa

sobre suas condições psicológicas. Essas pesquisas propiciam aos autores a compreensão de que, no Brasil, há uma tendência ao debate pelo paradigma da análise biopsicossocial do fenômeno em questão, em detrimento de análises que pautam a compreensão da velhice como uma produção histórica.

A partir da compreensão de como a velhice tem sido objeto de debate, estudo e produções de políticas públicas, como o Estatuto do Idoso, bem como alvo de inúmeras investigações das mais diferentes ciências, é válido destacar alguns olhares sobre o significado dela. Há diferentes concepções do que é ser velho. Para a psicanalista Maud Mannoni (1995), a velhice é um estado de espírito que não teria relação com a idade cronológica. A autora defende que é equivocado e arbitrário o fato de que a velhice fora fixada cronologicamente com a aposentadoria, ou seja, o sujeito é considerado velho quando se aposenta aos 60 e 65 anos, o que pode produzir consequências traumáticas na vida dos sujeitos.

Debert (2006), que estuda a velhice sob uma visão antropológica, defende que ela não é apenas uma categoria natural, mas uma categoria socialmente construída. O fato de o homem nascer, crescer e morrer é natural. Por sua vez, a vivência e a concepção do envelhecimento têm origem histórico-social. As várias formas sociais pelas quais os sujeitos velhos são tratados ao longo da história, as diversas representações da velhice e o tratamento que lhes é dado estão ligados ao contexto histórico-social ao qual pertencem. Sendo assim, na atual sociedade pautada pelos princípios capitalistas, se desenvolveu um modo particular de compreensão da velhice ou coexistem diferentes velhices, de acordo com a classe social a qual o sujeito pertence (Teixeira, 2017).

O próprio processo de individuação, característico da modernidade, teve como um de seus fundamentos a institucionalização do curso da vida. “Uma forma de vida em que a idade cronológica era praticamente irrelevante foi suplantada por outra, em que a idade é uma dimensão fundamental na organização social” (Debert, 2006, p.59). Beauvoir (1990), por outro lado, aponta que a velhice deve ser investigada em sua totalidade, levando em conta todos os aspectos que envolvem a vida dos sujeitos.

Todos esses entendimentos são importantes e contribuem na construção de um diálogo sobre a velhice. Todavia, com a finalidade de compreender a totalidade complexa da velhice, enquanto ciclo do desenvolvimento humano, toma-se como referência a velhice compreendida como uma etapa desse desenvolvimento, marcada por condicionantes histórico-sociais, construída e transmitida pelos homens e pelas mulheres através da cultura (Reis & Facci, 2017).

Na compreensão das particularidades da velhice na contemporaneidade e ao tomar a aposentadoria na velhice como objeto de análise, sendo que esse fenômeno é entendido como amplo e multifacetado. E na compreensão de que essas categorias se constituem como um campo aberto a investigações, especialmente aquelas que partam das práticas cotidianas, dos processos de significação e identidades dos trabalhadores aposentados. Nesse sentido, é fundamental buscar apreender a articulação entre os processos macrosociais e os processos de subjetivação vividos pelos trabalhadores em suas experiências no mundo do trabalho, suas repercussões sobre a aposentadoria e a velhice.

Tem-se a aposentadoria como instância empírica que expressa a subjetividade dos trabalhadores velhos, especialmente porque o fenômeno da aposentadoria é, na aparência, compreendido como o encerramento de atividades profissionais, o tempo do não trabalho. As diferentes formas de investigar a aposentadoria puderam ser evidenciadas na análise dos artigos do Estado do Conhecimento. Em um dos estudos, a aposentadoria é analisada por uma revisão sistemática, no artigo intitulado “Revisão de literatura latino-americana sobre aposentadoria e trabalho: perspectivas psicológicas” (Boehs et al., 2017). Nele se propôs a analisar de que forma estavam sendo desenvolvidas as investigações da aposentadoria e do trabalho no campo da ciência psicológica de recorte latino-americano. Os autores apontaram uma variedade de metodologias e perspectivas teóricas. Contudo, identificaram uma carência de estudos empíricos com sujeitos que já vivenciaram esse processo ou estão vivenciando. Outro artigo que ilustra as formas que tem sido pesquisado o fenômeno em questão é o “Imaginários sobre aposentadoria, trabalho e velhice: estudo de caso com professores universitários” (Moreira, 2011). A finalidade desse artigo foi identificar o imaginário acerca das categorias aposentadoria, trabalho e velhice em professores universitários com mais de 60 anos que continuavam trabalhando. A autora fez uso de entrevistas semiestruturadas e identificou categorias que nos deram inúmeras pistas de como a aposentadoria é significada para alguns, como perdas, invalidez, improdutividade; para outros, uma espécie de benefício que poderia prolongar a necessidade de seu uso. Sato (2009 e 2013) demonstra formas de investigar o trabalho através da vida cotidiana dos trabalhadores e das trabalhadoras, que está vinculada aos modos de produção na contemporaneidade, na possibilidade de resistência dos trabalhadores frente aos sofrimentos provenientes do mundo do trabalho. Propõe pesquisa-participante vinculada ao “chão da fábrica”, como locus rico de análises e revoluções emancipatórias.

Com base nessa discussão inicial, este capítulo está dividido em dois momentos. No primeiro, tece-se uma discussão acerca da velhice como categoria historicamente produzida,

discussão que se assenta nos fundamentos da Psicologia Histórico-cultural. Nessa parte, ressalta-se acerca das diferentes concepções sobre a velhice vinculada à sua historicidade, as suas configurações atuais, sua relação com o trabalho/aposentadoria, os processos vinculados ao envelhecimento e a ideologia da velhice. Posteriormente, discute-se a aposentadoria, na perspectiva de uma política pública conquistada por meio de muitas lutas sociais, ressaltando-se os aspectos relacionados à configuração da política social no Brasil, com ênfase nas políticas da previdência social em meio à contrarreforma estatal.

### **2.1 A velhice sob a ótica da Psicologia Histórico-cultural**

Para análise desse período do desenvolvimento humano denominado velhice, são utilizadas as contribuições da Psicologia Histórico-cultural com a finalidade de apreender, por conseguinte, sua constituição histórico-cultural. A Psicologia Histórico-cultural tem o materialismo histórico-dialético como fundamento metodológico e compreende a constituição humana marcada pelo trabalho, entendido no seu sentido ontológico, a atividade de transformar a natureza responsável pela constituição do ser social (Martins, 2017). Essa escola do pensamento psicológico foi fundada a partir das ideias desenvolvidas por Lev Vigotski, sustentando-se epistemologicamente nos princípios marxistas.

Os estudos de Vigotski e seus seguidores Luria, Leontiev e Elkonin são pautados em compreender o desenvolvimento psíquico da consciência e, mesmo tendo como objeto de investigação a infância, oferecem instrumentos conceituais para a análise da velhice. O desenvolvimento humano da consciência é resultado das atividades e práticas culturais, relacionadas aos hábitos sociais nos quais os indivíduos se desenvolvem. As habilidades cognitivas e as maneiras com que o pensamento se estrutura não são de caráter congênito (Vigotski, 2000). Pode-se identificar, por meio dessa teoria, o caráter cultural do desenvolvimento humano. A forma de pensar dos sujeitos está ligada com a produção histórica da sociedade, sendo que o lugar que a criança ocupa no mundo em conjunto com sua história de vida são fatores essenciais para construir seus pensamentos (Vigotski, 2000).

Em Vigotski (1991), o autor aponta que o tipo psicológico do homem é resultado de duas linhas evolutivas. A primeira se refere à evolução biológica que deu origem ao *Homo sapiens*, com toda sua estrutura corporal estabelecida, em que há uma hereditariedade fixada e transmitida através das distintas gerações. A segunda diz respeito ao desenvolvimento histórico do homem, que cria força frente à primeira linha. Nesse sentido: “As novas leis, que regulam o decurso da história humana - e que regem a totalidade do processo de

desenvolvimento material e mental da sociedade humana, agora tomaram de vez o seu lugar” (Vigotski, 2000, p. 01).

Para pensar o indivíduo e o percurso de seu desenvolvimento, é necessário compreender que os sujeitos só existem como seres sociais, que pertencem a algum grupo social, em que eles seguem em conjunto com o desenvolvimento histórico. A determinação da consciência tem vinculação com o sistema social no qual o indivíduo está inserido (Vigotski, 2000). Por essa via analítica, o sistema capitalista, sem sua dominância histórico-cultural, “determina” o modo de pensar dos sujeitos na contemporaneidade. É válido destacar que a sociedade, mesmo sendo a representação de uma totalidade, não possui como característica a uniformidade, é dividida em diferentes classes sociais. Esse aspecto é essencial para a apreensão de que, em um mesmo período histórico, coexistem personalidades humana distintas. A personalidade tem como componente fundamental a influência das relações sociais (Vigotski, 1999)<sup>7</sup>.

Tendo como referencial o paradigma teórico-conceitual da Psicologia Histórico-cultural, compreende-se o homem e seu aprendizado a partir de sua natureza social, sendo que o desenvolvimento psíquico de homens e mulheres está diretamente vinculado à apropriação de signos historicamente produzidos (Vigotsky & Luria, 2007). Os signos seriam meios de auxiliares para solucionar tarefas psicológicas, assumindo uma função instrumental. O domínio de determinado signo não é resultante de uma relação linear entre sujeito e objeto, mas a possibilidade de apropriação dele só virá do outro ser social que já o domina, sendo assim, um processo de ensino (Martins, 2017). Desse modo, pode-se compreender que as etapas do desenvolvimento humano se vinculam a uma longa história de objetivações – trabalho – e apropriações das heranças culturais humanamente produzidas, relacionadas com o desenvolvimento do gênero humano (Martins, 2017). Sob essa perspectiva, é possível compreender de que forma a velhice foi sendo construída como uma categoria da realidade social, como produção do próprio homem, fenômeno que se apresenta empiricamente pelos diferentes processos de envelhecimento que o caracterizam, mas que se vincula à história da humanidade (Reis & Facci, 2017).

Pela compreensão de sua historicidade, a velhice ocupa diferentes lugares dependendo da cultura na qual ela se insere. Nas sociedades antigas, como na Grécia Antiga, havia uma extrema valorização das capacidades e aptidões físicas, sendo que os sujeitos daquela sociedade eram valorizados de acordo com essas características. Os velhos eram considerados

---

<sup>7</sup> Como já exposto no capítulo 02 deste estudo.

os que tinham mais que 40 anos e eram, de certo modo, desprestigiados por suas limitações físicas. Por outro lado, eram respeitados na vida política. Para os velhos, eram reservados os cargos no conselho dos anciãos – função de prestígio –, pelo fato de que possuíam mais sabedoria do que os demais cidadãos, por terem vivido por mais tempo (Reis & Facci, 2017). Ademais, na antiguidade havia uma dicotomia entre os velhos ricos e os velhos pobres, sendo que os últimos eram isentos de privilégios (Oliveira & Santos, 2009 citado por Reis & Facci, 2017). Tal fato ainda está presente na atualidade, em que existem diferentes vivências sociais e individuais da velhice a depender da classe social a qual o sujeito pertence.

Ao tentar compreender a velhice sob a ótica histórica, é possível apreendê-la mediante características específicas, que estão ligadas às fases da organização produtiva (Reis & Facci, 2017). Como apontam Reis & Facci (2017):

A defesa a que nos propomos é de que, para compreender a velhice, não podemos nos limitar às perspectivas biológicas, psicológicas e sociais, em separado ou em conjunto, e destituídas da perspectiva histórica, mas sim considerar que a velhice nem sempre existiu tal qual a concebemos hoje, sendo uma construção histórica e, portanto, com características específicas de cada fase da organização produtiva (p.302).

Na história recente do capitalismo, as formas de organização da vida societal estão vinculadas aos modos de produção e reprodução da vida material. A vida social é uma forma de regulação da conduta dos sujeitos pelas relações entre eles, vinculadas às relações sociais de produção (Tuleski & Eidt, 2017). Tem-se, assim, a configuração da velhice ligada a esses modos. O velho na sociedade do capital é o sujeito não produtivo, que apresenta sua capacidade de trabalho afetada devido a suas limitações físicas.

Cada etapa do desenvolvimento é marcada por uma atividade dominante, que é a maneira pela qual o psiquismo se desenvolve, sendo considerada “atividade” tudo aquilo que os indivíduos realizam em busca de satisfazer a uma necessidade (Tuleski & Eidt, 2017). A atividade dominante na fase adulta é o trabalho, e esse período seria considerado o auge do desenvolvimento global de homens e mulheres (aspectos físicos, sociais e psicológicos). A transição da fase adulta para a velhice acarreta inúmeras metamorfoses na vida do sujeito, há um decaimento do ápice de seu desenvolvimento para um (não) lugar social, em conjunto com a perda das capacidades físicas e a diminuição da potência das funções psíquicas superiores (Reis & Facci, 2017). Ocorre, nessa transição, a instauração de uma crise, em que a atividade principal é relegada a um segundo plano, dando lugar a uma nova atividade e instaurando-se um novo período do desenvolvimento (Facci, 2004). No entanto, na velhice, há peculiaridades, a crise se instaura com a “atividade de não ser mais trabalhador”, processo

vinculado à aposentadoria, que é um dos maiores demarcadores da entrada no período de desenvolvimento humano denominado velhice (Reis & Facci, 2017).

Os sujeitos velhos, pela longa jornada da vida, possuem experiências e conhecimentos particulares que poderiam produzir contribuições sociais importantes. Porém, o fato de estarem “separados” do trabalho formal os torna inúteis e improdutivos, visto que a lógica de funcionamento da sociedade capitalista é a acumulação de mais valor/capital pela via do mais trabalho (Marx, 2018), e os sujeitos que não trabalharam deixam de contribuir, via trabalho explorado, na lógica da acumulação. Os sujeitos podem até continuar produzindo de alguma forma, no âmbito do trabalho informal ou por assumirem a função de cuidar dos netos. Contudo, como ele não é produtivo para o capital como era na condição de trabalhador ativo no interior das relações salariais, deixa de ser sujeito potencial da sociedade. Conseqüentemente, a velhice é marcada principalmente pelo afastamento das atividades laborais formais, por meio da aposentadoria, que é uma realidade para o velho trabalhador nas condições do trabalho formalizado, o que não necessariamente a realidade de todo sujeito velho.

Ressalta-se “atividades laborais formais”, porque na maioria das vezes, um grande número de velhos aposentados, que vivem da venda de sua força de trabalho, busca formas alternativas de adquirirem renda, pois, ao se aposentarem, diminuem seus ganhos salariais. No entanto, a perda do vínculo com essas atividades de trabalho formais repercute sobre os sujeitos de diferentes formas, alguns sujeitos adoecem, outros procuram formas alternativas de continuar sujeitos produtivos (Haddad, 2017a; Reis & Facci, 2017; Teixeira, 2017).

É de grande importância pontuar que há diferenças de classes na experiência da velhice na sociedade do capital. O processo de envelhecimento é composto por inúmeros fatores sociais, psicológicos, culturais, sendo composto principalmente pela posição de classe a qual o sujeito pertence (Teixeira, 2017). A velhice da classe trabalhadora será diferente em muitos aspectos da velhice daqueles que possuem os meios de produção. Mesmo que haja distinção dentro da própria classe trabalhadora no que se refere a ganhos salariais, qualidade de vida, profissões mais elitizadas e intelectualizadas, os sujeitos são trabalhadores e não deixam de ser explorados e expropriados do resultado de seu trabalho (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017). A vivência da velhice está vinculada ao lugar social que os sujeitos ocupam, que se desdobra nas condições de vida as quais são submetidos, em conjunto com as trajetórias de vida individuais e coletivas (Teixeira, 2017).

O capitalismo como sistema que abarca todas as esferas da vida (Alves, 2012) enxerga essa população como clientes em potencial e surge, na contemporaneidade, um mercado

voltado à terceira idade (melhor idade), oferecendo produtos para esse público específico (Debert, 2006). O que se percebe é que apenas uma pequena parcela da população pode adquirir esses produtos, como viagens dos sonhos e remédios de alta tecnologia para melhorarem as condições físicas. A maior parcela da população busca outras formas para complementar a renda, que se torna muito menor com a chegada da inatividade.

A imagem da velhice é associada ao ócio e ao prazer que poderiam ser usufruídos nessa etapa, o que é apenas uma realidade para poucos, uma utopia e ideal para a maioria. Assim, a classe a qual o sujeito pertence diz muito de como a velhice será vivenciada e significada. Em larga medida, a realidade de muitos é o lugar da exclusão e dos inúmeros sofrimentos. O processo de envelhecimento é mascarado pelos ideais de uma juventude que pode se prolongar se o sujeito fizer uso dos avanços sociais e científicos na melhoria da qualidade de vida, atrelados à boa alimentação, exercícios físicos. Entretanto, essa ideologia do envelhecer com qualidade é uma forma de esconder as desigualdades de uma sociedade dicotômica, em que o homem explora os outros sujeitos da mesma espécie e que, de fato, o envelhecer por um processo mais saudável está ligado ao lugar social do qual os sujeitos fazem parte, à classe (Benedito, 2017; Haddad, 2017a; Teixeira, 2017). O acesso aos serviços vinculados ao envelhecimento não é para todos. Tem-se como exemplo mais eminente os planos de saúde que aumentam seus valores de acordo com a idade, cujo acesso é alcançado por uma parcela de trabalhadores assalariados bem pequena.

Ao se deparar com esse quadro diverso e contraditório relacionado à experiência da velhice, observa-se que o processo de envelhecimento do trabalhador torna um problema social. Isso porque a velhice dessa classe é, na maioria das vezes, marcada pela pobreza, sem bens, assolada pelo adoecimento, dependentes de recursos da família, e, principalmente, por não poder contribuir para a reprodução sociometabólica do capital (Alves, 2012; Teixeira, 2017). Os sujeitos que são vistos como mercadoria a ser utilizada perdem seu valor de uso, lhes é expropriado os meios de produção. Essas características do processo de envelhecimento com o distanciamento da vida pública e das relações sociais, principalmente após a aposentadoria, vinculam-se às pessoas dessa população marginalizada da vida em sociedade, refletem as profundas e estruturantes desigualdades sociais promovidas pela divisão de classes (Haddad, 2017a; Teixeira, 2017).

Numa sociedade marcada pela divisão de classes, há, de um lado, um número enorme de proletariado e, de outro, uma parcela ínfima da burguesia. Essas classes irão, de certo modo, determinar qual será o lugar do indivíduo velho na sociedade (Benedito, 2017). Nesse sentido, os depoimentos provenientes das entrevistas podem expressar que a forma como a

velhice é vivenciada e significada tem uma relação estreita com a classe a qual o sujeito pertence. Dos seis sujeitos entrevistados, duas mulheres apontam que, após a aposentadoria, puderam fazer viagens e aproveitar a velhice de maneira mais assertiva, livre e feliz, fazendo uso do dinheiro da aposentadoria, como expresso nos depoimentos:

Eu acho que sim, tanto que eu passei a viajar mais ainda, porque antes não podia por causa do trabalho, passei a viajar, fui pra Europa! (Maria, 69 anos).

De passear, de viajar, já fui pro exterior, já fui pra Itália, Portugal, Argentina, Chile, tudo depois que eu aposentei (riso) (Júlia, 65 anos).

Esses depoimentos expressam que o tipo de experiência da vivência da aposentadoria em conjunto com a velhice se relaciona às condições materiais que circunscrevem os sujeitos. Todos os entrevistados pertencem à classe trabalhadora. No entanto, dentro da mesma, existem diferentes vivências desses processos, que estão ligadas a diversas questões, especialmente questões de ordem material. Destaca-se o fato de que não é uma realidade posta para todos os sujeitos trabalhadores e trabalhadoras a oportunidade de realizar viagens para outros países. Há barreiras sociais estabelecidas que impossibilitam esse movimento.

Ao tomar a velhice em suas diversas facetas, têm-se, nessa categoria social, os limites que lhe são impostos pelos aspectos biológicos. Os velhos apresentam a capacidade de sua força de trabalho afetada, o que os coloca à margem da sociedade, como “pesos”, mormente aqueles que não conseguem produzir, muito menos consumir; uma realidade da maioria da população velha do Brasil. Assim, a velhice, apesar de ser um processo natural dos seres vivos, está imersa nas determinações dos modos de produção em que são organizadas as sociedades, pois há a preponderância dos limites impostos socialmente, do que os de caráter natural e físico (Teixeira, 2017).

Deve-se pontuar que o envelhecimento é um processo que ocorre durante todas as etapas da vida e se constitui por ganhos e perdas vinculados a cada período da vida. É um processo dinâmico e ocorre de distintas formas em um mesmo grupo social. Todavia, o envelhecimento como processo que caracteriza a velhice é mais intenso, uma vez que as marcas no corpo são muito mais aparentes que em outros períodos da vida. O declínio físico e fisiológico é mais evidente, há uma maior incidência de doenças, a morte se apresenta como uma possibilidade mais real. Além desses fatores, há os de origem psíquica, social e econômico, que repercutem em todo o processo de envelhecer na sociabilidade do capital (Haddad, 2017a; Lima, 2013; Reis & Facci, 2017; Teixeira, 2017).

No mesmo período histórico, encontram-se diferentes formas de compreender o processo de envelhecimento vinculado à velhice, pois os sujeitos vivenciam esse processo de maneira distinta. A velhice da classe trabalhadora é muito diferente da vivenciada pelos capitalistas. Sob os trabalhadores, incide o desgaste vinculado ao tipo e à forma de atividade laboral que o mesmo desenvolveu ao longo da vida. Frequentemente, em condições de exploração em longas jornadas de trabalho e em condições de trabalho desumanas. Desse modo, a diferença de classe é um marcador identitário que deve ser analisado ao refletir acerca da concepção de velhice no atual momento histórico (Benedito, 2017). Numa sociedade de classes regidas pelo capital,

... os velhos referidos são provenientes da classe trabalhadora e tiveram seu tempo e sua força de trabalho inteiramente absorvidos pelo capital. Com isso não se está a afirmar que o velho rico não é submetido às sequelas decorrentes do envelhecimento. Certamente não há como fugir das leis naturais. Mas o enfrentamento de tais leis também varia conforme o lugar que o sujeito ocupa na sociedade. Uma coisa é sobreviver do próprio trabalho, outra é enriquecer do trabalho alheio (Benedito, 2017, p. 227).

As diferentes nomenclaturas para designar a população velha refletem uma necessidade do capital de englobar todos os aspectos da vida humana a seu domínio. As mudanças, a partir de 1970 (como já discutido anteriormente), propiciaram um novo olhar sobre os sujeitos velhos. Há o surgimento de uma nova ideologia da velhice (Haddad, 2017a). Destaca-se, de forma aparente, a construção de uma velhice produtiva, saudável como possibilidade de realização pessoal. O que está imbricada nessa ideologia a defesa da necessidade de uma educação para a velhice, como modo de vivenciar o momento “trágico” da existência, de forma mais “feliz” e assertiva. Algumas especialidades do saber médico, como a geriatria e a gerontologia, são as principais instâncias sociais que auxiliam na produção de uma ideologia da velhice. Essas correntes científicas, por meio do saber produzido, buscam difundir a ideia de que a realidade da velhice pode ser alterada através da ciência, das instituições sociais, do Estado e do próprio idoso (Haddad, 2017a). Esses argumentos são utilizados na construção de um ideário de velhice que é empregado como forma de dominação. Isso porque a realidade da velhice está posta pelos limites sociais estabelecidos, não há velhice prazerosa, sem doenças para os sujeitos que tiveram suas energias expropriadas durante toda a vida. Haddad (2017a) afirma sobre as contradições da ideologia da velhice sustentada pelo saber médico:

Propor a educação como uma alternativa para a solução da velhice trágica é ocultar a realidade histórico-social; é tomar como verdadeira a “ideia” de que a pedagogia da velhice encerra em si mesma a saída para a “questão da velhice”, possibilitando aos homens condições para viverem, por meio do processo de ressocialização, da inculcação das normas geriátricas relativas à aprendizagem da arte do saber envelhecer, uma existência diferente daquela que é socialmente produzida. A velhice, enquanto determinada historicamente, é esquecida. A apologia do “saber envelhecer” repousa em parâmetros diferentes: o social e o cultural. Verifica-se, portanto, uma contradição imanente ao discurso: enquanto causalidade identificadora pelo saber médico é biológica, ligada ao individual, a superação dos obstáculos a uma velhice feliz vai buscar no social suas razões de ser. (p.86).

Esse quadro é uma resposta do crescente avanço e expansão capitalista, o custo-benefício com a velhice é ponto central que instiga o debate. O “problema da velhice” deixa de ser apenas uma preocupação restrita ao âmbito familiar e passa a ser da sociedade (Bernardo, 2017). Tendo-se em vista esses aspectos, a reestruturação produtiva em conjunto com a implantação de novas políticas traz um novo discurso carregado de uma valorização dos velhos na sociedade, que pode ser compreendido como a construção de um mercado em expansão. Assim, surgem novas denominações: terceira idade, feliz idade, idade de ouro, melhor idade (Benedito, 2017). Essa nova ideologia repercute no olhar que se incide sobre a velhice, percalçado pela relação capital-trabalho. A terminologia *velho* é substituída pela palavra idoso, pois no contexto de preocupações com o sustento desse público, há as discussões no que se refere à aposentadoria. “A força subsidiada pelo capital passa a ter a seu favor a aposentadoria” (Benedito, 2017, p. 222). Esse avanço propicia um novo lugar desses sujeitos, o lugar de capacidade de consumo, com certo poder econômico. A velhice deixa abstratamente de ser associada a um lugar de decadência, entra em desuso o termo velho e surge, em todas as instâncias, o sujeito idoso. No presente texto, na compreensão de que esses termos são utilizados pelo capital como forma de abstrair as contradições na relação capital-trabalho, faz-se uso da designação velho. Nesse contexto, o capital utiliza novas expressões para designar os velhos trabalhadores, apropria-se deles como mercadoria.

Ao tentar compreender o “lugar” social reservado aos velhos na sociedade, deve-se considerar sempre que está vinculado às situações de classe, mesmo em sociedades anteriores, como na história da antiguidade ou no feudalismo já estava posta essa relação. O novo momento do capitalismo, como já mencionado em outros momentos do texto, apresenta características particulares, como a flexibilização, globalização da economia, financeirização, sendo que tais aspectos aumentam a fragmentação da própria classe trabalhadora e as desigualdades sociais. Há uma precarização dos serviços públicos com a finalidade de privatizar todas as instâncias da vida societal, com justificativa de avanço e modernização. Os direitos sociais são repensados por meio da ideologia liberal, que passa a ser de

responsabilidade de cada sujeito (Behring & Boschetti, 2009; Teixeira, 2017). Foi possível perceber esse movimento por meio dos depoimentos dos sujeitos entrevistados que disseram que a decisão pela aposentadoria se deu devido às possíveis mudanças provenientes das políticas de enxugamento dos direitos, como a reforma do sistema previdenciário.

Progressão, então, de repente, quando eu estava lá em cima, de repente sumiu minhas letras todas! E aí?! Aí comecei me sentir impotente, porque eles fazem o que eles querem da gente (Maria, 69 anos).

É, com medo da política porque sempre tudo tava parece assim, conspirando contra, a gente neh, então (Maria, 69 anos).

Esse medo expresso pela entrevistada demonstra como as questões no campo da política foram um aspecto determinante em sua decisão pela aposentadoria, tendo em vista que os direitos que ela havia conseguido ao longo de uma jornada de trabalho poderiam desaparecer.

Outro aspecto interessante é que os serviços públicos ofertados pelo Estado à população foram evidenciados, nos depoimentos, como algo valioso, já que a idade – fase da velhice – proporciona a eles acesso a inúmeras atividades sem custo.

Exatamente, você ficar dentro de casa, e parada, esses programas sociais mesmo que a prefeitura mantém, eu acho muito importante. Agora resta ver quem que aproveitar? Porque tem muita coisa boa, então, a gente tem que saber aproveitar nosso tempo, não é pra ficar chorando, meus filho casou, eu ia ficar dentro de casa chorando? (Júlia, 65 anos).

Éhh, só porque tive mais acesso às, aos, por exemplo, quando a gente é mais nova, a ginástica que a gente vai fazer, tudo tem que ser pago, e agora com a terceira idade já encontro. Tipo, coral aqui, não paga, eu faço ioga não paga, eu faço zumba pra idoso, não paga, eu faço ginástica não pago. Faço *tai chi chuan* no bosque dos buritis, não pago. Entendeu? (Maria, 69 anos).

Essas falas podem demonstrar a importância das diversas atividades gratuitas ofertadas a essa população, que muitas vezes, não as realizaram ao longo da vida por não terem condições financeiras para o custeio. Tem-se, assim, o acesso público aos direitos como uma dimensão importante da velhice da classe trabalhadora. Os direitos aos serviços públicos vêm sendo campo de precarização e sucateamento, com a finalidade de que esses serviços deixem de ser uma demanda ofertada pelo Estado e passem para a iniciativa privada, com vistas à expansão e acumulação do mercado capitalista.

No Brasil, como já pontuado, os sujeitos são considerados legalmente velhos aos 60 anos, fato esse vinculado ao acesso ao direito de aposentadoria, mas esse critério é arbitrário,

porque o processo de envelhecimento é diverso, sendo vivenciado de diferentes formas pelos sujeitos. Há um gama de questões conflituosas na velhice, a pessoa velha é colocada em um “não” lugar social, em conjunto com o corpo envelhecido e, frequentemente, adoecido, em especial com o “fantasma” da finitude da própria vida. A morte se apresenta de forma muito mais real do que nas outras faixas etárias. A velhice passa a ser negada em seus diferentes aspectos (Debert, 2006; Haddad, 2017a).

Como resposta ao significado social construído acerca da velhice na contemporaneidade, esta marcada pela concepção de um período do desenvolvimento humano caracterizado pela degeneração em todas as suas dimensões e que passa a ser objeto de olhar quando se torna uma população de consumo, que não é a realidade de todos os sujeitos velhos (Reis & Facci, 2017), foi possível identificar como categoria da realidade a *negação da velhice*. Tal negação pode ser expressa nas seguintes falas:

Sincero? Não! Apesar de que daqui seis meses eu faço 70, eu não me acho velha, eu faço um monte, eu faço ginástica, eu faço *ioga, tai chi chuan*. Arrumo minha casa, porque meu marido faleceu e nós, eu continuei na mesma, no mesmo apartamento, grande! Quatro quartos, sendo duas suítes, garagem, tudo, então, tudo grande, eu que arrumo tudo, faço compra, faço minhas comidas, ainda cuido de minha mãe só porque ela mora há duas quadras distante da minha casa e não quer morar com filho nenhum (Maria, 69 anos).

Ahh, eu falo assim, pros meus meninos, gente eu já tô idosa, porque eu sou assim, eu faço muitas coisas que, às vezes, têm muitas senhoras na minha idade que não faz, entendeu? Eu tô com 65, eu fui pra música, teclado, e violão e mais a pintura (Júlia, 65 anos).

A negação da velhice é amparada pelo desenvolvimento de atividades de ordem cultural, educativa e de saúde. Os entrevistados justificam suas participações nos grupos ofertados pela secretaria como forma de se manterem ativos e de não se reconhecerem como sujeitos velhos. A velhice passa a ter o significado de inatividade, de sujeitos que não conseguem desenvolver nenhum tipo de atividade. Segundo Maria (69 anos), a velhice é personificada na imagem que ela tem da própria mãe:

Ahh eu acho que é minha mãe. Por quê? Até uns três anos atrás, ela era tão dinâmica, dentro da limitação dela, mas depois ela fraturou uma vértebra na coluna, e agora tá totalmente dependente, então, pra mim, não sei, eu acho que minha mãe tá velha.

A velhice, além de ser negada, é vista nos sujeitos que estão dependentes, que necessitam de cuidado de outras pessoas. Seu oposto seria a independência, pois alguns entrevistados moram sozinhos, o que lhes dá mais autonomia frente às próprias escolhas. Combate-se a velhice também pela demonstração de um corpo que aparentemente não está em

declínio. Os aspectos físicos são negados ou abstraídos, abrindo espaço para atividades físicas, de lazer e cultura (Haddad, 2017a). Como pontuaram os entrevistados:

**A senhora acha que tem, houve muitas mudanças físicas após os 60 anos? (Entrevistadora)**

Só flacidez, mas eu nunca fui gorda, casei aos 18 anos com 48 quilos e estou até hoje, com 69 e tô com 48 quilos (a entrevistada mostra o corpo) (Maria, 69 anos).

Não, não porque eu praticava esporte, praticava esporte com menino de 30 anos, eu com sessenta, sessenta e tantos. Agora que eu tô fazendo só ginástica, musculação e tal, aeróbica, mas o que eles fazem eu faço. Não tanto, né? Acaba-se um pouco antes, mas... (João, 79 anos).

Por isso que eu estou aqui, eu estou aqui porque eu acho, me encaro como um velho, 85 anos, eu tenho a disposição, tenho força, ainda quero cantar, antes de ontem eu tava cantando em Pirenópolis lá na igreja, fui convidado, fui lá cantar Adeste (José, 85 anos).

Então, nós cantávamos, fazíamos seresta, viajavamos, fazia ginástica, então, pra nós não teve assim, velhice, não sei, nós nunca nos sentimos velhos. Ela era meio rabugenta, mas desde nova, não foi por causa da velhice não (João, 69 anos).

Os depoimentos apontam para uma necessidade social e subjetiva de negar as diversas questões relacionadas aos processos do envelhecimento natural do corpo. Em função de um corpo magro, é feita a afirmação de não se estar velho e, com comparações com pessoas mais novas, busca-se uma igualdade no que se refere às questões físicas. Isso ocorre para se auto afirmar que não está velho e que ainda é capaz de realizar as mesmas coisas que pessoas jovens. A negação da própria velhice é também evidenciada quando os entrevistados enumeram as diversas atividades que desenvolvem, demonstrando uma vida produtiva e útil. Destaca-se ainda que as oficinas de música têm sido um espaço especial de laços sociais e afetos observados por meio das visitas de campo e entrevistas. Em seus frequentadores, há uma identificação enquanto grupo, de sujeitos que não estão velhos, que produzem e estão amparados em uma visão otimista da velhice, ou de sua não sentirem sua existência ou emergência.

Tendo-se em vista todo o debate estabelecido, em que se ressalta neste trabalho, a velhice enquanto categoria historicamente produzida, e na compreensão de sua relação com o trabalho e a aposentadoria. Além de que pontuamos os aspectos vinculados ao envelhecimento, sendo tomada enquanto objeto de consumo, e a ideologia que a perpassa, está que está amparada no saber médico. Todas essas categorias analisadas acerca da velhice em tempos de dominância do capital são importantes para compreender a aposentadoria na velhice.

É válido destacar que essa se constitui como uma tarefa árdua e instigante, pois há inúmeras promessas ilusórias de felicidade. O corpo, nas sociedades do capital, passa a ser

marcado pelo fetichismo da mercadoria, existindo uma preponderância do corpo jovem e saudável. São também inúmeras as promessas de juventude eterna por meio dos produtos cosméticos e pela indústria das cirurgias plásticas, mas não se consegue apagar as marcas do tempo, nem no corpo, tampouco no psiquismo. O sujeito velho está imerso no mundo marcado pela utopia da jovialidade, em que não há espaço para o que se é considerado velho. Todos esses elementos se desdobram na subjetividade dos velhos, que diversas vezes, negam a própria velhice como forma de continuar existindo.

O trabalho continuará tendo um lugar de destaque nessa etapa da vida. No entanto, será menos recompensado e mais sofrido. “Em razão disso é que pensamos que o trabalho, na sociedade capitalista, continua sendo a atividade que guiará o desenvolvimento humano na velhice, posto que, dentro do ciclo de vida humana, o homem envelhecido, apesar das condições físicas, ainda pode produzir e, portanto, servir ao sistema capitalista” (Reis & Facci, 2017). Ao pensar a velhice da classe trabalhadora, relaciona-se às condições em que esses sujeitos foram colocados ao longo da vida. O sujeito que tem se expropriado da sua produção não exerce controle sobre nenhum dos aspectos da atividade reprodutora: nem dos meios de produção, tampouco dos processos de trabalho, muito menos de seu produto. Sua vida é restrita ao fato de possuir força de trabalho (Benedito, 2017; Marx, 2018).

Nesse sentido, destaca-se que o momento histórico em que se vive, principalmente nos últimos anos, caracteriza-se pela retirada de inúmeros direitos, adquiridos por meio de lutas da classe trabalhadora. Dentre esses direitos, destaca-se a aposentadoria, que vem sendo alvo de muitos debates, sobretudo na esfera política, que utiliza como argumento de sustentação para as mudanças em curso o enxugamento das despesas do Estado ou sua falência. Nesse movimento, há a iminência de uma nova configuração social do período de desenvolvimento humano denominado velhice, que tem na contemporaneidade uma vinculação estreita com o acesso dos sujeitos à aposentadoria (Haddad, 2017a; Teixeira, 2017). Assim, com o aumento da idade mínima para se aposentar, da contribuição e com a diminuição do benefício, tem-se aberto um novo período, em que a velhice poderá ser ainda mais negada, colocada como um lugar de improdutividade, e a aposentadoria, um lugar cada vez mais distante de ser vivido. Todos esses fatores incidem fortemente sobre a classe que vive do trabalho (Antunes, 2010), já que é essa população que será cada vez mais explorada e subjugada, sem direitos, vivendo em condições de miséria.

Fundamentados na discussão acerca da velhice na contemporaneidade, faz-se necessário a compreensão da aposentadoria enquanto uma política social que incide de diferentes formas na vida dos sujeitos trabalhadores e trabalhadoras.

## 2.2 O panorama histórico da aposentadoria no Brasil

A presente discussão é composta pelo debate acerca da política social, tendo como contexto a contrarreforma estatal, em conjunto com a exposição sobre a configuração histórica da aposentadoria no Brasil. Objetiva-se compreender a experiência da aposentadoria em um momento marcado pelo desmonte do sistema previdenciário.

Com a consolidação das políticas neoliberais, a aposentadoria tem sido muito debatida, em especial no que se refere ao déficit previdenciário, resultante, principalmente, do aumento da população velha e da diminuição da mão de obra jovem. Isso porque o número de sujeitos ativos no trabalho não é suficiente para arcar com o custo do envelhecimento social, na compreensão de que essa conta é paga pelos sujeitos que trabalham (Teixeira, 2017), o que promove uma incapacidade de manutenção do sistema. O debate sobre o que é ser velhice entra na agenda política e projeta-se uma mudança nessa definição para as próximas décadas. Tal fato pode ser exemplificado nas mudanças da idade mínima para a aposentadoria, uma vez que o cerne do debate é o envelhecimento da classe trabalhadora.

Ao serem tomadas como objeto de análise as políticas sociais, pode-se fazer um breve incurso histórico e pensar na sua configuração em tempo de políticas sociais pautadas pelo neoliberalismo. Segundo Behring & Boschetti (2009):

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (p.51).

A questão social tem sua origem na forma com que os sujeitos organizam a produção e reprodução da vida societal, sendo que ela se manifesta em suas refrações e são enfrentadas pelos sujeitos históricos. A questão social apresenta como fator estruturante as manifestações concretas do capital fundadas pela acumulação, mais valia e subsunção do trabalho pelo capital (Behring & Boschetti, 2009).

A implementação das políticas neoliberais ocorreu de distintas maneiras. Em alguns países, foi de forma gradual e teve diferenças significativas entre os países de economia central, em relação aos países de economia periférica. Por esse viés, a política social no Brasil tem como base as formas com que o capitalismo se desenvolveu, com as marcas da

particularidade histórica, mas com diferenças significativas do modo como os processos ocorreram nos países capitalistas centrais (Behring & Boschetti, 2009).

O capitalismo, ao longo do século XX, foi marcado por diferentes crises cíclicas, em que se revezava momentos de expansão e crescimento com tempos de retração e esgotamento, estes pautados pela refração das taxas de acumulação (Antunes, 2010). Nesse sentido, nos finais de 1960, nos países industrializados, a fase de expansão do capitalismo deu sinais de crise. Tem-se, assim, o rompimento com os pactos dos anos de crescimento, que tinham como marca o pleno emprego Keynesiano-fordista<sup>8</sup>, tendo como o desenho social-democrata<sup>9</sup> das políticas sociais. Ocorreu a hegemonia neoliberalista nesses países, o que não resolveu a crise, marcada pela recessão e baixo crescimento econômico (Behring & Boschetti, 2009).

Ao tomar como foco a política social previdenciária, tem-se que a organização e sistematização do direito à aposentadoria é proveniente da década de 1930, como parte das políticas do governo de Getúlio Vargas no Brasil, quando houve a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões. Esse fato marca a presença do papel do Estado no lócus da Previdência Social Brasileira. O Estado passa a ser o órgão responsável pela proteção social. Essa década foi marcada pela preocupação ou sensibilidade do Estado para as questões de ordem social, mesmo com muitas políticas de contenção de gastos. Nesse ambiente, houve também inúmeros movimentos, por meio de greves, que reivindicaram que as Leis da previdência fossem ampliadas. Não havia também o cumprimento correto das Leis previdenciárias, o que prejudicava a classe trabalhadora. Ocorria, nesse contexto, a prática de que os impostos da previdência serviam de receita ao orçamento da União, permanecendo dessa maneira até 1960 (Haddad, 2017b).

Na década de 1940, o Estado continuava mantendo sua política de contenção na defesa de que a previdência não poderia arcar com custos maiores. Somente em 1960, foi promulgada a Lei n. 3.807, “Lei Orgânica da Previdência Social”, que foi o marco do fim das políticas contencionistas. Por essa regulamentação, houve uma uniformidade no direito dos segurados, além de outros benefícios, tais como: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e outras modalidades, auxílio natalidade, pecúlio, dentre outros, que favoreceram também os

---

<sup>8</sup> Keynesiano-Fordista: forte intervenção do Estado, enquanto regulador, com a finalidade de intermediar as relações de Capital e Trabalho, com o objetivo de evitar grandes crises econômicas. A produção industrial nesse período, principalmente nos Estados Unidos, era realizada nos moldes do Fordismo (modelo produtivo desenvolvido por Henry Ford implementando medidas que promovessem o aumento da produtividade e a diminuição dos custos) (Antunes, 2006).

<sup>9</sup> Social-democrata: é uma ideologia de caráter político que defende as intervenções de ordem econômica e social do Estado. Com a finalidade de promover a justiça social na esfera do sistema capitalista (Antunes, 2006).

dependentes. Há, assim, a criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social em 1961.

Em 1962, caiu a exigência da idade mínima de 55 anos para aposentadoria; o trabalhador passou a ter o direito a aposentadoria por tempo de serviço após 35 ou 30 anos de trabalho, se do sexo masculino ou feminino, respectivamente. Em 1963, foi criada a garantia de gratificação anual de um mês de salário e a concessão do salário, além da criação do Conselho Nacional de Política Salarial, agência que regulava a fonte geradora de recursos para o sistema previdenciário (Haddad, 2017b, p.124).

Ao longo da história, foram sendo incluídas categorias da população no regime previdenciário. Contudo, somente em 1973, o regime de previdência passou a beneficiar boa parte da classe trabalhadora através da Lei nº 5.890 de 08 de junho de 1973, que alterou a Lei Orgânica da Previdência Social. Como exposto:

Definem-se como beneficiários da previdência social:

... Todos os que exercem emprego ou qualquer tipo de atividade remunerada, efetiva ou eventualmente, com ou sem vínculo empregatício, a título precário ou não, salvo as exceções expressamente consignadas nesta lei (Lei nº 5.890, 1973).

Com a ditadura militar em 1964, a classe trabalhadora foi a que mais sofreu. Houve impedimentos de participação política e ficou cada vez mais empobrecida. Os sujeitos trabalhadores passam a ser controlados em todas as esferas da vida pelo governo ditatorial. Em tempos de ditadura militar, tem-se uma política social perpassada pela contradição. De um lado há perdas das liberdades democráticas, censura, violência, e inúmeras desumanidades. Do outro, ocorre uma adesão ao sistema, por meio da expansão e modernização das políticas sociais.

A situação do final da década de 1970 e início da década de 1980 era caótica no que se refere aos sujeitos beneficiários da Previdência Social. Porém, em 1974, por uma Portaria (nº 25 de 1979), os idosos que não faziam parte do regime da previdência foram incluídos. Tal portaria tinha como finalidade integrar os idosos à sua família, melhorar suas condições de vida e repensar a própria velhice. Contudo, o declínio das despesas com a previdência somente se agravou, quem sofreu com o aumento das contribuições foram os contribuintes e com a redução dos proventos, os beneficiários que não gozavam de condições para suprir as necessidades básicas da existência (Haddad, 2017b). Em 1974, o Ministério do Trabalho é separado do da Previdência Social, sendo fundado o Ministério da Previdência e Assistência Social (Behring & Boschetti, 2009).

Ainda em 1974, surgem os primeiros sinais de esgotamento do sistema do projeto tecnocrático e modernizador do regime, que foi seguido pela abertura lenta e gradual para o processo de transição democrática e a adesão brasileira tardia às políticas de caráter neoliberal. Os anos de 1980 no Brasil foram considerados uma década perdida da perspectiva econômica, mas um período de inúmeras conquistas democráticas, sobretudo marcada pela constituição de 1988 (Behring & Boschetti, 2009).

Assim, a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos... (Behring & Boschetti, 2009, p. 141).

Nesse contexto, ocorre um aumento da intervenção das políticas neoliberais. Os anos de 1980 foram caracterizados por lutas e movimentos sociais em busca de melhores condições de vida, em várias instâncias sociais.

Os processos de constituição da Previdência Social trouxe um Movimento dos Aposentados no horizonte do possível. Subordinados às malhas dos dispositivos institucionais, vivendo a tragédia da velhice subsidiada por uma previdência Social plena de conflitos, os aposentados e pensionistas organizaram-se para enfrentar o Estado nos limites impostos pela “Transição democrática” (Haddad, 2003 citada por Haddad, 2017b, p. 129).

O sentido neoliberal e as consequências sobre a política social foram sendo construídos nesse processo, sendo que a política social no Brasil teve como marco as conquistas constitucionais (Behring & Boschetti, 2009). Os movimentos de melhoria dos benefícios previdenciários eram de lutas de categorias de forma isolada, mas houve a necessidade de se ampliar o movimento com vistas ao embate com o Estado na busca de melhorias na qualidade dos serviços ofertados. Desse modo, surge então o Movimento dos Aposentados e Pensionistas, que se apresenta como uma forma inovadora na procura de melhorias para o sistema Previdenciário brasileiro (Haddad, 1993 citada por Haddad, 2017b). Nesse viés, eclodiram no país diferentes números de associações e federações de aposentados e pensionistas, as quais passaram a cumprir papel importante para a formulação da Constituição de 1988.

Como já discutido anteriormente, a década de 1990 é marcada pela ampliação e consolidação das políticas de cunho neoliberal e pela justificativa ideológica de que havia um sistema Previdenciário insustentável e sem recursos. O que na verdade acontecia é que os recursos que deveriam ser utilizados com a previdência, com a saúde e outras políticas assistencialistas foram usados para acumulação financeira. Coexistem, nesse período, as conquistas constitucionais asseguradas pelo movimento social de redemocratização e a emergência da contrarreforma neoliberal, caracterizadas pela obstacularização e/ou

redirecionamento da conquista de 1988, em que as condições políticas são pautadas pelo desemprego (Behring & Boschetti, 2009).

O sistema Previdenciário Brasileiro foi articulado numa perspectiva contencionista de 1930 a 1960. Na década de 1980, aponta-se um grande movimento social na luta de melhorias nesse sistema que promoveu avanços na elaboração da Constituição de 1988. Todavia, com as ofensivas e ideologias das políticas neoliberais, ocorre um agravamento da crise desse sistema, fato esse que tem sido evidenciado na atualidade, com as possíveis reformas que ainda estão em curso. No atual contexto, a velhice, que é subsidiada pelo Estado, será extremamente afetada, pois as políticas públicas que estão subordinadas às políticas econômicas serão cada vez mais comprometidas e empobrecidas, deixando a classe trabalhadora em situação cada vez mais degradante. Nesse sentido, Behring & Boschetti (2009) dissertam:

... as políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política econômica monetária e de duro ajuste fiscal, enredou pelos caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988 (p.184).

Esses apontamentos demonstram como as políticas sociais foram engolidas e submetidas à dinâmica do movimento do sistema capitalista global de forma tardia, mas com resultados desastrosos para a população pobre e marginalizada brasileira. Muitas vezes, as políticas servem para mascarar as desigualdades sociais. Porém, a sua inexistência reverbera tragicamente sobre a vida de inúmeras pessoas que dependem delas para viver.

Considerando-se todos esses aspectos, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), é feito um total desmonte das conquistas da constituinte de 1988, principalmente na esfera da seguridade social. Nesse âmbito, ocorreram inúmeras reformas orientadas para o mercado, o Estado brasileiro passou a ser o responsável pela crise social e econômica vivida desde de 1980. Reforma-se o Estado, tendo como eixo norteador as privatizações.

Nessa perspectiva, com a diminuição cada vez maior do papel do Estado, a responsabilidade pela “sobrevivência” na velhice é muitas vezes lançada para o próprio trabalhador. Há um incentivo cada vez maior para que os trabalhadores aderissem à previdência privada, ou, até mesmo, a possibilidade de que continuassem trabalhando. Tal aspecto é bastante claro nas propostas presentes na atual reforma da previdência. No entanto, como delimitação desse fenômeno social amplo e multifacetado, para o presente trabalho, são

recortadas as políticas referentes à aposentadoria a partir da Reforma da Mare<sup>10</sup> (1995), pois compreende-se que ela é um marco da instauração e solidificação das políticas neoliberais. Este que foi considerado um novo projeto da “modernidade”, cuja finalidade foi reformar o Estado Brasileiro à lógica do capital (Behring & Boschetti, 2009).

No Brasil, na década de 1990, houve um movimento no campo político que defendia a necessidade de que houvesse uma reconstrução do Estado, pois a partir de 1970, o Estado entrou numa forte crise, sendo responsabilizado pelas reduções nas taxas de crescimento econômico, pelo aumento do desemprego e, em larga medida, pelo aumento substancial da inflação. Esse processo teria sido encabeçado pela centro-esquerda social liberal que se opôs às ideologias de Estado mínimo e propôs a reestruturação do Estado, cuja finalidade seria “corrigir” os erros do sistema mercantil.

O processo de reforma do Estado envolveria quatro problemas: a necessidade de delimitar o tamanho deste; a redefinição de qual é papel do Estado como regulador, (esses dois seriam caracterizados como problemas de caráter econômico-político); um problema de ordem política-administrativa, que estaria relacionado a ações de governança do Estado (que estaria vinculado a implantar decisões políticas); e por último, de caráter político, seria a capacidade do governo de garantir sua legitimidade e conseguir governar (Bresser, 1997). “A crise do Estado está associada, de um lado, ao caráter cíclico da intervenção estatal, e de outro, ao processo de globalização, que reduziu a autonomia das políticas econômicas e sociais dos Estados nacionais” (Bresser, 1997, p.11). As reformas implementadas tinham como justificativa *a priori* a retomada do crescimento econômico do país, impostos pelas transformações de escala global, sendo a globalização compreendida como umas das responsáveis por essa crise em que vivia o Estado.

Os componentes principais para a implementação de um Estado social-liberal, seriam: delimitar a função do Estado, por meio de programas de terceirização e publicização, que se caracteriza com a transferência para a iniciativa privada dos serviços de ordem social e científica que o Estado desenvolvia (políticas caracterizadas como neoliberais); redução de intervenção do Estado através de processos de desregulamentação, com o objetivo de aumentar a concorrência nacional com o mercado internacional (desregulamentação);

---

<sup>10</sup> Em 1995, teve início no Brasil a **Reforma da Gestão Pública** ou reforma gerencial do Estado com a publicação, nesse ano, do Plano Diretor da Reforma do Estado e o envio para o Congresso Nacional da emenda da administração pública que se transformaria, em 1998, na Emenda 19. Nos primeiros quatro anos do governo Fernando Henrique, enquanto Luiz Carlos Bresser-Pereira foi o ministro, a reforma foi executada a nível federal, no MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Com a extinção do MARE, por sugestão do próprio ministro no final desse período, a gestão passou para o Ministério do Planejamento e Gestão, ao mesmo tempo em que estados e municípios começavam também a fazer suas próprias reformas.

promover programas de ajuste fiscal de modo que aumente a governança e promova autonomia financeira do Estado, além de implementar uma gestão pública de caráter gerencial desburocratizada (aumento da governança); por fim, aumento da capacidade do Estado de governar, colocando-se em um lugar de controle social na finalidade de estabelecer uma democracia representativa e direta (aumento da governabilidade) (Bresser, 1997).

Tem-se, assim, como resultado de todos esses processos, as privatizações dos espaços públicos de caráter estatal, “vendendo-os” para a iniciativa privada, cuja maior estratégia é imputar às instituições estatais a alcunha de ineficientes, improdutivas e promotoras de prejuízo no orçamento público, o que levaria ao endividamento do Estado. Houve nesse período o aumento das instituições públicas não estatais, respondendo às necessidades que deixaram de ser cumpridas pelas instituições do Estado-sindicatos, e as associações de classe (Bresser, 1997). Desse modo, por meio da implementação dessas mudanças na esfera do Estado, tem-se a consolidação de um Estado de vertente Social-Liberal, que implementou e solidificou um grande contingente de políticas públicas no Brasil de fundo neoliberal.

Busca-se no idealizador do projeto da Reforma do Estado a compreensão dos motivos que direcionaram e as características das reformas propostas, para compreender também as maneiras que elas foram implementadas. Todavia, entende-se que esse é um movimento que teve como maior interesse reorganizar o papel do Estado de modo que ele esteja a serviço da classe dominante. Mudanças políticas e econômicas que tiveram como finalidade principal a busca pela superação da crise, com a retomada do processo de expansão capitalista. Nesse sentido, Behring & Boschetti (2009) afirmam:

A “reforma”, tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o boom da dívida pública (p.155).

Nesse âmbito, os padrões universais e redistributivos de proteção social foram combatidos pela tendência da diminuição dos encargos sociais com a previdência, pela privatização da saúde, educação e previdência, em conjunto com uma sociedade pautada pelo individualismo, consumo e enfraquecimento da classe trabalhadora, resultado da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos. Esse quadro é marcado pela restrição dos direitos sob a égide da crise fiscal do Estado. As ações sociais são de caráter restrito e pontual usadas para os efeitos perversos da crise. Os direitos que são mantidos no âmbito da seguridade social têm caráter de seletividade e privatização, o que é o oposto do que está preconizado na Constituição, a universalidade e a estatização (Behring & Boschetti, 2009).

As reformas da previdência de 1998 a 2003 introduziram critérios que focalizam ainda mais os direitos da população contribuinte, restringiram direitos, reduziram o valor de benefícios, limitaram alguns benefícios...provocaram a ampliação da permanência no mundo do trabalho (Salvador, 2005 citado por Behring & Boschetti, 2009).

A política social não tem como objetivo a reversão desse quadro estruturante, mas deve ser pauta de luta da classe trabalhadora e dos sujeitos que defendem um compromisso com a emancipação política e humana. Isso porque o cerne da questão é que essas políticas suprem necessidades básicas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras do mundo, impactam suas condições de vida e trabalho (Behring & Boschetti, 2009). A aposentadoria é um desses direitos que vêm sendo combatidos pela burguesia, com o objetivo de privatização dessa instância, transferindo-a para a esfera da responsabilização individual, como se pode identificar na recente reforma aprovada pela Proposta de Emenda Constitucional 06/2019, explorando cada vez mais a força de trabalho humana.

Com o entendimento da construção histórico-social da velhice em que apresentou-se as principais características que a compõe na atual sociedade. Além da discussão das relações entre velhice a aposentadoria, em conjunto com o panorama do desenvolvimento da política da aposentadoria no Brasil, que se constituiu por meio de inúmeras lutas da classe trabalhadora pelo alcance dos direitos políticos e sociais. E, preconizado pelo fato de que temos passado por um momento marcado pelo desmonte dos direitos nas mais diferentes instâncias sociais. Por esse caminho, são válidas a análise e a compreensão do trabalho enquanto categoria central para refletir acerca da subjetividade e, sobretudo, o entendimento dos sentidos e significados do não trabalho (aposentadoria) na velhice.

No próximo capítulo, estabelece-se um debate acerca do trabalho e da subjetividade como categorias da realidade essenciais para refletir sobre a experiência da aposentadoria na velhice. No decorrer do capítulo, apresenta-se o debate a respeito do trabalho, perpassando pelo seu sentido ontológico ao trabalho enquanto atividade laboral na contemporaneidade. Abordam-se os processos vinculados à crise estrutural do capital e seus desdobramentos na configuração do mundo do trabalho, sobretudo no Brasil. Trata-se também da relação entre o tempo do trabalho e o tempo do não trabalho como formas de entender questões referentes à vivência da aposentadoria na velhice. Posteriormente, expõem-se os desdobramentos da organização da vida social na subjetividade. Ao final, discutem-se os sentidos e significados da aposentadoria na velhice.

### **Capítulo 3**

## **Trabalho e Subjetividade: Fundamentos para a Reflexão da Experiência da Aposentadoria na Velhice**

Os eixos balizadores da presente pesquisa se assentam nas relações intrínsecas existentes entre o trabalho e a subjetividade. O trabalho, na atual sociedade, além de seu sentido ontológico, passa a ser uma mercadoria a ser explorada e usada por aqueles que possuem, de forma privada, os meios de produção. “Em certo sentido, devemos dizer que o capitalismo foi o regime que mercantilizou a vida humana” (Konder, 1999, p.121). Com a advento da propriedade privada se estabelece uma cisão entre aqueles que precisam vender suas capacidades físicas e psicológicas para permanecerem vivos, daqueles que, ao possuírem os meios de produção, expropriam as capacidades produtivas de milhares de homens e mulheres (Marx, 2018).

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de 2018, havia doze milhões de pessoas desempregadas (IBGE, 2019b), o que reflete o desemprego como uma característica que pode ser expressa em nível global no mundo do trabalho capitalista. Em um mundo de atividade laboral cada vez mais precarizado e superexplorado, o espaço é restrito, tem-se um número significativo de pessoas vivendo em condições de extrema miséria, violência e exclusão social. Vive-se em um momento em que milhares de pessoas necessitam vender diariamente suas energias e potencial humanos para sobreviverem e em que outras milhares não conseguem sequer vendê-las, pois não há postos de trabalho suficientes para todos, mesmo na atual conjuntura histórico-social de inúmeros avanços e desenvolvimentos tecnológicos em diversas esferas.

Desse modo, refletir sobre esses aspectos vinculados às formas com que o trabalho se efetiva é de suma importância para a compreensão de como as condições de existência, as quais os indivíduos estão expostos, refletem e compõem os aspectos sociais e subjetivos de suas vidas. Nesse sentido, pensar a categoria, a natureza, as relações e as diferentes modalidades do trabalho – laboral, formal e informal – que convivem no mesmo período temporal é essencial para apreender corretamente os fenômenos relacionados à configuração da subjetividade, principalmente as implicações desses processos nos sujeitos idosos aposentados.

Ao se compreender a categoria do trabalho através de sua materialidade e historicidade, busca-se entender sua configuração e, para tanto, é preciso recorrer à compreensão das relações provenientes da divisão social do trabalho, aos valores e às

ideologias propagadas nas condições vigentes do capitalismo (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017). A perspectiva analítica parte da dimensão/olhar dos trabalhadores e trabalhadoras imersos nesse contexto, na busca de desenvolver uma análise crítica dos fenômenos envolvidos na ambiência da atividade laboral. Sobre esses aspectos, Patto (2009), citada por Sato, Coutinho e Bernardo (2017), ressalta que:

A crítica tem como alvos a reificação das relações sociais, a exploração do trabalho humano e os limites para uma vida que anseia por fruição, criatividade e liberdade, não no sentido individualista, característico do neoliberalismo, mas no sentido do coletivo e da busca pela cidadania negada no contexto brasileiro atual (p.14).

A formação da subjetividade humana está intrinsecamente vinculada ao trabalho. No atual momento da sociedade capitalista, ocorrem mudanças profundas no lugar que o trabalho ocupa, sob a forma hegemônica em que ele se apresenta, produzindo alterações subjetivas e objetivas na vida dos sujeitos. Diante disso, Duarte (2004), em referência ao pensamento marxiano, define a subjetividade “como tudo aquilo que se refere ao sujeito e objetividade como tudo aquilo que se refere ao objeto, pode-se afirmar que para Marx a subjetividade humana se desenvolve por meio da permanente construção da objetividade social” (p. 231).

De acordo com Marx (2018), a história humana refere-se ao desenvolvimento do ser humano por meio de tudo o que é produzido, reproduzido e transformado pela atividade social. Refere-se à dialética dos processos de humanização e alienação, que ocorrem quase que de forma simultânea no interior de um mesmo contexto sociocultural, sendo fundamental para a compreensão que ele propõe acerca da formação da individualidade humana e da história da própria humanidade. Nesse sentido, o que diferencia as épocas econômicas não é o que é produzido, mas quais são os meios e de que forma são produzidos.

Tomando como referência a presente discussão, este capítulo visa apresentar a relação do trabalho com a formação da subjetividade humana. Além disso, procura-se expor como os reordenamentos no campo do trabalho, marcados pela reestruturação produtiva, produzem desdobramentos sociais e subjetivos na vida de trabalhadores e trabalhadoras, com a finalidade de analisar os sentidos e significados da aposentadoria na velhice. Para isso, inicialmente, tece-se uma reflexão sobre as configurações do trabalho na contemporaneidade e de como ele é uma categoria fundamental para existência do capital. Pontua-se também a respeito do processo de trabalho, do caráter e da centralidade da mercadoria, na compreensão que todas as relações sociais tomam a forma dela. Em um segundo momento, abordam-se os desdobramentos sociais e subjetivos do processo de reestruturação produtiva, com ênfase na

centralidade, nas relações de trabalho e na composição do mundo do trabalho no Brasil. Posteriormente, expõe-se acerca do trabalho e do não trabalho na atualidade. Tecem-se reflexões sobre subjetividade imersa nas particularidades do capital contemporâneo. Ao final, são abordados os sentidos e significados da aposentadoria na velhice pelas categorias temáticas apreendidas nas entrevistas com velhos aposentados.

### **3.1 O Trabalho: de Seu Sentido Ontológico à Atividade Central da Vida dos Sujeitos**

No metabolismo social do capital, o trabalho é um elemento de extrema importância para seu funcionamento (Antunes, 2009). Destaca-se que ele é uma categoria da realidade social que tem sofrido inúmeras mutações ao longo da história (Alves, 2012). Além de ser tido como a atividade laboral que permeia toda a vida humana, o trabalho é a categoria central na constituição dos sujeitos humanos e da sociedade (Lukács, 2013), sendo que a força de trabalho expressa as características mais humanas e vincula homens e mulheres à história da humanidade (Lessa & Tonet, 2011). Dessa forma, é preciso desenvolver uma análise mais profunda de suas particularidades para a compreensão da subjetividade humana.

O trabalho é uma atividade específica do homem, uma mediação social que está na interface da relação homem-natureza, dos homens entre si, dos homens com a sociedade e desses com sua própria singularidade (Rossler, 2014). O trabalho humano tem como essência a luta pela existência, sendo uma categoria privilegiada no processo e no salto da origem do ser social, pois todas as demais categorias têm em sua natureza um caráter puramente da sociedade e se efetivam no ser social já constituído. A linguagem, a sociabilidade e a primeira divisão do trabalho surgem ao mesmo tempo em que o trabalho, no entanto, suas origens estão no próprio trabalho (Antunes, 2010). Em conformidade com Lukács (2013):

Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social; parece, pois, metodologicamente vantajoso iniciar pela análise do trabalho, uma vez que o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem claro dos traços essenciais do ser social (p.35).

O homem, ao transformar a natureza através de sua ação – trabalho –, diferencia-se dos animais por ter a capacidade de pensar suas ações antes de realizá-las e pela consciência humana. Ao modificar a natureza pelo trabalho, o ser humano modifica também a sua própria natureza (Konder, 1999; Lukács, 2013). Nesse processo de transformar a natureza, instaura-se a criação do ser social e a subjetividade humana se exterioriza no objeto. Tem-se, assim, o

movimento da matéria modificada pela consciência. Em uma relação dialética, tanto a matéria, quanto a consciência humana se transformam nesse processo (Lukács, 2013):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nele jazem latentes e submete o jogo de suas forças e seu próprio domínio. (Marx, 2018, p. 326).

O processo de trabalho é composto por três momentos. No primeiro, tem-se a atividade orientada a um fim, a capacidade de pensar e planejar o trabalho (característica teleológica):

O fato de buscar a produção e reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais. (Antunes, 2010, p 136).

No segundo momento, há o objeto, a própria natureza, que ao receber a ação do trabalho humano, altera-se em matéria-prima. No terceiro momento, estão os instrumentos, algo que medeia a vinculação entre o sujeito que trabalha e o objeto de trabalho, que serve de guia da sua atividade para esse objeto. Marx (2018) diz que o processo de trabalho inclui entre os seus meios, além das “coisas” que mediam o efeito do trabalho, também as condições objetivas que são necessárias à realização desse processo, sendo que o objetivo final do processo de trabalho é o produto. Todo o processo se extingue no produto.

O trabalho como produção da própria existência se constitui enquanto potência e realização, elementos centrais do desenvolvimento da sociabilidade humana. No modo de produção capitalista, as determinações da propriedade privada, da divisão hierárquica do trabalho e do trabalho assalariado são os processos sociais de alienação humana. O processo de alienação, em sua forma objetiva, é o modo de dominação social que, em um dado momento da história, hegemoniza as formas sociais de produção. Dominação essa que se expressa, primordialmente, nas maneiras de exploração do trabalho presentes na sociedade (Marx, 2018).

A dinâmica fundante da alienação do trabalho está assentada no fato de que o sujeito que objetiva, que exterioriza suas faculdades intelectuais e corporais em objetividades

humanamente constituídas, não se apropria dos resultados, do processo de trabalho, tampouco do trabalho dos outros sujeitos envolvidos. Aquilo que resulta dele é apropriado privadamente pelas frações sociais que detêm o monopólio da propriedade privada dos meios de produção. Assim, o trabalho é marcado por desrealização, alienação/estranhamento, fragmentação e isolamento (Marx, 2018).

O trabalho na sociedade de classes se manifesta de duas formas, pelo trabalho abstrato e pelo trabalho concreto, e possuem como marca duas características essenciais, o valor de uso e o valor de troca, o valor de uso e o valor de troca. No trabalho concreto, tem-se a manifestação do valor de uso, que é uma característica ontológica do resultado do trabalho, em que se explicita a qualidade humana do trabalho. O valor de uso é o responsável por formar o conteúdo material da riqueza, é o suporte material do valor de troca. No trabalho abstrato, manifesta-se o valor de troca, que não possui vinculação com a qualidade, em que se estabelece uma relação de troca de produtos por meio de convenções sociais. No processo de produção de mercadorias, apaga-se do produto/mercadoria o valor de uso, retiram-se suas qualidades sensíveis, apagando-se também a identidade de seu produtor – homem que fez o trabalho. Ocorre o desaparecimento do caráter útil da mercadoria em conjunto com os trabalhos que estão contidos nelas. Nesse movimento, o trabalho humano é transformado em trabalho abstrato (Marx, 2018).

O trabalho abstrato é o tipo predominante na sociedade burguesa, cuja representação mais genérica é o trabalho alienado (Marx, 2018). No trabalho abstrato, tem-se como expressão o valor que passa a ter como representante o dinheiro –equivalente universal–, que pode ter sua forma materializada ou simbólica, sendo usado no intercâmbio de mercadorias. O dinheiro possui as funções de medida de valor, meio de circulação, de reserva e de pagamento. Desse modo, o valor contido em toda mercadoria é representado pelo trabalho abstrato, que é empregado direta ou indiretamente em sua produção. No trabalho abstrato, o processo de trabalho se converte em forma de subsistência e a força de trabalho torna-se uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias, objetivando-se a valorização desse modo de trabalho (Marx, 2018).

Inicialmente, a mercadoria apareceu-nos como um duplo {Zwieschalachtiges} de valor de uso e valor de troca. Mais tarde, mostrou-se que também o trabalho, quando se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim (Marx, 2018, p.119).

Por essa via de análise, o trabalho possui duplo caráter na sociedade capitalista, pois ao mesmo tempo em que o trabalho é uma atividade vital, consciente, autodeterminada, criadora da história e do próprio indivíduo social, nas condições do trabalho alienado – forma predominante do trabalho sob o capital –, o homem não se reconhece em sua produção. Ele se torna dela dependente. Como Konder (1999) aponta:

No sistema atual, assinala Marx, o trabalhador produz bens que não lhe pertencem e cujo destino, depois de prontos, escapa ao seu controle. O trabalhador, assim, não pode se reconhecer no produto do seu trabalho, não pode encarar aquilo que criou como fruto da sua livre atividade criadora, pois se trata de uma coisa que para ele não terá utilidade alguma (p.34).

O criador, quando não pode se apropriar do produto, o enxerga (criação) como algo estranho, não enquanto resultado de sua atividade e capacidade de mudar a natureza, sendo sua atividade de trabalho subtraída por outro dono, o capitalista, que é o dono dos meios de produção (Konder, 1999). Assim, tem-se instaurados os processos de alienação do trabalho, em que as capacidades humanas são apenas uma maneira para a obtenção de riqueza por sujeitos particulares. O trabalhador passa a se submeter ao produto e aos desejos do mercado capitalista. Ocorrem, nesse processo, perdas significativas, tanto da classe operária, ao ser alienada das suas capacidades produtivas, quanto dos donos dos meios de produção, que se alienam em suas capacidades improdutivas e deixam de conhecer todas as potencialidades e capacidades de criação do homem. O primeiro é afetado em sua prática e o segundo em suas capacidades cognoscíveis (Konder, 1999). No capitalismo, os processos de alienação se fazem presentes em todas as esferas e classes sociais, produzindo uma humanidade cada vez mais desumana e incapaz de utilizar o trabalho, tomando-se suas potencialidades criadoras, para se alcançar a liberdade. No processo de alienação do trabalho, existe uma degradação dos sujeitos humanos em todos os sentidos e são perdidos os elementos que são particularmente ligados às capacidades humanas. Marx (2018) afirma o caráter degradante do tipo de trabalho dominante:

[...] no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso (p. 276).

A alienação, como marca do trabalho na égide do capital, pode ser entendida como barreiras socialmente postas ao desenvolvimento da humanidade, criada socialmente nos processos de trabalhos, que impedem a individuação<sup>11</sup>. Há diferentes tipos de alienação, que estão vinculados a cada momento histórico e que têm sua gênese no processo de suprir as necessidades humanas. A diminuição dessas barreiras possibilitaria o desenvolvimento de uma individualidade mais rica, que está para além de prover as necessidades básicas, pois quanto mais distante está esse objetivo, mais enriquecida se torna a individualidade (Duarte, 2013).

Existem, na contemporaneidade, dois processos de alienação capitalista: o primeiro é a reificação, em que ocorre o processo de transformação da potencialidade humana da sua força de trabalho em “coisa”, venda das capacidades mentais e físicas humanas que são transformadas em mercadoria. Nessa perspectiva, os sujeitos humanos são transformados em “coisas”. O segundo processo é a oposição antagônica entre indivíduo e sociedade, produzindo um individualismo excessivo. Desse modo, a relação com a natureza, consigo mesmo e com os outros sujeitos sociais é marcada pela reificação, que é uma forma de alienação característica do modo de produção capitalista (Lukács, 2013).

Para uma compreensão mais profunda dos tipos humanos que vão sendo moldados ao longo da história, é válido recorrer às análises que Marx (2018) desenvolve acerca da mercadoria, pois através desta, é possível apreender toda a dinâmica dos sujeitos. Por conseguinte, da sociedade, possibilitando apreender também a organização e o movimento do capital, uma vez que tudo é metamorfoseado em mercadoria (Konder, 1999). Esta, na sua forma imediata, é entendida como resultado da atividade produtiva que satisfaz necessidades humanas de modo útil. Para Marx (2018, p.146), “uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Mas sua análise a revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos”.

Toda mercadoria possui valor de uso que se vincula à satisfação das necessidades humanas, mas na sociedade do capital, esse valor se subordina ao de troca. A mercadoria singular e o complexo de mercadorias que entram em relação na esfera da troca mercantil assumem, então, o papel de portadores de valor e não mais a de satisfação de necessidades intrinsecamente humanas. A forma social do valor de troca é a resultante histórica do processo

---

<sup>11</sup> A individuação é o processo pelo qual, na relação indivíduo-sociedade, constituem-se sujeitos únicos, singulares, autônomos e independentes. Eles se reconhecem enquanto ser social e universal, esse tipo se contrapõe ao processo de individualização - modo hegemônico na contemporaneidade -, em que há à dissolução do caráter genérico e universal dos homens (Duarte, 2013; Resende, 2001).

de abstração do trabalho, isso é, da conjugação do trabalho social total como grandeza de valor das coisas (Marx, 2018).

No seio do processo de abstração do trabalho, a mercadoria passa a existir como se tivesse “vida própria”, sendo síntese da relação social da troca, concomitantemente ao fato de ser resultado de numerosas relações sociais que a escondem. Instaure-se, portanto, o fenômeno do fetichismo da mercadoria, fenômeno da sociedade capitalista em que os produtos provenientes do trabalho são convertidos em mercadoria, quando há uma exacerbação do valor de troca (Marx, 2018). O fetiche não está ligado apenas à realidade econômica, mas à vida objetiva e subjetiva.

O caráter misterioso da forma- mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho, como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social os produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores (Marx, 2018, p.147).

O fetichismo da mercadoria é um fenômeno que auxilia na compreensão do objeto de pesquisa, pois as leis de mercado se impõem sobre o trabalho e os seres humanos que passam a ser “figurantes instrumentais”. A maneira como a mercadoria se impõe sobre o homem produz, de forma aparente, que a atividade de trabalho humano não é essencial. No entanto, para que o sistema se sustente, é necessária a participação humana, sem ela não há produção, nem movimento, tampouco consumo, muito menos capitalismo. A mercadoria se movimenta como superior à vontade humana e não é vista como expressão de um trabalho humano concreto (Konder, 1999). O lugar que ela ocupa, que tem como marca o fetichismo, dita as regras das relações sociais e da organização da vida em todas as suas esferas na sociedade de trocas. Esses aspectos desdobram-se nos processos que envolvem a aposentadoria, pois o trabalhador é visto como um mero instrumento, como é concebido nesse tipo de sociedade, os sujeitos aposentados que deixaram de ser mão de obra, não participam diretamente da produção e reprodução do capital e não podem oferecer “mais trabalho”. Essa condição afeta diretamente o modo de ser desses sujeitos. Os indivíduos e a sociedade se submetem ao consumismo exacerbado e os sujeitos são valorizados socialmente pelas mercadorias que possuem ou pela capacidade de adquiri-las. A aposentadoria e a velhice podem representar um lugar social de exclusão, pois o trabalho que sustenta o sistema de produção de mercadorias não é mais exercido – ou como em muitos casos, é exercido informalmente.

Tem-se, na velhice, uma expressão de uma contraposição à categoria da realidade social que se apresenta como a ideal, que é a juventude, compreendida social e subjetivamente

como a melhor etapa da vida dos sujeitos (Debert, 1999). Os aspectos vinculados à experiência provenientes de uma existência longa deixam de ser valorizados. Tudo que se refere ao novo, corpo jovem, cabeça jovem, está vinculado ao próprio processo de produção de mercadorias, em que o caráter novo do produto, a inovação são essenciais para a manutenção da circulação de mercadorias mediante o consumo. Lembrando-se que o elemento de mais valor no Capitalismo é o trabalho, isso leva a questionar o lugar daqueles que não o oferecem mais concretamente. Esses fatores são essenciais para refletir sobre o que o sujeito velho aposentado pode oferecer à sociedade marcada pelo fetichismo da mercadoria, o que esse momento representa em suas vidas sociais e subjetivas e as formas que utilizam para continuar existindo, não só no que se refere à vida material, mas à vida subjetiva.

Nesse sentido, na configuração social do trabalho sob o capital, o dispêndio de energia humana é uma mercadoria de extremo valor que é expropriada mundialmente todos os dias de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras. Na sociabilidade do capital, tem-se como uma de suas características a extrema violência a qual estão submetidos os sujeitos em que as capacidades humanas se metamorfoseiam numa mercadoria que é produzida por meio das relações sociais de exploração do trabalhador e regulada pelas leis de mercado (Konder, 1999; Marx, 2018). Com isso, há nos espaços de trabalho a solidificação dos processos de desumanização, que não ocorrem somente via patrão e empregado, mas entre os próprios sujeitos trabalhadores (Lessa, 2007). Aparece, assim, um quadro marcado pela fragmentação de classes que auxilia na manutenção do próprio sistema opressor e explorador e se consolida no não reconhecimento de muitos sujeitos enquanto trabalhadores.

Esses fenômenos, de forma conjunta, produzem uma classe trabalhadora cada vez mais heterogênea, fragmentada e precarizada (Antunes, 2010). No Brasil, as realidades presentes no campo do trabalho dão origem a uma imagem complexa, heterogênea e desigual da classe trabalhadora (Sato, 2017). Há muitos tipos de trabalhadores sob diferentes condições de opressão e exploração nas quais o sistema se sustenta, assim como a hierarquização da classe trabalhadora impede o avanço das lutas coletivas pela transformação das condições sociais de existência vigentes. Destaca-se que é impossível tratar os fenômenos intrínsecos da aposentadoria desconectada da totalidade dos processos históricos e sociais, nesse sentido é necessário analisar as formas sociais de organização, a gestão da produção e todas as questões ligadas às forças de dominação do sistema do capital.

Nesse âmbito, a relação entre os indivíduos e a sociedade é marcada pela competição e individualização, elas que são a própria expressão das relações econômicas de mercado. Perde-se o sentido da dimensão coletiva da vida social, visto que ela está subordinada às

formas de dominação do capital, pautada pela exploração e atravessada pela propriedade privada. A vida, tanto a social, quanto a individual, passam a estar subordinadas ao fetichismo, ao consumismo exacerbado e aos processos de alienação (Lessa & Tonet, 2011). Essas categorias da realidade reverberam na experiência da aposentadoria na velhice de modo particular, tendo-se em vista o apartamento dos sujeitos da lógica da produção.

Ao analisar o trabalho enquanto categoria ontológica e sua configuração na sociabilidade do capital, levando em consideração o trabalho abstrato, a alienação, a mercadoria, o fetichismo e os processos de individualização como marcas do momento histórico em curso, faz-se necessário uma compreensão das características contemporâneas de trabalho. Isso, sobretudo, no Brasil, precisamente a partir do processo denominado de reestruturação produtiva, com a finalidade de pensar o trabalho, o não trabalho e a configuração da subjetividade nesse contexto, com o objetivo de estabelecer as bases fundamentais para compreender o objeto deste estudo.

### **3.2 Crise do Capital, Reestruturação Produtiva e a Configuração Social do Trabalho no Brasil**

Desde a década de 1970 o sistema do capital tem sua dinâmica atingida por uma crise de caráter estrutural, endêmica e crônica, que se arrasta desde então (Antunes, 2010). A incapacidade de reestabelecer taxas de crescimento de maneira sólida e com longa duração associada à decomposição do modo de vida capitalista caracterizam os traços mais gerais dessa crise, colocando em questão o próprio projeto civilizatório do capital (Meszáros, 2009). As peculiaridades dessa crise se assentam no fato de que ela não se configura como uma crise cíclica do sistema, em que os problemas eram enfrentados por dentro dele mesmo, mas houve a necessidade de que o capital se reinventasse para se manter como modelo hegemônico de dominação (Antunes, 2010). Desse modo, há uma nova marca identitária do capital, com características particulares, que é necessário compreendê-las para que se possa desenvolver uma análise mais profunda do objeto investigado. Tendo em vista que os desdobramentos da crise afetam a organização dos meios de produção, e o conjunto completo da vida social e, conseqüentemente, a subjetividade dos indivíduos sociais (Alves, 2012; Antunes, 2010).

Como respostas à sua crise, o capital, no centro e na periferia da divisão internacional do trabalho, dinamizou um processo de reestruturação, cujas mutações afetaram não apenas a base técnica e produtiva, mas, também, as bases ideológicas e o modelo político de dominação. No plano político, sobretudo na esfera do Estado, instaurou-se o que se

compreende por políticas neoliberais, cujas características principais foram: a reforma da aparelhagem do Estado no sentido de reduzir as ações e o investimento público no campo das políticas sociais e direcionar suas ações para a proteção e subsídio do mercado, fórmula esta conhecida como “Estado Mínimo”. O Estado passa a ter um papel central para a manutenção do sistema, torna-se mínimo para os indivíduos e máximo para o capital; há desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e o desmonte do setor produtivo do Estado. Em conjunto com essas mudanças, constitui-se um novo modo de regulação da produção, em correspondência com a reestruturação do mundo do trabalho, objetivando a retomada das taxas de expansão e acumulação (Alves, 2012; Antunes, 2010).

Todas essas mudanças referentes ao processo de reestruturação produtiva ocorrem em nível global e, para investigar a dimensão psicológica do trabalhador em conjunto com as relações sociais vinculadas ao campo do trabalho, são necessárias analisá-las tendo como referencial os contextos microssocial e macrossocial, levando em consideração as relações entre o individual e o coletivo, o subjetivo e o objetivo, o mundo material e o simbólico. Na busca de, por meio da análise das práticas cotidianas pelas lentes de trabalhadores e trabalhadoras, analisar as diversas facetas do mundo do trabalho. Nesse sentido, buscamos analisar as atividades desenvolvidas pelos indivíduos, as relações e as condições em que a atividade de trabalho se efetiva, além de buscar compreender as ideologias presentes (Navarro, Maciel & Matos, 2017). Destacamos que para compreensão da aposentadoria se faz necessário primeiramente compreender os sujeitos enquanto trabalhadores, na busca de apreender os desdobramentos da vida laboral na vivência da aposentadoria.

É válido destacar que o Brasil foi o último país da América Latina a desenvolver o projeto neoliberal, em que as políticas foram sendo empregadas de forma gradativa. Isso pode ser explicado pelo fato de que na década de 1980 tivemos grandes movimentos políticos provenientes da classe trabalhadora. A política liberalista implantada no Brasil se deu em 1990 com o governo Collor e foi combatida veementemente pelos movimentos sociais e sindicais (Navarro, Maciel & Matos, 2017).

O discurso liberal radical combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações dá início, à “Era Liberal” no Brasil. Apesar da existência de algumas iniciativas e de uma forte propaganda nos meios de comunicação de massa, o liberalismo sofria resistência dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais. A constituição de 1988 foi a expressão maior dessa resistência ao liberalismo (Navarro, Maciel & Matos, 2017, p.35).

Nessa perspectiva histórica, temos, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a consolidação do projeto liberal, sob a faceta do neoliberalismo, que teve como centro o

processo de reestruturação produtiva. Ocorreram inúmeras mudanças no contexto dos processos industriais com a implementação de novas tecnologias e da microeletrônica, que têm como resultado a diminuição dos postos de trabalho, as máquinas passam a desenvolver muitas atividades dentro das fábricas, modificando as formas e as relações sociais envolvidas no trabalho, o que influencia diretamente no modo de vida dos sujeitos (Navarro, Maciel & Matos, 2017).

Nos planos sociais, os resultados mais visíveis dessa fase da história do capitalismo são: a globalização do desemprego, a globalização da exclusão social, a globalização de formas precárias de trabalho e de precarização da vida. Assim, a reestruturação produtiva concretiza nos processos de trabalho as necessidades da globalização. A fim de obter altos ganhos de produtividade para competir num mercado globalizado, controlado por grandes conglomerados transnacionais, é necessário “flexibilizar” (Navarro, Maciel & Matos, 2017, p. 37).

Os resultados da reestruturação produtiva tiveram algumas peculiaridades no contexto brasileiro, o próprio processo de industrialização do Brasil é considerado tardio, periférico e subordinado aos países de economia central, o que foi um terreno fértil para o surgimento de uma sociedade extremamente desigual (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017). Temos assim, diferentes cenários vinculados ao próprio processo de desenvolvimento do sistema capitalista, principalmente nas questões relacionadas à exploração da força de trabalho. O quadro de distribuição da força de trabalho é bastante eclético, temos as relações de trabalho assalariadas (específicas do modo capital e compreendidas como emprego), o trabalho rural, o trabalho domiciliar, este último em intensa expansão, dentre outras formas de trabalho; além de que, em algumas regiões, há a presença, ainda hoje, de trabalho análogo a escravidão (Navarro, Maciel & Matos, 2017).

Todos esses processos, implicados no movimento do capital, se relacionam de modo que compõem um quadro marcado pela desigualdade, por um contingente enorme de pessoas marginalizadas e sem as condições mínimas de sobrevivência. A violência se alastra como produto de uma sociedade pautada pela barbárie. A jornada e o ritmo de trabalho se intensificam, os direitos dos trabalhadores estão sucumbindo e, enquanto alguns sujeitos são massacrados pelo excesso de trabalho, outros sofrem com sua falta (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017). O que vemos é uma sociedade adoecida em todas as suas dimensões.

Nessa parte da pesquisa e tendo como referência o que já foi exposto sobre as particularidades do trabalho na contemporaneidade, sobretudo no Brasil, faz-se uma breve análise de alguns agrupamentos temáticos que foram construídos a partir das entrevistas feitas

com os velhos aposentados do Departamento de Idoso da Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade de Goiânia e dos diários de campo. As temáticas são: Tempo no trabalho; Perda dos direitos relacionados à atividade laborativa; Heterogeneidade da classe trabalhadora; Precarização das atividades de trabalho; as relações no campo do trabalho; a Potencialidade do trabalho, o lugar social e subjetivo do trabalho e o Trabalho como valorização da personalidade. Destaca-se que, frente ao cenário do mundo do trabalho, buscase identificar as contradições e tensões as quais os aposentados estão sujeitos.

a) Tempo no trabalho:

Um dos componentes essenciais na composição do mundo do trabalho é o tempo. A primeira questão que se destaca nos depoimentos se refere à falta de tempo e aos processos de adoecimento no trabalho. A aposentada reflete sobre sua qualidade de vida após a aposentadoria, em que ela aponta que, no tempo em que trabalhava, sentia que possuía muito mais problemas de saúde, além de não ter tempo para cuidar de si, seu tempo era invadido pelo seu trabalho. Esses aspectos podem ser evidenciados na seguinte fala:

Bem, primeira coisa que eu fui fazer foi me cuidar, porque eu não tinha muito tempo, então, achei que eu conquistei mais saúde do que quando eu tinha 40 anos, porque eu vivia sentindo dor de cabeça, cansada, porque igual eu te falei, que eu trabalhava muito (Júlia, 65 anos).

Esses aspectos demonstrados no depoimento exemplificam como as atividades de trabalho consomem o tempo das pessoas. Os sujeitos não têm condições de cuidar da própria saúde e, na maioria das vezes, nem se percebem adoecidos, ocorre uma naturalização das condições as quais estão submetidos no trabalho. Nesse sentido, pode-se dissertar que o trabalho é o eixo sobre o qual se sustentam todas as escolhas dos indivíduos e que ele invade a dimensão da vida individual dos sujeitos (Alves, 2012).

O sistema no qual se vive abarca as esferas da vida fora do trabalho, sendo que esses outros espaços da vida são expropriados pela via do consenso e da interação. Esse movimento ocorre via produção de consentimento, em que os trabalhadores são despotencializados na sua capacidade de resistir e reagir à dominação das relações capitalistas, configurando uma práxis social resignada (Alves; 2012; Antunes, 2010; Heloani, 2003). Em momentos de desemprego estrutural, o combate às práticas impostas pelo capital, como o aumento das jornadas e a intensificação do trabalho, produz sujeitos assujeitados a uma dinâmica em que lhes é roubada a capacidade de produzir e reproduzir a vida material. Os resultados desses processos massacrantes reverberam nos trabalhadores e trabalhadoras em forma de adoecimento, mas

este é, muitas vezes, compreendido na esfera individual por meio da autculpabilidade dos sujeitos pelo próprio adoecimento. Mesmo no entendimento de que muitas doenças têm vinculação com as atividades desenvolvidas no campo do trabalho, há uma apreensão desses fenômenos pela ordem individual. Os processos de autorresponsabilização promovem nos sujeitos o movimento de buscar na esfera privada uma solução para questões que são de caráter coletivo. As mobilizações sociais não se articulam justamente porque há o enfraquecimento dos coletivos, por meio do enfraquecimento da própria classe trabalhadora. Assim, desmobilizados e despolitizados, os trabalhadores não conseguem se organizar para travar lutas contra a perversidade do sistema do capital.

b) Perda dos Direitos relacionados à atividade laborativa:

A consolidação das políticas neoliberais no Brasil tem como marca a redução e ainda a eliminação de muitos direitos da classe trabalhadora. Os efeitos desse processo, em larga medida, são destrutivos e afetam as condições de vida daqueles que vivem do próprio trabalho (Antunes, 2010; Behring & Boschetti, 2009). Nesse sentido, Teixeira (2017) diz que:

Reflexo do novo *métier* de fazer políticas públicas, posto pelo contexto de avanço do neoliberalismo e de crises dos sistemas de proteção social. Assim, diante da atual conjuntura de avanço do capitalismo na fase de acumulação flexível, impõem-se novas relações entre Estado/sociedade, uma nova regulação estatal em moldes neoliberais, que cria necessidades de reprodução ampliada do capital e desmonte de direitos da classe trabalhadora e população em geral (p.46)

A política da aposentadoria é cada vez mais combatida, com a intenção de aumentar a vida ativa da população. Há uma desregulamentação massiva dos direitos. Esse contexto é marcado pelo enfraquecimento dos sindicatos e da própria classe trabalhadora, que caracterizada pela fragmentação, competitividade e individualização, não trava lutas conjuntas com vistas ao combate a essas políticas de caráter burguês. As seguintes falas expressam esse embate:

E, os direitos que foram sucumbindo: “Muito nova, minha filha também começou muito nova, com 18 e agora ela tá dizendo que não adiantou nada porque (riso) não vai aposentar (Júlia, 65 anos).

Ohh, começaram falar vão acabar com o quinquênio, vamos acabar com, como é que é, negócio de Letras pra você ir subindo?... Progressão, então, de repente, quando eu estava lá em cima, de repente sumiu minhas letras todas! E aí?! Aí comecei me sentir impotente, porque eles fazem o que eles querem da gente” (Sônia, 64 anos).

Esses relatos demonstram o caráter duro do trabalho, que controla a vida dos trabalhadores, em conjunto com as políticas de precarização e diminuição cada vez maior dos direitos dos trabalhadores (Alves, 2012). Em outra entrevista, a decisão pela aposentadoria também estava relacionada com o medo de perder mais alguns direitos adquiridos. Esses aspectos demonstram a fragilidade dos sujeitos frente ao Estado. Mesmo sofrendo com as perdas dos direitos, os indivíduos não conseguem se movimentar por meio de uma luta conjunta. Durante as entrevistas, perguntamos aos entrevistados se eles participavam ou já participaram de alguma associação ou sindicato. Muitos apontaram que sim, mas demonstraram que não compreendiam a real função que os sindicatos deveriam exercer. Um dos sujeitos que afirmou participar do Sindicato de Idosos associava sua participação às atividades culturais e de lazer oferecidas pelos sindicatos, como pode ser visualizado no trecho abaixo:

É bom, tem a convivência de idoso, e tem, tem também a, o sindicato dos aposentados, não sei se você sabe?

Questionamos o depoente acerca de sua participação no sindicato:

**O senhor participa?**

Participo, tem festa lá três vezes no ano, no dia 08 é o ano internacional da mulher, e em junho tem festa junina e depois, no fim do ano, é confraternização de Natal (Paulo, 76 anos).

Os sindicatos surgiram como forma de combate às condições de trabalho e às remunerações as quais estão submetidos os trabalhadores no capitalismo. Foram essenciais para que, na Constituição de 1988, fosse reservado um artigo (art. 7º) como forma de garantia aos direitos dos trabalhadores (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos, 2015).

No entanto, esse quadro relatado pelo aposentado acerca de sua participação no sindicato dos aposentados demonstra como o papel real dos sindicatos não têm sido exercido. Um espaço que é reservado para o debate das condições de trabalho e principalmente para a luta coletiva por melhores condições de trabalho se tornou um lócus de promoção de convivência por meio de festas. Nesse sentido, Krein (2018) aponta que as reformas no campo do trabalho promovem o esvaziamento das organizações sindicais como representantes de classe. As organizações se tornam mais descentralizadas e passam a se vincular com os interesses das empresas. Diminuem ou são eliminadas as lutas e a conscientização mínima dos trabalhadores quanto aos seus direitos trabalhistas.

c) Heterogeneidade e Fragmentação da classe trabalhadora:

A heterogeneidade e fragmentação da classe trabalhadora é uma das características da organização do trabalho no Brasil resultante do processo de reestruturação produtiva que foi estabelecida sobre as bases das formas flexíveis de organização da produção e do trabalho (Navarro, Maciel & Matos, 2017). Dentre as seis pessoas entrevistadas, cinco são funcionários públicos aposentados em diferentes funções (três são professoras, um é desenhista/projetista e o outro auxiliar de necropsia) e apenas um dos entrevistados foi aposentado em uma empresa privada como vendedor. Este último foi o sujeito que apontou receber a menor remuneração e ressaltou muitas dificuldades financeiras após a aposentadoria. Como pode ser observado nos depoimentos:

Mas a vida de desenhista projetista é aquela, aquele ritual, sempre a mesma coisa, então, quando eu aposentei eu achei ótimo, não cê leva o serviço pra fazer em casa e cê manda pelo computador, eu falei ah, han, ahh, mas cê vai deixar de ganhar? Vou, o que eu recebo de aposentadoria pra mim tá bom demais (João, 79 anos).

É, gostava, não, eu vendo as outras coisas eu preferia a CELG, principalmente na CELG. Na CELG pagava dois terços do INSS, eu pagava um terço, então, a gente pagava sobre o teto do INSS, então, eu me aposentei recebendo sobre o teto do INSS, sobre dez salários mínimos, então, aposentei, fiquei quase com o mesmo dinheiro que eu ganhava quando tava trabalhando, então, tô sossegado. Não senti assim, muita diferença, senti que aposentei, virei um “jaque”, já que cê tá aposentado faz isso pra mim (João, 79 anos).

Olha, eu acho que não, porque se eu tivesse trabalhado foi no tempo de Collor, se eu tivesse, porque eu não tinha pego no governo Collor? Tanta coisa, cê qué adivinhar, ser profeta, se eu tivesse trabalhado mais um pouco eu teria aposentado melhor, sabe quanto eu ganho? R\$ 1430,00 (José, 85 anos).

Esses depoimentos expressam que, mesmo dentro de uma mesma categoria, trabalho assalariado, tem-se um abismo existente entre o que o sujeito pode fazer ao se aposentar com um total de dez salários mínimos e o trabalhador que ganha pouco mais de um salário. O último sujeito expressa uma responsabilização individual por receber tão pouco de aposentadoria, o que é uma das ideologias propagadas na era do capital, que os sujeitos são responsáveis pelo seu próprio sucesso, que se refere principalmente aos de caráter econômico, na possibilidade de compra dos mais diversos bens de consumo. Essa responsabilização individual é também resultado de uma das inovações da organização do trabalho que se sustenta sob a ótica da polivalência do trabalhador (Alves, 2012). Este deve estar constantemente se reinventando, especialmente no campo do trabalho.

d) Precarização das atividades de trabalho:

A precarização das atividades do trabalho as quais os sujeitos são expostos, se materializam por meio de diferentes faces: no subemprego; na informalidade; na exploração do trabalho infantil; no conjunto das formas sociais de organização do trabalho em que se tem um aumento na intensidade e no tempo de trabalho. Os sujeitos são cada vez mais pressionados a se submeter a condições adversas através de mecanismos de controle e coerção. Esses processos produzem uma população cada vez mais adoecida e subjugada (Navarro, Maciel & Matos, 2017). Os diversos processos que provocam o adoecimento na esfera do mundo do trabalho, como cansaço, *stress*, relações pessoais, falta de tempo, foram expressos nos depoimentos de duas entrevistadas:

... e depois eu, eu, eh, fui cuidar da minha saúde mesmo. Eu acho que quando eu trabalhava era, era uma, uma vida muito corrida né, assim, muito estressante que eu dava aula em três horários e era, era terrível, era muito, muito cansativo ne! Então, depois que eu aposentei não né, a gente teve uma vida mais tranquila, cê entendeu? Mais eh, eh, cê poderia tá programando as coisas né!” (Sônia, 64 anos).

Bem, primeira coisa que eu fui fazer foi me cuidar, porque eu não tinha muito tempo, então, achei que eu conquistei mais saúde do que quando eu tinha 40 anos, porque eu vivia sentindo dor de cabeça, cansada, porque igual, eu te falei, que eu trabalhava muito. Então, à medida que eu aposentei, eu fui pra uma academia, eu fui pra ioga, eu fui fazer caminhada, fora as outras coisas que eu fazia n. Então, eu dentro de casa, eu não tenho tempo, eu não paro (Júlia, 65 anos).

Essas falas expressam como a esfera laborativa da vida impede os sujeitos de desenvolverem atividades de caráter formativo, de lazer e dos cuidados com a saúde. Os trabalhadores(as) passam toda a existência realizando apenas as atividades que o tempo do não trabalho permite. Esse tempo é bastante pequeno, em razão da intensificação das jornadas de trabalho, além da jornada dupla realizada pelas mulheres, a quem majoritariamente ainda está reservada a realização das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Destaca-se que o próprio cansaço físico e mental provenientes do trabalho impedem o desenvolvimento de atividades ou hábitos de vida mais saudáveis e prazerosos.

Nesse sentido, a precarização do trabalho no capitalismo global reverbera, em larga medida, na objetividade e subjetividade da classe trabalhadora (Alves, 2012). Os sujeitos são sucumbidos à lógica das inovações sociometabólicas do capital, que na busca pela manutenção de sua hegemonia, coloca trabalhadores e trabalhadoras em condições desumanas e são respaldados pela captura da subjetividade, em uma operação de produção de consentimento (Alves, 2012). Alguns sujeitos, muitas vezes, não encaram essa lógica sob a

perspectiva do sofrimento e adoecimento, mas são agradecidos por não estarem desempregados e terem um emprego para seus sustentos.

e) Relações sociais:

As relações de trabalho incidem na subjetividade e na saúde dos indivíduos (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017), que são marcadas nesse período pelo empobrecimento dos vínculos, pela dificuldade de uma construção de identidade coletiva e pelo enfraquecimento dos coletivos sindicais, o outro passa a ser visto como um inimigo a ser eliminado (Alves, 2012). Ressalta-se que as relações sociais estão submetidas à ordem da produção de mercadorias (Konder, 1999). Assim, perde-se o sentido da dimensão coletiva da vida social, pois ela está subordinada às formas de dominação do capital, pautada pela exploração e atravessada pela propriedade privada (Lessa & Tonet, 2011).

As relações sociais foram apontadas pelos entrevistados preponderantemente de forma negativa e são marcadas pela competição. Os trabalhadores travam relações de inimizade, em que o outro é visto como um inimigo a ser combatido e vencido. Como se expressaram o senhor José (85 anos) e a senhora Maria (69 anos):

Olha, o que eu não gostava no trabalho é chato falar, mas é a inveja. O invejoso é terrível! Ele faz mal pra ele, e pros semelhantes, e nesses lugares, tu encontra muito essas pessoas, tu sabe disso....

Ahh, são pessoas, colegas que querem puxar o seu tapete, que eu senti isso, tá? Querem pegar seu lugar, entendeu? Mas o bom que eu achei que tentaram de várias maneiras, mas não conseguiram isso, eu me senti vitoriosa que cê nem sabe como.

Ainda referente a essa categoria da realidade laboral, quanto às relações entre empregado/chefia, a figura do chefe se apresenta como o que há de pior no ambiente laboral, alguém que está em uma função de exercer regulação, coerção e vigilância.

(riso) Eu não gostava, como todo mundo dos chefes (risos). Sempre tinha um chefe encrenqueiro, mas isso é normal, cê tem que engolir o sapo e pronto, não era coisa assim muito grave não (João, 79 anos).

Nesses depoimentos, observa-se que as relações estabelecidas no campo do trabalho estão subordinadas à dinâmica da própria sociedade com o acirramento da competição entre trabalhadores e trabalhadoras, o crescente processo de individualização e a fragmentação de classe, que podem ser expressos na pessoa da chefia. Muitas vezes, o chefe, por ganhar um salário melhor, por ter acesso aos mais diferentes bens de consumo, se coloca numa posição

diferente de seus subordinados. Nesse sentido, o espaço laboral é marcado pela competição entre os sujeitos, sendo esse aspecto ressaltado como o mais negativo do trabalho. As outras condições as quais os sujeitos são submetidos aparecem como algo que já está posto sem muitas possibilidades de transformação ou melhoria. É necessário salientar que foi perceptível que a exploração, o ritmo intenso do trabalho e suas condições foram sendo apreendidas pelos sujeitos como naturais, denotando uma realidade composta por sujeitos adaptados e conformados com toda a dinâmica a qual estão submetidos.

Destacam-se dois importantes aspectos nesses processos. Há a presentificação da alienação, que tem como uma de suas dimensões o estranhamento em relação ao outro, que nesse sentido, demonstra como as relações se tornam “coisas” pelo fenômeno da reificação. Outro aspecto são as relações de dominação que se apresentam através do papel da hierarquia nas relações de trabalho, que estabelecem relações de mando, portanto, de dominação. É importante pontuar que essas questões aparecem na forma aparente como função técnica dos coletivos de trabalho e como meio de organização da atividade produtiva.

#### f) Potencialidades do trabalho

No capitalismo, o trabalho é uma categoria da realidade perpassada por inúmeras contradições. Ao mesmo tempo em que é fonte de sofrimento, possibilita os sujeitos desenvolverem algumas de suas potencialidades criativas, que são limitadas pela dominância do trabalho alienado. Em algumas das entrevistas, o trabalho foi apontado enquanto realização pessoal, que produz orgulho, satisfação, reconhecimento e criação. Essas características podem ser demonstradas nos depoimentos a seguir:

Éhh, é que eu gosto muito de ficar em casa, também, sabe, cuidar da minha casa, eu amo, mas eu acho que eu tinha que fazer alguma coisa pra mim, sabe? Pra que eu me sentisse um pouquinho mais realizada, porque eu já era realizada como mãe, como esposa, sabe? Como dona de casa, mas tava faltando e preencheu com o meu trabalho (Maria, 69 anos).

Nesse momento, questionamos a depoente sobre o que o trabalho significa para ela:

#### **O que o trabalho significa pra senhora?**

Ahh, é eu poder mostrar o que eu tenho de conhecimento e dividir, porque eu interpreto uma divisão de conhecimento como uma multiplicação. Tanto que quando eu dava aula no, por duas vezes, eu fui muito elogiada, uma vez quando eu tava dando uma aula pro terceiro ano do Ensino Médio, de língua portuguesa, que eu acabei de dar minha aula, os alunos nunca tinha feito isso, escola pública, bateram palma e falou professora, mas sua aula foi show! E na segunda vez, foi quando eu dava aula na UEG pro terceiro ano de Letras, sabe? É uma, esqueci como é que fala, esqueci como é que fala lá, mas eram pessoas que eu dava um módulo, tanto que eu dei em Palmeiras, lá tinha muita primeira-dama, tudo sabe? Então, éhh, eu sempre gostei de aulas diferentes, sabe? Essas de que se você vai fazer um poema, vamos

sair pro aí andando e vê o que que tem de bonito aí pra você fazer um poema pra mim, e elas amavam! Entende? Apesar de eu dar uma aula chata, eu fiz dela uma boa (Maria, 69 anos).

A entrevistada demonstrou como o trabalho pode produzir reconhecimento e realização na esfera pessoal. Ela salienta que, embora sob condições adversas, conseguiu realizar um trabalho (aula) do qual tinha orgulho. Nesse sentido, pode-se afirmar que as potencialidades criativas não desaparecem na esfera da produção capitalista, mas são utilizadas com vistas à produção e reprodução de mercadorias (Konder, 1999).

g) Lugar social e subjetivo do trabalho:

O trabalho se configura como aquela atividade humana que detém centralidade na vida dos sujeitos (Reis & Facci, 2017). Além de proporcionar a reprodução da própria existência, ele ordena todos os aspectos da vida social e individual (Konder, 1999). A compreensão da centralidade do trabalho explicita sua condição de atividade dominante na vida adulta (Carvalho & Martins, 2017) e as subjetividades na contemporaneidade são educadas à condição de “adequação” ou “sujeição”, à lógica da racionalização da produção pelo processo de ensino, na formação de tipos humanos que atendam a essa lógica (Alves, 2012).

Em alguns depoimentos, identificam-se o lugar social e subjetivo do trabalho na vida dos sujeitos, que foram expressos em:

Era tudo pra mim, eu não tinha pai, não tinha mãe, não tinha ninguém, eu tinha que lutar pra sobreviver, além de gostar, eu adorava trabalhar com a educação, porque, na verdade, eu acho que eu dormia e sonhava com um tipo de aula diferente (Júlia, 65 anos).

Uai, quando eu comecei a pegar no dinheiro, eu não queria mais parar não, porque pra mim era sobrevivência, era tudo. Eu sabia que dali eu não ia depender mais de ninguém (Júlia, 65 anos).

As atividades laborais ocupam boa parte da vida dos sujeitos, principalmente daqueles que pertencem às camadas mais populares. Têm seu início ainda na infância e atravessam toda a vida dos sujeitos. De acordo com Vigotski (1991), o trabalho infantil representa um exemplo ativador da degeneração do desenvolvimento psíquico humano. Nas famílias vulneráveis socialmente, ele se apresenta como possibilidade de sobrevivência. O movimento de inserção no mundo do trabalho ainda criança produz implicações diretas no modo de ser dos trabalhadores adultos, que se tornam mais resilientes e adaptados. Além disso, reverbera sobre o desenvolvimento psíquico em todas as suas dimensões, destacam-se cognição,

linguagem, inteligência, emoção. O desenvolvimento de atividades de trabalho ainda na infância pode ser identificado nas seguintes falas:

Eu com acho que de dez anos ou mais, a gente ajudava ele na padaria à noite, acordava uma da manhã e voltava pra cama era cinco horas (Júlia, 65 anos).

Sete anos eu já tava engraxando sapato, quando depois com os doze eu já tava carregando lata nas costa (José, 85 anos).

#### h) Realização pessoal mediada pelo trabalho:

Na vivência da aposentadoria na velhice, a categoria do trabalho foi retomada pelos sujeitos como essencial para a realização pessoal. Nesse aspecto, evidencia-se uma visão bastante positiva do trabalho, com saudosismo da atividade realizada durante boa parte da vida. A maioria dos entrevistados permaneceu realizando o mesmo tipo de trabalho por mais de 20 anos e não viveu a experiência do desemprego. O trabalho enquanto realização pessoal pode ser observado no trecho de um dos depoimentos:

Aposentei, mas eu não queria não!

Nesse momento, o aposentado foi questionando acerca dos motivos pelos quais não queria ter se aposentado:

#### **Não? Aposentar é difícil?**

Tava bom demais da conta lá, nossa! Era um serviço que eu adorava, eu entrava lá e tinha o horário de entrar e tinha o horário de sair né, eu chegava, eu era o primeiro a chegar lá, eu era o último que saía. E tinha, e tinha vez também que eu ia pra lá dia de sábado, dia de domingo eu ia pra lá fazer liberação de corpo (Paulo, 76 anos).

Esse trecho expressa como o trabalho ocupava todo o espaço de sua vida, ela se organizava em torno da atividade que realizava. Nesse caso específico, o tipo de trabalho era de auxiliar de autópsia, que tem o significado social de um trabalho degradante e adoecedor pela proximidade diária com a finitude da vida. Porém, para esse sujeito, tinha como sentido a vida, a produção e a realização. Ele gostava de abrir corpos e se sentia feliz pela atividade que realizava. Pode-se hipotetizar que o trabalho tinha um reconhecimento entre os pares ou também por ser uma profissão que muitos sujeitos não gostariam de exercer. Como ele conseguia de forma prazerosa, era fonte de orgulho para ele. Através desse depoimento, pode-se compreender o lugar ocupado pelo trabalho, tanto na vida social, quanto subjetiva dos

trabalhadores e trabalhadoras, que mesmo com suas energias expropriadas ao longo da vida, o veem como possibilidade de prazer e satisfação.

i) Trabalho como valorização da personalidade/individualidade:

O trabalho é elemento central e organizador da vida dos sujeitos e produz satisfação nos indivíduos ao serem reconhecidos positivamente pela atividade que realizam profissionalmente. É possível identificar que, mesmo em meio às condições de precarização e de uma remuneração ruim, os sujeitos se sentem valorizados pelo reconhecimento do trabalho que realizam, como pode ser identificado na seguinte fala:

Olha, é o sucesso mesmo, quando eu ia lustrar móveis, e esse serviço era meu, esse serviço não existe mais... eu fui nomeado, pra tomar conta de 72 lustradores, que era tudo lustrador, e lustrava carcaça de piano pra exportar, aquelas carcaças de piano, então, aquilo quando me entregava aquele caminhão de móveis, eu ficava tranquilo que ia embarcar em Santos e ia mandar pra Europa, então, essas coisas me realizava demais! (José, 85 anos).

O fato de as pessoas (colegas, chefes) enxergarem José como um excelente profissional era o suficiente para que pudesse se sentir realizado. Esses são elementos de grande valor ao analisar o trabalho, que não se constitui apenas como uma atividade penosa, sofrida e adoecedora, mas como potencial criativo e de realização pessoal e coletiva (Marx, 2018).

O trabalho promove a valorização da personalidade dos sujeitos, que ao serem reconhecidos através das atividades que realizam, se sentiam sujeitos admiráveis, principalmente os sujeitos de condições econômicas precárias. A profissão que exercem na vida são entendidas como resultado de muito esforço e dedicação, e a avaliação social positiva promove um “reconhecimento subjetivo”, além do retorno financeiro que pode levar à independência, que para alguns sujeitos, é um fator de sobrevivência. Como explicitado pela depoente:

Oii, sei lá, a gente é de uma família assim, muito, ahn, humilde né? Então, eu acho que o trabalho é, é essencial pra vida da pessoa neh, então, logo que você faz uma opção por um, ahn, por uma profissão, cê faz uma opção pela profissão, cê já se dedica aquilo, a sua vida aquilo. Então, cê vai procurar melhorar cada vez mais e, eu sempre procurei neh, fazendo especialização neh, indo atrás, sabe? Então, a gente procurava tá melhorando em cima disso... Ahh, muito bom, independência, neh, cê começou a trabalhar, eu comecei a dar aula, já tinha o seu salário, a independência já adquirido bens, então, foi muito bom, é gratificante cê escolher a profissão neh, e ainda ter a condição de tá praticando (Sônia, 64 anos).

Por meio da análise dessas categorias, percebem-se as contradições que compõem a esfera do trabalho, em que são encontrados trabalhadores e trabalhadoras aposentados que não conseguem viver sem a atividade laborativa, que os massacraram durante toda a vida e, que consumiu todas as suas energias. A aposentadoria promove o adoecimento de muitos sujeitos (Haddad, 2017a). Pela análise dessa entrevista, em especial, nota-se uma vinculação subjetiva imensa com o trabalho, em que o entrevistado demonstrou que a aposentadoria foi extremamente difícil, porque o sentido do trabalho para ele vinculava-se à realização pessoal. Contudo, compreende-se que o trabalho assalariado marcado pela alienação não é fonte de vida, mas é subjetivamente apreendido e significado pelos sujeitos aposentados como se o fosse.

Marx (2018), ao elaborar teoricamente acerca dos efeitos degradantes do tipo de trabalho vigente no capitalismo, compara os sujeitos a um apêndice da máquina que tem suas potencialidades humanas expropriadas para aumentar a força produtiva social do trabalho pelas custas dos trabalhadores e trabalhadoras singulares. Por esse viés, é instigante pensar como o trabalho se efetiva na sociedade e como é apreendido pelos sujeitos em suas vidas singulares, sendo que muitos não conseguem se desvencilhar das marcas deixadas pelo trabalho ao longo de suas existências. Ao mesmo tempo em que ele tem um caráter degradante, é também potencial criativo humano. Os trabalhadores e trabalhadoras de diferentes funções, muitas vezes, se sentem realizados pelo trabalho exercido, como se pode identificar na fala em que o aposentado se referia ao trabalho.

As características do modo de vida hegemônico estão centradas na capacidade individual de produção. A aposentadoria, ao promover a “exclusão” dos sujeitos classificados como velhos do mundo do trabalho é a responsável também por produzir, concomitantemente, uma diminuição e, até mesmo, uma eliminação do reconhecimento social desses sujeitos, por não contribuírem mais no atendimento das exigências e demandas capitalistas. Esse não reconhecimento produz o sofrimento expresso pelos velhos aposentados de diferentes formas (Messy, 1999). Desse modo, compreende-se que o significado social da aposentadoria produz, para os sujeitos que a vivenciam, a retomada do trabalho como o tempo de realizações, que pode ser uma defesa subjetiva frente à angústia proveniente do novo lugar social.

Uma das categorias essenciais para entender os diversos aspectos que compõem a aposentadoria na velhice é a temporalidade. Portanto, algumas reflexões acerca do tempo de trabalho e não trabalho foram elaboradas, com o fim de compreender como esses dois tempos compõem em larga medida a aposentadoria.

### 3.3 Tempos de Trabalho e Tempos de Não Trabalho

Para a compreensão do tempo do trabalho e do não trabalho, é válido analisar como essas concepções foram sendo produzidas nos diferentes momentos históricos, sendo que, em cada cultura, há um tempo dominante, mesmo em meio à multiplicidade de tempos sociais. A fim de tentar compreender essa multiplicidade presente para além de um tempo entendido como único, é necessária uma análise das vivências, experiências dos sujeitos e das próprias representações do tempo no cotidiano deles. Tal fato faz com que os sujeitos, em um mesmo período histórico, vivenciem um mesmo tipo de tempo de forma diferente. Há, assim, os tempos de trabalho, tempos de família e tempos de lazer, existindo um tempo dominante em cada cultura (Cardoso, 2007).

Nas sociedades industriais, aparece uma nova cultura temporal, em que o tempo abstrato é preponderante. O mesmo se apresenta vazio de conteúdo, mensurável e universal, passando a ter características objetivas e gerais. Ele é transformado em mercadoria e passa a ser extremamente racionalizado de acordo com o ritmo da fábrica. Há uma separação entre o tempo das experiências, dos afetos, das relações do tempo, em que as práticas se vinculam ao dinheiro. O tempo gasto com as atividades que não estão vinculadas à produção econômica capitalista é considerado como tempo perdido. O tempo do trabalho se torna o centro da organização da vida social, que tem o relógio como referencial, ele passa a ocupar o lugar do tempo das experiências dos sujeitos, atrelado à lógica de produção e reprodução do capital. O tempo de trabalho não é o único, pois existem outros tempos sociais. Porém, ele é dominante e influencia as outras experiências dos outros tempos sociais (Cardoso, 2007).

Observa-se, através das entrevistas, que o tempo que era gasto com o trabalho não abria espaço para que os sujeitos realizassem outros tipos de atividades (artísticas, de lazer, físicas, educativas) e que a aposentadoria foi vista como a possibilidade de realizá-las. Contudo, ao mesmo momento, foi apreendido por meio dos depoimentos que o não trabalho também produzia o sentido de uma vida vazia, sem ter nada para fazer, que deveria ser preenchida. Esses aspectos evidenciam as contradições presentes na vivência da aposentadoria por sujeitos velhos. Alguns depoimentos puderam explicitar essas contradições:

Éhh, não, é chato, é bom a gente ne!, eu de, no, no início eu ne!, a gente falava assim, ne!, eu cê é aposentado, ahh tá, mas realmente a gente fica assim, não é bom então, demorou, demorou bastante, eu fiquei, depois que eu aposentei eu fiquei uns mais de ano mesmo, sonhava, sonhava todo dia com escola, todo dia com alunos, todo dia sabe (riso), falei gente eu tenho que fazer um tratamento porque ahn, aí, mas tempo foi sabe, foi, foi acalmando, sabe? E, realmente, parece que foi, houve aquela aceitação né, porque realmente, no início eu tava

assim, que esses sonhos seria esse laço né, que eu tinha, então, que eu não queria desfazer desse laço, né, então, eu sonhava que tava entrando na escola, eu sonhava, nossa era todo dia! Foi, mas aí com o tempo, eu fui acho que aceitando e realmente, graças a Deus tá tudo certo. Hoje em dia eles falam aposentada? Sim, aposentada (riso) (Sônia, 64 anos).

Eu vejo alguns que pensa assim, que ahh tá aposentada neh, e eu fico assim olhando não têm noção do tudo que é bom porque você tem a liberdade de fazer o que você gosta, o que você quer, entendeu? Então, eu tenho é dó de quem pensa isso! (Maria, 69 anos).

É lógico porque eu ia ficar sem fazer nada né, e aí eu fui atrás de alguma coisa (Júlia, 65 anos).

No primeiro depoimento, a senhora aposentada demonstra a transição entre o tempo do trabalho formal e o tempo do não trabalho, em que ela teve uma enorme dificuldade de ressignificar esse novo momento de sua vida. Esse aspecto demonstra como o tempo das atividades de trabalho invade a vida dos sujeitos, delimitando todas as demais experiências da vida, até a própria vivência da aposentadoria. No segundo, tem-se o depoimento em que a entrevistada expressa uma visão positiva da experiência do não trabalho, cujo principal argumento é a liberdade de poder fazer o que quiser. No último, pode-se observar a compreensão da aposentadoria como o tempo de não fazer nada, porque muitos sujeitos entendem o trabalho como uma única possibilidade legítima (construída na relação do sujeito – sociedade) de estar realizando algo em suas vidas. No caso, a entrevistada busca formas para preencher esse novo tempo do não trabalho.

Assim, as vivências temporais cotidianas dos trabalhadores são naturalizadas, como se o tipo de tempo experimentado hoje sempre tenha existido como tal. A cultura temporal passa a ser marcada pelo ritmo acelerado em todas as relações dos homens entre si, das relações que esses estabelecem com as coisas e com os espaços físicos. O tempo da esfera produtiva passa a ditar também outros tempos sociais dos sujeitos, da casa, da escola, do lazer, da vida humana em todas as suas dimensões. A experiência cotidiana do tempo se apresenta como se ele fosse pequeno para tantas “necessidades” a serem realizadas. Ele se mostra como raro, escasso e obriga os sujeitos humanos a utilizarem diversos meios para o economizar, administrar e viver da melhor forma possível (Cardoso, 2007).

Nota-se, em alguns depoimentos, que mesmo após a aposentadoria, que seria o momento em que os sujeitos poderiam vivenciar uma maior liberdade e independência do tempo do relógio, eles buscam maneiras diversas para manter o ritmo de vida anterior, como se ainda estivessem trabalhando. Mantêm-se sempre ocupados, imersos nas mais diversas atividades, se orgulham ao afirmar que têm muitas tarefas para realizar, como os cuidados da casa, dos netos e dos grupos dos quais participam. Portanto, mesmo com a presença do não

trabalho formal na aposentadoria, a vivência frenética do tempo se mantém, principalmente por aqueles sujeitos que não estão debilitados fisicamente na velhice, que possuem independência financeira e não necessitam dos cuidados da família.

Com o desenvolvimento das altas tecnologias presentes nas indústrias, acreditava-se que as jornadas seriam diminuídas, que se melhoraria a qualidade de vida dos trabalhadores. No entanto, isso não ocorreu. Houve um aumento das jornadas de trabalho e não uma diminuição sistemática do tempo de trabalho nas sociedades modernas. Há uma necessidade de se contratar menos e produzir mais (Alves, 2012). Dessa forma, intensifica-se a exploração e se eleva o desemprego. Como já pontuado anteriormente, é estrutural a presença de mão de obra excedente (Antunes, 2010). O número de desempregados no Brasil aumenta continuamente. Isso faz com que, cada vez mais, se prolongue o tempo do trabalho e a sujeição dos trabalhadores a essa lógica tão cruel. Marx (2018) aponta que o capital não produz capital, é resultado de mais trabalho, da exploração do trabalho humano.

Os homens e as mulheres, como forma de manterem sua existência, se adéquam ao tempo da máquina e se submetem a esses inúmeros processos desumanos. Em relação a esses aspectos, a naturalização dos processos de trabalho está tão imbricada nas subjetividades dos trabalhadores e trabalhadoras, de maneira que muitos não conseguem identificar as situações as quais são submetidos no mundo do trabalho como exploração, sobrecarga de trabalho, desregulamentação de direitos. Os que conseguem enxergar as desumanidades presentes socialmente não compreendem o caminho para combatê-las, e os que combatem são um número pequeno de sujeitos. Isso tudo é mascarado pela lógica do consumo, da competição e do individualismo. O capitalismo, ao colocar o homem contra ele mesmo, faz com que as situações de miséria material e humana em que se vive sejam de uma ordem individual e não coletiva (Alves, 2012; Marx, 2018; Navarro, Maciel & Matos, 2017).

Nesse sentido, tem-se esse movimento de uma responsabilização pessoal e da precarização dos direitos dos trabalhadores nas atuais reformas do sistema previdenciário brasileiro, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de 2019, em que se aumenta a vida ativa dos sujeitos no mundo do trabalho. Nessa via, o trabalho no capital é que produz acumulação (Marx, 2018), sendo necessário expropriar energias humanas até a morte. Como resultado, ocorre uma crescente desumanização em todas as esferas sociais e o proletariado é cada vez mais refém, sendo submetido às piores condições de trabalho (Navarro, Maciel & Matos, 2017).

Nesse contexto, o tempo do trabalho contemporâneo é caracterizado como tenso, urgente, intenso e flexível (Cardoso, 2007). A dicotomia entre tempo de trabalho e não

trabalho está em declínio, ocorrendo uma aproximação entre ambos. O primeiro passa a ocupar outros espaços sociais dos sujeitos, pois o trabalho remunerado, muitas vezes, extrapola o próprio local de sua realização. Há atualmente uma maior flexibilidade para que o trabalhador possa realizar trabalhos fora do ambiente laboral, o que faz com que o trabalho substitua o não trabalho. Deve-se pontuar que essa necessidade, mesmo sob a aparência de ser um benefício para o trabalhador, nos discursos de flexibilidade no ambiente laboral, não existe necessariamente para atender as demandas da classe trabalhadora, mas é um benefício para os donos dos meios de produção. Assim, pautados por essa nova temporalidade, há a necessidade de sujeitos trabalhadores flexíveis, de modo que possam atender aos anseios do capital, em que eles devem estar abertos a mudanças, riscos e serem, cada vez mais, independentes das Leis formais (desregulamentação) (Alves, 2012). Esse fato é evidenciado nas recentes defesas das mudanças das Leis trabalhistas. Essas alterações objetivam diminuir o “peso” da classe trabalhadora para o capital (Lei nº 13.467, 2017). Esses modelos já são evidenciados em vários países ao redor do mundo, massificando e colocando os sujeitos trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo, fato esse que ocorre principalmente nos países de economia periférica. Na defesa de uma maior liberdade e autonomia dos sujeitos, vigora um maior domínio das empresas sobre eles, extrapolando-se esse domínio extrafábrica, no tempo do não trabalho (Navarro, Maciel & Matos, 2017).

Tendo em vista todo esse movimento preconizado pelo tempo de trabalho e de não trabalho, estabelece-se a ilusão de que existirá um momento de sua vida no qual o sujeito acredita que poderá usufruir do tempo como quiser. No entanto, o ritmo de vida a qual foi submetido durante toda a jornada, ou até mesmo as condições da vida material desfavoráveis que são a realidade de muitos, limita-os na vivência desse tempo tão esperado. A vivência do não trabalho se torna uma experiência angustiante e mesmo adoecedora. Muitos não conseguem viver a liberdade, castrada durante toda a vida. Desse modo, busca-se preencher esse vazio deixado pela atividade laboriosa. Nas entrevistas, esses fatos se manifestam sempre marcados pela contradição de poder fazer o que quiserem, concomitantemente ao desejo de realizar algo para se sentirem úteis, ativos e produtivos.

Eu achava, eu não cansava de trabalhar! Eu trabalhava dentro dos horários e achava bom, eu gosto de trabalhar. Por isso que eu tô inventando tudo isso aqui, tá vendo? (se referindo à aula de voz e violão) (José, 85 anos).

... a gente faz com prazer neh, porque é uma forma de preencher o tempo (João, 79 anos).

Antunes (2010) nos auxilia na compreensão dos processos apontados que se apresentam com o afastamento dos sujeitos das atividades laborais:

...uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho está maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa (p. 173).

Ao se compreender a esfera do tempo, sua configuração na atualidade e sua relação com a aposentadoria na velhice, nota-se que, mesmo após o encerramento do tempo de trabalho, o sujeito direciona suas escolhas pautadas pelo tempo do trabalho, caracterizado como produtivo. A liberdade que dizem viver é limitada e submetida à ordem dos modos de vida capitalista, que direcionam todas as etapas da existência humana. A aposentadoria abre um espaço temporal na vida dos sujeitos, e que cada um busca individualmente, por meio de vínculos coletivos, preencher o vazio deixado pelo trabalho. Frequentemente, esse é preenchido com diversas atividades de música, ioga, dança etc. A aposentadoria permite a alguns sujeitos algumas realizações de ordem pessoal, mas que não se difundem para a população como um todo, porque milhares de velhos aposentados precisam continuar trabalhando. Nesse sentido, é válido destacar que:

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do seu ser social dada pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheio de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordinam o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sobre bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade... Se o trabalho tornasse dotada de sentido, será também por meio da arte, da poesia, da pintura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo (Antunes, 2010, p.175).

Ao tomar como ponto de partida o contexto do mundo do trabalho no Brasil a partir da reestruturação produtiva e o tempo de trabalho e não trabalho busca-se compreender a configuração da subjetividade neste contexto.

### **3.4 As Implicações da Organização da Vida Societal na Configuração e Produção da Subjetividade**

Todas essas inúmeras transformações sociais e políticas se refletem na constituição da subjetividade e da sociedade de maneira reciprocamente determinada. Essas mudanças foram

essenciais para que o capital se reorganizasse com fins à sua recuperação, do seu ciclo produtivo e de sua hegemonia/dominação econômica, social e política. No entanto, a classe social que mais sofreu com ofensivas do capital e do Estado, na busca por uma reorganização frente à crise, foi a trabalhadora, que tem suas condições de trabalho e de vida cada vez mais precárias. Há o aumento da escala relativa de pobreza, a grande maioria recebe o mínimo para continuar existindo, além do desemprego estrutural que afeta um contingente enorme de sujeitos (Antunes, 2010).

Esse fato pode ser evidenciado na configuração das atuais reformas que têm sido realizadas no governo vigente do Brasil, em que na defesa de economizar parcela do fundo público ativado em políticas sociais, o transfere para a iniciativa privada como forma de valorização do capital, procedido pela derrogação de direitos trabalhistas conquistados por meio de muita luta (Teixeira, 2017). Há também o aumento da carga horária de trabalho e a desregulamentação, em larga medida, das leis trabalhistas, na defesa do crescimento econômico. Muitas vezes, os sujeitos aceitam essas condições desumanas como forma de manter a própria existência, visto que, devido aos inúmeros avanços tecnológicos, existe um contingente enorme de mão de obra supérflua (Alves, 2012; Antunes, 2010).

Tendo-se em vista tal contexto, é válido refletir como todos esses aspectos incidem sob a vida e a subjetividade de homens e mulheres. A noção de subjetividade resulta do próprio processo da autonomização real do indivíduo. Desse modo, a concepção daquilo que é particular, individual e as vivências dessas experiências estão intrinsecamente ligadas ao atual momento histórico. Deve-se pontuar que as ideias de liberdade e de individualidade são, nas sociedades pautadas pelo capital, uma concepção necessária para manutenção do *status quo*, pois a separação dos sujeitos da sociedade e de outros sujeitos humanos faz com que se inviabilize mudanças profundas nas estruturas sociais, que só poderiam ser efetivadas pela revolução da classe trabalhadora (Duarte, 2004).

O Marxismo se opõe às ideias provenientes do Liberalismo, na compreensão de que o homem é histórico-social e que ele não pode se realizar plenamente de forma isolada. Somente via coletivo os sujeitos podem se constituir pelas relações com a realidade concreta – histórico-social –, ao mesmo tempo em que constituem essa realidade (Gonçalves, 2007). Nessa perspectiva, a análise da subjetividade é tema de debate em meio à própria corrente marxista, alguns teóricos compreendem que podem realizá-la por dentro do Marxismo e outros optam por lançar mão das contribuições da Psicologia Histórico-cultural para sua melhor apreensão. Guerra e Jimenez (2016) propõem, no livro “Tornar-se indivíduo: bases

ontológicas e processo histórico, contribuições teóricas para o avanço no sentido de construção de uma teoria marxiana da individualidade”. Nesse sentido:

Nosso estudo aponta que a individualidade humana é tratada no legado marxiano aqui revisado como complexo categorial cuja expressão é utilizada tanto para designar uma dada forma de existência dos homens no curso do processo histórico de autoconstituição do ser social, quanto para designar o modo de ser singular e irrepetível de cada indivíduo, que expressa nada menos, a forma particular na qual cada indivíduo se apropria dessa forma de existência (Guerra & Jimenez, 2016, p. 12).

Além de apresentarem a defesa de que no livro “O capital” tem-se não apenas uma explicação acerca do movimento da sociedade moderna através da lei econômica, mas são fornecidas características da individualidade humana provenientes do sistema capitalista, em que ela é rica e complexa, mas é negada nos processos de produção e reprodução da vida material (Guerra & Jimenez, 2016). O sistema do capital criou inúmeras possibilidades para o desenvolvimento do gênero humano jamais imaginadas. Porém, por meio do antagonismo entre indivíduo e sociedade, as relações são pautadas pelos processos de alienação, em que se apresenta uma civilização caracterizada pela barbárie.

As formas pelas quais o indivíduo se apresenta são resultado de um processo educativo. É importante destacar que o processo educativo não ocorre somente no âmbito da escola, mas também pelas inúmeras instituições sociais existentes. Tem-se, no processo de apropriação e objetivação, a dialética fundamental para a formação do ser social. O processo de apropriação é a internalização daquilo que é externo de forma ativa e a objetivação é a exteriorização de objetividades não existentes na natureza, criando uma realidade humana cada vez mais complexa. Esta última é um processo cumulativo, pois todo objeto humano é resultante de inúmeras relações sociais. Esse processo se realiza mediado pelo trabalho (Duarte, 2013).

A Psicologia Histórico-cultural defende que o processo de desenvolvimento humano é histórico-social, ou seja, no processo de humanização, os homens e as mulheres se apropriam da herança culturalmente produzida no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade e aprendem a ser sujeitos humanos (Leontiev, 2014). A subjetividade será o resultado da dialética objetividade/subjetividade, na medida em que se apropria da cultura e seus mediadores. Desse modo, o sujeito e a subjetividade são resultantes das relações histórico-sociais na dialética com a realidade material.

Na perspectiva de Marx, o gênero humano vem se desenvolvendo ao longo da história pela produção, reprodução e transformação constante da cultura humana, tanto cultura

material, quanto não material (Markus, 1978; Sayers, 1998 citados por Duarte, 2004). Desde sua origem até o atual momento histórico do capitalismo, marcado pela propriedade privada dos meios de produção e pela divisão social do trabalho, as relações sociais, que fazem a mediação entre a vida individual dos sujeitos e o gênero humano, são cada vez mais complexas e contraditórias. Duarte (2004) ressalta que as mediações sociais inerentes ao modo de produção capitalista que conectam a vida individual dos sujeitos ao desenvolvimento da genericidade humana têm se complexificado e tornado contraditórias as possibilidades de individuação autêntica.

Entre os avanços das forças produtivas que se materializam através das produções humanas materiais (dos quais são exemplos a ciência, a técnica e a tecnologia empregadas na produção e na vida cotidiana) e o desenvolvimento do sujeito singular, estabelece-se um abismo. Isso porque se torna cada vez mais crescente a distância entre a riqueza humanamente produzida do ponto de vista simbólico e material, face a um contingente enorme de indivíduos inseridos em um mundo de extrema miséria, alijados do acesso a tais riquezas. Os processos de dominação e alienação são cada vez mais acirrados, impondo uma dicotomia entre os que possuem os meios de produção – classe dominante – e aqueles que vendem sua força de trabalho como forma de continuar existindo (Rossler, 2014).

A subjetividade humana está diretamente vinculada às formas com que os processos de objetivação-subjetivação e apropriação da realidade se efetivam na história. Ou seja, os modelos pelos quais estão organizadas as formas que se produz e reproduz as condições da existência têm relação intrínseca com a formação dos sujeitos (Duarte, 2013). Estes não nascem sabendo trabalhar, têm capacidade para tal fim, porém, como toda atividade social, seus elementos devem ser apropriados (Rossler, 2014).

O trabalho é produção da própria existência, é o modelo de toda práxis social. Mesmo que possua mediações complexas, sempre há realizações de ordem objetiva. Compreendendo o trabalho sob essa perspectiva, levando em conta os elementos vinculados à historicidade, isso é, observando o fato de que nas sociedades burguesas existem a dominância e prevalência do trabalho alienado, importa refletir sobre como as formas em que o trabalho foi sendo organizado ao longo da história se vinculam de forma dialética à produção da individualidade (Duarte, 2013; Marx, 2018; Rossler, 2014).

Nessa perspectiva, pensar a subjetividade, imersa nas inúmeras contradições do capital não é uma tarefa fácil. As formas das relações capitalistas de dominação não restringem suas ações ao campo da economia, pois a manutenção da ordem social exige o consentimento das classes sociais em presença. O capital reordena seus mecanismos de produção e reprodução

com o objetivo de “capturar” as subjetividades dos trabalhadores (Alves, 2012), de forma que se adéquem às suas demandas. A subjetividade, aqui concebida, deve ser compreendida em sua historicidade e não como uma categoria herdada, mas formada, perpassada por inúmeras mediações, destacando-se, dentre elas, as de ordem simbólica. No processo formativo, no processo de trabalho e nas relações de trabalho, há formação de sujeitos, ao mesmo tempo em que ocorre uma alteração dessas formas pelos sujeitos (objetivação/subjetivação) (Duarte, 2013; Martins, 2017; Vigotski, 1991).

Os sujeitos humanos não são constituídos unicamente pela razão, mas pela práxis e subjetividade é marcada por ela, isto é, pela ação que ocorre no interior do conjunto de determinações que a compõe (Gramsci, 1984). O sujeito é ativo na produção e reprodução da própria existência, sendo materialização da própria sociedade. Nessa perspectiva, a atividade de trabalho é sempre formativa, ainda que se concretize em meio às contradições da produção e reprodução capitalistas, configurando-se, assim, concomitantemente, como potência e como degradação (Duarte, 2004).

A atividade produtiva humana constitui a essência do homem, sua humanidade, sendo a realidade social resultado da prática humana (Gramsci, 1984) O trabalho e a subjetividade se constituem como uma unidade contraditória, uma vez que o trabalho esvaziado de sua essência impede o desenvolvimento de atividade humana consciente e criativa, produzindo sofrimento e impedindo a verdadeira autonomia do sujeito, que somente poderá se efetivar em outro tipo de sociedade. Vigotski (1991) traz que o desenvolvimento da sociedade capitalista promoveu uma corrupção da personalidade humana. Por meio de um contexto contraditório, como aponta:

Em um extremo da sociedade, encontramos a divisão entre o trabalho intelectual e o material, a separação entre cidade e campo, a exploração implacável do trabalho de crianças e mulheres, a pobreza e a impossibilidade de algum desenvolvimento livre e omnilateral do plano do potencial humano; e no outro folga e ostentação (Vigotski, 1991, p. 2).

Considerando-se esse contexto, destaca-se que o capitalismo não se refere apenas às questões de ordem econômica, mas perpassa e atinge as diferentes esferas sociais. Molda tipos humanos em conformidade com a racionalidade da produção. Uma das características desse “modo de vida” é a “captura” das subjetividades dos sujeitos pela lógica do capital, que pela via manipulatória modela as ações e os pensamentos dos sujeitos trabalhadores em conformidade com os modos de racionalização do sistema produtivo. Nesse âmbito, tem-se um novo nexos psicofísico, em que as formas de ser, fazer, agir, pensar e existir estão

vinculadas e direcionadas de modo que estejam em conformidade e atinjam os objetivos do sistema. Nesse processo, as subjetividades moldadas nessa lógica atendem às demandas do capital. Apresentam como principais finalidades a acumulação de riquezas e a manutenção do *status quo*, em que há a separação entre os que possuem os meios de produção e aqueles que precisam vender sua força de trabalho para suprir suas necessidades existenciais (Alves, 2012).

O capitalismo é um sistema societário totalitário, pois, além de estabelecer a subordinação do conjunto das estruturas sociais à sua finalidade de autoexpansão e acumulação permanentes, ele tem capacidade de promover um engajamento subjetivo sem sujeição evidente. Assim sendo, as mutações sociomateriais do capitalismo global alteram as determinações de categorias do ser social. Nesse momento histórico, um modo particular de manipulação que controla a consciência e que impede a verdadeira autonomia da personalidade dos sujeitos se efetiva continuamente nas condições histórico-sociais do capitalismo em crise (Alves, 2012; Duarte, 2013).

Compreendendo-se o capitalismo na esfera de dominância societal, podem-se apontar três tipos de inovações que possuem ligação com as mudanças no modelo produtivo vinculado à crise mais recente. A primeira é a inovação organizacional, em que se destaca o Toyotismo como verdadeiro espírito do novo complexo de reestruturação produtiva e do novo ‘modelo’ do trabalho vivo”. A segunda é a tecnológica, que constitui a nova base técnica da sociedade em rede, a partir da revolução das novas tecnologias de informação e comunicação, ou seja, das redes informacionais. A terceira é a sociometabólica, que é como plethora (facilitadora) de valores fetiches e do novo produtivismo que se dissemina pela sociedade burguesa, além de constituir a base morfológica das inovações técnico-organizacionais que consolidam e explicitam suas virtualidades de controle social (Alves, 2012).

Nesse viés, alguns eixos são impactados pelo processo de reestruturação produtiva. O primeiro eixo refere-se à manufatura, que atualmente é marcada pela divisão do trabalho com computadores e robôs programados. Há o novo local de trabalho, que é o *cyberespaço* (mundo virtual). O segundo eixo é a maquinaria, em que estão presentes inúmeras máquinas, fornecendo conhecimento que antes pertencia ao homem. O terceiro seria o novo tipo de cooperação marcada pelo trabalho coletivo (Alves, 2012). “O trabalhador coletivo é o trabalhador combinado que possui olhos e mãos à frente e atrás, e até certo ponto, o dom da ubiquidade (onipresença), e que faz avançar o produto global mais rapidamente [...]” (Alves, 2012, p. 35). Dessa forma, essas inovações sociomateriais do capitalismo global constituem um novo terreno ideológico, que impulsiona um processo educativo na formação de tipos de

homens e mulheres que atendam a essa ordem. A subjetividade é produzida de modo que atenda às demandas de uma sociedade marcada pela exploração.

Tem-se instaurado, assim, o que Alves (2012) define de “captura” da subjetividade, processo vinculado à produção de uma operação de consentimento. É um processo contraditório e complexo, cujo eixo essencial é a decomposição e recomposição do nexo psicofísico dos trabalhadores. Isso com a finalidade de moldar ações e pensamentos de operários em conformidade com a racionalização da produção. São articulados mecanismos de coerção-consentimento e de manipulação, não apenas no local de trabalho – administração pelo olhar –, mas nas instâncias sociorreprodutivas, com a pleora dos valores fetiches e a rivalidade pelo medo (Alves, 2012). Tais meios corroboram com a disseminação da ideologia da classe dominante, como forma hegemônica de dominação. Nessa perspectiva, nas sociedades marcadas pelo fetichismo da mercadoria e pela racionalidade pautada pelo consumo (que se alastram por diferentes instâncias: econômica, social e política), materializa-se a emergência de uma “subjetividade em desefetivação”, em meio aos mais diversos artifícios de manipulação social. Nas sociedades capitalistas, o fetichismo da mercadoria é responsável pelos fetichismos sociais, que em conjunto, são barreiras para que se efetive a produção da subjetividade humana (Alves, 2012).

A produção do capital é produção (e negação) de subjetividades humanas. O sociometabolismo do capital é constituído por processo de subjetivação que formam as individualidades de classe. Os tipos humanos, que a sociedade burguesa produz, forma e deforma, têm em si, na mente e no corpo, a marca do fetichismo da mercadoria. A individualidade de classe, na medida em que é negação da individualidade pessoal, tenciona ao limite de sua própria negação a subjetividade humana (Alves, 2012, p.47).

Nesse sentido, pelas inovações sociomateriais que formam um novo terreno ideológico, tem-se a formação de tipos humanos que são ensinados a produzir diretamente ou de forma indireta mercadorias. Nas singularidades presentes na amostra deste estudo, a aposentadoria na velhice é significada como o lugar da improdutividade. Tem-se um processo em que os sujeitos dessa população utilizam de diversos recursos para se sentirem sujeitos produtivos. Isso porque seus pensamentos e ações foram moldados em conformidade com a racionalização da produção, marcada pelo ritmo intenso e frenético e, principalmente, pelas utopias de consumos, que são pautadas pelas ideias de que se deve trabalhar cada vez mais para poder adquirir as mercadorias “fantásticas” e desejadas. Na velhice, esses aspectos

aparecem na negação dos sujeitos velhos aposentados enquanto pessoas<sup>12</sup>, pertencentes a essa categoria da realidade social, o que produz o sentido subjetivo da improdutividade. Há uma individualização do próprio processo da aposentadoria e da velhice, em que os sujeitos constantemente afirmam que não são velhos aposentados comuns, ou aqueles tipos que a sociedade espera.

Buscam, por meio de atividades substitutas ao trabalho, diversas formas de se manterem ativos. Ressalta-se que esse aspecto da negação e da necessidade de serem produtivos tem relação com a amostra investigada, não sendo a realidade de milhares de velhos aposentados que, de fato, precisam continuar trabalhando. Continuam produzindo diversos serviços (bens de consumo: quadro, tapetes, bolos, pães) como modo de aumentarem a renda para poder satisfazer as necessidades de consumo que, na maioria das vezes, não são essenciais, vinculam-se ao fetichismo da mercadoria. Evidencia-se, assim, que as ideologias propagadas pelas diversas inovações sociometábolicas do capital desdobram-se na constituição da experiência da velhice, de diferentes formas. Ressaltam-se aqui apenas aquelas que puderam ser identificadas na investigação empírica, mas aponta-se que elas reverberam de diversas formas, em consonância com o lugar social que ocupa o sujeito velho aposentado, não deixando de constituírem os tipos humanos necessários à manutenção do sistema vigente.

Com base nos pressupostos desenvolvidos até aqui, pode-se afirmar que na atual configuração histórica, nesse tipo de sociedade vigente, não se pode promover o desenvolvimento de uma individualidade rica e consciente (Duarte, 2013). Mas somente indivíduos apartados entre si, que não reconhecem o outro como pertencente à mesma espécie, tampouco se reconhecem a si mesmos. Assim, com a alienação do trabalho, o processo de individuação se converte em individualização. A sociedade pautada pela produção e consumo de mercadorias produz “sujeitos inimigos”, e as relações se convertem em mediadoras do intercâmbio de mercadorias, em que permanece a exacerbação do valor de troca. Desse modo, como já apontado ao longo do texto, a análise de Marx (2018) acerca da mercadoria como a categoria da realidade detentora de todo o germe das relações sociais capitalistas corrobora essa compreensão da vida dos sujeitos na era do capital. Isso porque os sujeitos se movimentam de acordo com o processo de produção e de circulação das mercadorias, que tem em seu germe os processos de objetivação (humanidade presente na

---

<sup>12</sup> Evidenciou-se maior negação da velhice do que da aposentadoria nas entrevistas realizadas.

mercadoria) e subjetivação. Tal processo está vinculado às relações de trabalho no capitalismo, em que serão a base de “todas” as escolhas subjetivas dos homens e mulheres.

Por esse viés, na compreensão de como o trabalho tem se constituído na contemporaneidade em conjunto com seus desdobramentos na configuração da subjetividade, faz-se necessário estabelecer um debate acerca dos desdobramentos subjetivos da experiência da aposentadoria na velhice, com a finalidade de compreensão e análise de como os sujeitos vivenciam esse momento de suas vidas, mediadas pelas categorias conceituais de sentido e significado.

### **3.5 Os Sentidos e Significados da Experiência da Aposentadoria na Velhice**

Preconizado pelos debates estabelecidos ao longo dos capítulos, busca-se apreender a articulação entre os processos macrossociais e os de subjetivação vividos pelos trabalhadores em suas experiências no mundo do trabalho, para compreensão de como significam a aposentadoria (Coutinho & Oliveira, 2017). Refletir sobre o sujeito velho aposentado é tentar compreendê-lo imerso nessas múltiplas determinações que atingem todas as faixas etárias, é refleti-lo a partir das determinações econômicas, do “modo de vida” e da produção social da subjetividade. Tais reflexões permitiram analisar, por meio das entrevistas e do diário de campo, os significados socialmente construídos, envolvidos na ambiência da aposentadoria, e como os sujeitos significam esse momento. Nesse sentido, pode-se salientar que:

Para a maior parte da população, na vida adulta, o trabalho, a ocupação profissional, passa a ocupar um lugar central na vida do homem: ora pelo trabalho ser a atividade que toma maior parte de seu tempo, ora por ser um organizador da vida como um todo, ou seja, por ser em razão dessa atividade que o homem pauta sua rotina, estabelece planos, metas e aspirações, constrói laços afetivos, exerce sua criatividade, garante independência e sobrevivência (Reis & Facci, 2017, p. 308).

Pensar a centralidade do trabalho na vida humana é essencial para a compreensão do lugar ocupado pela aposentadoria na vida dos sujeitos, a etapa da vida em que o saber acumulado ao longo de anos não é valorizado. Os sujeitos deixam de ter reconhecimento social e muitos não mais se interessam por uma “vida social” ativa, já que, muitas vezes, os laços afetivos estão vinculados a pessoas do ambiente de trabalho. A vida cotidiana é reorganizada ou desorganizada, os sujeitos velhos se veem em um mundo novo, como possibilidades bem restritas de continuar desenvolvendo suas capacidades. Mesmo com a retirada dos sujeitos velhos do mercado de trabalho formal, eles continuam produzindo como

forma de continuarem existindo enquanto sujeito. No entanto, ainda com manutenção de algum tipo de trabalho, há uma mudança no que diz respeito a qual tipo na velhice, já que não se tem o reconhecimento da fase anterior (Reis & Facci, 2017). Desse modo, a análise da aposentadoria somente pode ser realizada tendo como referência as particularidades do trabalho contemporâneo e a partir da compreensão de que o tempo dedicado pelos sujeitos no mundo do trabalho produz desdobramentos nas vivências da aposentadoria na velhice.

Para o entendimento das categorias que compõem o quadro da experiência da aposentadoria na velhice, foram empregados os conceitos de *sentidos* e *significados*, compreendidos a partir da Psicologia Histórico-cultural. Essa vertente teórica defende que a personalidade é formada fundamentalmente pelas relações sociais, e o sistema no qual o indivíduo se insere é elemento determinante da consciência. O lugar que o sujeito ocupa determina suas formas de pensar (Vigotski, 1991).

Portanto, mediados pelos sentidos e significados, pode-se fazer uma interlocução entre os “pensamentos” da esfera social (significado) com os “pensamentos” dos indivíduos (sentido), compreendendo essas instâncias como indissociáveis e mutuamente determinadas. A significação corresponde a um modo original de representar a realidade na consciência, ele não é imutável, por vezes se modifica ao longo do desenvolvimento. O sentido, quando se encontra na esfera do pensamento, predomina sobre o significado, sendo resultado de todos os fatos psicológicos que a palavra despertou na consciência e o meio para o entendimento da relação pensamento e linguagem (Vigotski, 1991). Em Vigotsky, pode-se apreender que o sentido é configurado e reconfigurado a partir de vivências do sujeito no ambiente em que está inserido e carrega as dimensões afetiva, cognitiva e intelectual (Rossetto & Brabo, 2009). Essa concepção ajuda a entender os sentidos atribuídos aos significados produzidos socialmente do fenômeno analisado.

Nessa linha de pensamento, pode-se apontar que a constituição do sujeito está ligada ao outro, em que ambos participam ativamente no processo de produção de significado. Os significados dados às ações, de modo geral, resultam de um longo processo histórico e cultural. A subjetividade dos indivíduos é constituída pela mediação do outro (Pino, 2005 citado por Rossetto & Brabo, 2009). Portanto, destaca-se que a teoria desenvolvida por Vigotsky não elimina as características orgânicas na formação do indivíduo, sua proposta não é estabelecer um determinismo social, mas ele objetivou dar ênfase na constituição histórico-cultural, sendo esta parte integrante da natureza humana. Essa categoria é central para a concepção do desenvolvimento psicológico humano, cuja essência é a cultura (Rossetto & Brabo, 2009). Nesse sentido:

Vigotsky acreditava que a constituição do sujeito ocorre na e pela interação humana, mas enfatizou que essa interação acontece em situações concretas de vida, na prática humana que atribui significado à produção material e à produção cultural, obras do humano, e não por meio de abstracionismos isolados ou reflexos reagentes. A constituição da subjetividade ocorre a partir de situações de intersubjetividade pelo processo de internalização (Rosseto & Brabo, 2009 p.10)

Nessa perspectiva, o sujeito adquire singularidade na relação que estabelece com o outro, não se perde no processo social. À medida que o sujeito se reconhece no outro, ele se constitui enquanto sujeito. Afirmar-se que “Assim, subjetividade significa uma permanente constituição do sujeito pelo reconhecimento do outro e do eu” (Rosseto & Brabo, 2009).

Tem-se uma subjetividade que se apresenta por meio dos sujeitos, sendo mutável e estando em constante movimento, que se refere à própria relação que os homens estabelecem entre si, pelo laço social. Ela está na interface entre o psicológico e o social. Essa perspectiva permite compreender que os sentidos pessoais são uma produção decorrente da produção social dos significados construídos coletivamente. A linguagem, os conteúdos semânticos e os significados das palavras que são verbalizados pelos sujeitos são a via de acesso a esses conteúdos elaborados pelo sujeito na relação que trava com o social e a cultura (Rosseto & Brabo, 2009).

Os sentidos e significados são também categorias conceituais utilizadas pela Psicologia Social do Trabalho para investigar as práticas cotidianas dos trabalhadores. Os sentidos são uma produção pessoal que é proveniente da apreensão individual dos significados coletivos. Ao estudar o trabalho e as diversas categorias que o compõem, faz-se necessário compreender a articulação entre os caminhos identitários e os sentidos elaborados através dos cotidianos de trabalho. Essas trajetórias são um dos caminhos que podem ser utilizados como forma de investigar os sujeitos inseridos no mundo do trabalho na contemporaneidade (Coutinho, 2009).

O estudo dos constructos teóricos acerca do objeto investigado em conjunto com a análise das entrevistas e o registro dos diários de campo permitiu apreender quais as questões envolvidas na construção social do significado apresentado em cada uma das categorias temáticas. O sentido foi apreendido por meio das entrevistas, a partir de como o indivíduo elabora e internaliza o significado construído coletivamente. Esse guia analítico possibilita o acesso, a compreensão dos sentidos e significados atribuídos à experiência da aposentadoria na velhice.

Desse modo, tendo como mediação o sentido e significado para compreensão da aposentadoria na velhice, utiliza-se como metodologia de análise das informações a desenvolvida por Minayo (2012), a Análise Temática Categorical, que auxilia no desenvolvimento de análises de caráter qualitativo. Nessa perspectiva: “Para compreender é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total” (Minayo, 2012, p. 5). Isso em conjunto com a concepção de que a experiência e a vivência de uma pessoa têm como lócus uma história coletiva perpassada pela cultura. É preciso estar atento às contradições manifestadas que estão atreladas às relações sociais de produção, às desigualdades sociais e dos diferentes interesses. Esse autor pontua que fazer ciência é trabalhar com teoria, método e técnicas, com a finalidade de uma construção conjunta que tem como primazia a demanda do objeto. Tendo como mediação esses pressupostos, compreende-se que o objeto de análise, como já ressaltado nos capítulos anteriores, está inserido no campo de uma totalidade histórica determinada pelo capitalismo. Preconizados por esse guia analítico, são apresentadas as principais categorias temáticas ligadas à experiência da aposentadoria na velhice.

a) Lugar do ócio:

A aposentadoria é compreendida socialmente sob a aparência de ser uma etapa da vida marcada pelo ócio, pelo distanciamento dos sujeitos do mundo do trabalho (Debert, 2006). Há a apreensão de que esse é um momento da existência em *que não se tem nada para fazer, realizar, produzir*. Esse aspecto pode ser identificado nos depoimentos que seguem:

Ahh! Nossa senhora!! A nossa sociedade ela é toda assim, como fala? Cheia de, de, de preconceitos ne! cheia de preconceitos, então, fala que aposentado ahh, aquele ali é vagabundo, não trabalha e fica ganhando ne!, mas falta de consciência mesmo sabe, consciência das pessoas mesmo de ter um pouco de, de, às vezes, de estudos a mais ne!, pra poder ter essa consciência (Sônia, 64 anos).

... senti que aposentei, virei um jaque, já que cê tá aposentado faz isso pra mim (João, 79 anos).

Bom, eu pensava assim, vou descansar o dia inteiro, e no entanto, não é, você tem, psicologicamente, você precisa trabalhar a sua mente... (Maria, 69 anos).

Em outro depoimento, o fato de estar aposentado é sentido como não fazer mais nada da vida. O depoente, ao ser questionado sobre o significado do trabalho, expressa:

**O que trabalho significa para o senhor na vida?**

Não, pra mim eu não faço mais nada (Paulo, 76 anos)

Na última fala, a aposentadoria foi imposta ao sujeito com certa obrigatoriedade<sup>13</sup> e, o afastamento das atividades as quais ele estava vinculado há mais de 30 anos promoveu o adoecimento psíquico. Durante a entrevista, ao retomar reflexões sobre sua atividade de trabalho, o sujeito demonstrou por meio de lágrimas e pela verbalização das emoções, quão penoso para ele era esse novo momento de sua existência. Esses fatos levam a refletir que, mesmo na aposentadoria, o trabalho continua sendo referência para os sujeitos de quem ele é e foi enquanto trabalhador. Ocorre uma crise identitária, provocada pelo distanciamento das atividades laborativas, se conhecer como aposentado é um processo vivenciado de diferentes maneiras pelos sujeitos (Reis & Facci, 2017).

Essas falas demonstram também um dos significados sociais atribuídos à aposentadoria, como o lugar da ociosidade, de não se ter o que fazer. Esse fato demonstra a relação e o vínculo que os sujeitos estabelecem com o trabalho durante a vida, como se fora da esfera do trabalho não houvesse a possibilidade de produção humana.

Reis & Facci (2017) apontam que as marcas do envelhecimento corporal em conjunto com o apartamento das atividades laborativas incidem sobre o sujeito como incapacidade de realizar algo produtivo. Nesse viés, não ter nada para fazer para os sujeitos velhos aposentados é sinônimo de inutilidade, se sentem descartáveis, pois mesmo com o advento da aposentadoria, carregam em suas subjetividades as marcas do trabalho alienado. Esses relatos são densos e trouxeram à tona contradições significativamente relevantes, porque a aposentadoria é vista durante o período produtivo do sujeito como um lugar de desejo, momento em que poderão aproveitar do ócio e do tempo livre. Todavia, ao se “alcançar” esse espaço, os sujeitos passam a compreender subjetivamente como um período da vida sem sentido e vazio de significado.

#### b) Busca de atividades substitutivas:

Com a significação social pautada pela desvalorização da velhice (Bernardo, 2017; Teixeira, 2017;), somada à aposentadoria concebida como improdutividade, forma-se um quadro que reverbera nos sujeitos velhos na forma de sofrimento. Como defesa a esses estereótipos, os sujeitos começam a buscar socialmente valorização e reconhecimento por

---

<sup>13</sup> No que diz respeito à aposentadoria de caráter compulsório, o estudo analisado no primeiro capítulo desta dissertação, “Jubilamento: interdito de uma vida de trabalho e suas repercussões na velhice” (Both, 2018), apresenta como resultado que a aposentadoria compulsória ocasiona a diminuição das relações sociais e promove o distanciamento dos companheiros de trabalho.

meio da realização de algum tipo de atividade, como pode ser observado nos seguintes depoimentos:

Olho, tomo conta, às vezes, tem que matar a aula de ioga pra poder tomar conta da minha neta de três anos (Maria, 69 anos).

**E, aposentar significou, de certa forma, parar de trabalhar?**

Nunca trabalhei tanto (riso), nunca trabalhei tanto porque é tomar conta das arrumações de casa alugada, e tal, coisa e tal, como a gente tá aposentado e tal, é o tal de jaque. Ohh, cê precisa olhar aquele telhado lá, entende, cai tudo e é ótimo né!, porque assim cê se sente útil (João, 79 anos).

Bem, primeiro eu não me adaptava ficar à toa, aí eu resolvi fazer pintura em tela, peguei aí bastante aula, era até professores da Federal que se dispôs, quem já tinha assim, um certo dom, né!, e aí foram três professores dar aula pra nós, paguei também outras aulas, hoje eu pinto, vendo quadro (Júlia, 65 anos).

Essas falas denotam a necessidade com que os sujeitos velhos aposentados têm de sentir que ainda podem ajudar em muitas tarefas, sendo assim, necessários e indispensáveis. Como apontado: “O idoso muitas vezes é desvalorizado, e por isso mesmo ele busca manter-se ocupado, realizando alguma atividade para ser reconhecido” (Reis & Facci, 2017, p.307). Os trabalhadores e trabalhadoras, ao se aposentarem, expressaram sentir um vazio na própria rotina e buscaram atividades que pudessem preencher o tempo do trabalho:

Gosto demais, então, eu cuido de casa, eu cuido ehh, vou fazer minhas atividades aqui e eu tenho cada dia da semana eu tenho programado o que que vai fazer, o que que não vai né? Vou às compras, vou na feira -livre né!, então, tá tudo programadinho as coisas, sabe? É bom por isso, porque dá pra programar direitinho né, as atividades da, da semana (riso)? (Sônia, 64 anos).

Monte de trabalhos, manuais, faço tapete, vendo, faço doces e vendo, faço pão vendo, assisto muito filme que eu adoro! E que mais? Danço, não precisa namorar, nem casar pra dançar (Maria, 69 anos).

..da SEMAS a gente né!, faz aí o coral, faz o violão, e lá na da igreja, lá a gente tem o pessoal que mexe cm atividade de ioga né!. Então, a gente tá sempre mexendo, ajudando e né! ( Sônia, 64 anos).

Os sujeitos apontaram informalmente que tinham a organização do próprio cotidiano em função da atividade laboral e que, após a aposentadoria se sentiram perdidos, não sabiam o que fazer com o tempo que era anteriormente dedicado ao trabalho. O sentido atribuído à aposentadoria se vinculava a parar de produzir, que é sinônimo, na nossa atual sociedade, de inexistência. Esses aspectos demonstram que a aposentadoria na velhice é sentida como um

momento de improdutividade, o que movimenta os sujeitos velhos aposentados a buscarem formas de se tornarem novamente produtivos.

c) Exclusão social:

A aposentadoria na velhice é sentida como uma exclusão social, uma vez que os sujeitos, ao apreenderem o significado social construído acerca da aposentadoria na velhice, sentem que na sociedade não há espaço para o aposentado e muito menos para o velho. Esse dado pode ser exemplificado no trecho de uma das entrevistas:

Éhh, quando eu falo que eu sou aposentada, ahh, assim, parece que a gente já é um zero à esquerda (Maria, 69 anos).

Esse sentido atribuído pela entrevistada denota a compreensão que ela tem sobre a nova identidade marcada pela aposentadoria. Os sujeitos, ao longo de toda sua vida, constroem sua identidade vinculada ao trabalho (Coutinho & Oliveira, 2017). Quando apartados dele, passando a se identificarem como aposentados, compreendem subjetivamente um apartamento da vida social. O que se coloca em questão é que, na contemporaneidade, por meio das formas com que está organizada a vida societal, as possibilidades de existir fora do campo do trabalho são de caráter restrito. Nesse sentido, os velhos aposentados perderam seu valor de uso pelo capital, visto que só existem enquanto força produtora de mercadoria (Teixeira, 2017).

c) Liberdade e realização pessoal:

A aposentadoria na velhice foi apresentada como a possibilidade de realização pessoal e pela liberdade em poder fazer o que quiser, pois os indivíduos não têm mais a obrigatoriedade de uma rotina coordenada pelo tempo do trabalho. Esses sentimentos foram manifestados nas falas que seguem, uma delas já citada no capítulo anterior:

Eu acho que sim, tanto que eu passei a viajar mais ainda, porque antes não podia por causa do trabalho, passei a viajar, fui pra Europa (Júlia, 65 anos).

... hoje eu tenho mais condição de fazer o que eu gosto. É, hoje se eu quiser viajar eu posso viajar, entende? Não tenho responsabilidade, assim, os filhos já tão encaminhado, um vai fazer 48, outro vai fazer 46, então, não precisam de mim, a hora que eu quiser ir pra Bahia, eu vou (João, 79 anos).

Eu vejo alguns que pensa assim, que ahh tá aposentada neh, e eu fico assim olhando, não têm noção do tudo que é bom porque você tem a liberdade de fazer o que você gosta, o que você quer, entendeu, então, eu tenho é dó de quem pensa isso! (Maria, 69 anos).

Os velhos aposentados apreendem subjetivamente que, com a aposentadoria, puderam romper com as ordens e regras impostas pela dura e intensa rotina vinculada ao trabalho. A sociedade burguesa, se sustentada pela aparente ideia de que os seres humanos são livres, depara-se com um homem que tem sua liberdade limitada pela propriedade privada (Carvalho & Martins, 2017). Os trabalhadores e trabalhadoras, para manterem sua existência, precisam vender suas capacidades de trabalho e estas ficam subjugadas a toda uma dinâmica macrossocial ligada a formas de organização do trabalho sob a égide do capital, que determina e organiza todos os aspectos singulares da vida dos sujeitos (Coutinho & Oliveira, 2017).

Desse modo, quando apartados do mundo do trabalho, os velhos aposentados se sentem livres dos “grilhões”, da rotina imposta pela atividade laboral. Essa aparente liberdade é restrita, uma vez que para os sujeitos trabalhadores e trabalhadoras que possuem maior poder aquisitivo, o capital busca formas de administrar esse momento da existência, oferecendo aos sujeitos produtos e serviços que não puderam ter acesso durante a vida ativa, seja pela falta de recursos ou de tempo. De acordo com Debert, (2006), surgem inúmeras instituições para gestão da velhice, que passam a ditar regras e normas de consumo para esse público. Portanto, percebe-se que a aparente liberdade é uma das formas de manutenção da organização da vida societal, sendo que os sujeitos só poderão ser livres em outro tipo de organização social (Duarte, 2004), uma sociedade que não seja permeada pelas contradições entre capital e trabalho.

Poder viajar no momento em que se deseja e a busca pela realização pessoal, seja pela via educativa, cultural ou mercadológica, estão estreitamente relacionados com as condições financeiras dos sujeitos aposentados. No próprio grupo analisado, essa não era uma possibilidade posta para todos os sujeitos. Alguns desses velhos aposentados continuaram, inclusive, trabalhando informalmente para complementar a renda, fazendo tapetes, bolos, pinturas. Desse modo, a liberdade, a realização de projetos e sonhos estão submetidas às condições materiais de vida de cada indivíduo, que estão relacionadas às determinações da particularidade histórica.

#### d) Perda de Vínculos x Busca de Novos Vínculos

O apartamento das atividades laborativas produzem perdas dos vínculos sociais estabelecidos no ambiente laboral. Assim, os sujeitos buscam meios de estabelecer novos

vínculos dessa natureza. Em muitos dos depoimentos, os sujeitos assinalam a importância de reestabelecer o convívio social e estabelecer novos laços afetivos. Pode-se identificar esse movimento através de algumas falas:

...agora na velhice a gente tá procurando (riso), já entreguei aqui o pessoal da SEMAS aqui do violão, né!, entendeu? Então, a gente procura tá convivendo com pessoas da mesma idade, assim, com os mesmos, ahn, ahn, objetivos, igual, tocar, cantar, né!, então, eu acho que, que isso é bom e isso traz qualidade de vida pra o idoso né, porque realmente a gente não fica só preocupado com doença, porque a doença já vem sem, né, pela condição, né, já é da idade né, então, a gente não precisa ficar preocupada com ela, cê tem que ir atrás de procurar amenizar, essas, né, esses sintomas, essas doenças, e mais, e procurar ver, integrar em grupos, integrar em grupos né, de, que você gosta né, aqui na cidade tem muito, mas a gente vê que tem idoso realmente que ainda precisa ser, ser buscado e pra engajar né, nesses programas aí que são, que tem bastante, na cidade tem né! (Sônia, 64 anos).

Nesse sentido Reis e Facci (2017, p. 311) apontam: “Cabe aqui fazer uma análise da própria condição do trabalhador no sistema capitalista, que por sua vez, antes de se aposentar, encontra-se socializado, preparado e exigido social e economicamente pela sociedade capitalista”. Com o advento da aposentadoria e o apartamento dos sujeitos das relações e vínculos pessoais estabelecidos no ambiente do trabalho, tais sujeitos sentem a necessidade de estabelecer novos laços sociais. Por todas as questões relacionadas a esse novo momento, alguns sujeitos se isolam do convívio social, o que pode produzir mais sofrimento e adoecimento. Como particularidade da amostra dessa investigação, as oficinas de música são um espaço que os velhos aposentados utilizam para lidar com as perdas dos vínculos do trabalho.

#### e) Morte

A aposentadoria poderia ser o momento em que o sujeito poderia usufruir do tempo livre, para produzir o que não havia conseguido até então. No entanto, o que ocorre frequentemente é que a mesma se torna uma experiência angustiante, o fato de deixar de trabalhar leva, muitas vezes, ao adoecimento do velho, pois o mesmo não consegue se desprender da materialidade do trabalho (Debert, 2006). Essas questões estão imbricadas na subjetividade do idoso, já que mesmo que esse momento tenha sido desejado por muitos idosos, ele se torna uma experiência angustiante e adoecedora, que subjetivamente se apreende como a proximidade da morte. Esse sentido é expresso na seguinte fala:

Melhorou, mas se eu tivesse aposentado, colocasse um anco aqui e ficar esperando a morte chegar é difícil, igual, tem muitos idoso ainda que não sabe ainda, dessas convivências de

idoso, aposentado e fica sentado lá, esperando a morte chegar. Eu já convidei muitos colegas meu que pra participar sabe disso aqui, eles não vêm (Paulo, 76 anos).

Pode-se apreender que os velhos aposentados sentem a aposentadoria como um lugar que tem relação com a finitude da própria vida. Esse depoimento expressa como a dois processos, a vinculação entre velhice e morte, e entre a aposentadoria como não tem nada para fazer à não ser esperar a morte chegar. Nesse sentido, a aposentadoria seria o fim de uma vida cheia de sentido marcada pelo trabalho (morte subjetiva e/ou física).

#### f) Dificuldade financeira x Tranquilidade financeira

As questões financeiras sempre se apresentaram como uma categoria temática importante na constituição do significado da velhice. Como apontado ao longo deste capítulo, a vivência da aposentadoria está relacionada às condições de classe a qual o sujeito pertence (Teixeira, 2017), e o Brasil é composto por uma classe-que-vive do trabalho (Antunes, 2010), extremamente desigual e fragmentada (Navarro, Maciel & Matos, 2017). Essas características do mundo do trabalho contemporâneo podem ser identificadas por meio de alguns depoimentos:

sobre dez salários mínimos, então, aposentei, fiquei quase com o mesmo dinheiro que eu ganhava quando tava trabalhando, então, tô sossegado. Não senti assim, muita diferença, senti que aposentei, virei um jaque, já que cê tá aposentado faz isso pra mim (João, 79 anos).

É, eu tenho uma aposentadoria até boa, sabe? Dá quase dois mil reais, e eu ainda tenho aí a pensão da minha mulher que faleceu, me ajuda muito (Paulo, 76 anos).

Nessas duas primeiras falas, os sujeitos dizem que os ganhos com a aposentadoria são suficientes para terem uma vida confortável. Contudo, há uma enorme diferença salarial entre os aposentados. Isso leva a compreender que o sentido de uma vida confortável financeiramente é subjetivamente apreendido de forma distante, que tem relação com a vida particular e o lugar social de cada indivíduo. Nas falas que seguem, observa-se que, mesmo pertencentes à mesma categoria social de sujeitos aposentados por uma longa jornada laboral, alguns vivenciam uma velhice tranquila economicamente e outros apresentam dificuldades:

Mas é por isso, por causa, realmente, da condição financeiras, né?! Porque a gente vai perdendo os direitos né, vai perdendo né, cada dia que passa, né, cê tem os aumentos, as, as como que se fala? Aquela, aqueles, eles não dão aumento real que deveria ter o seu salário, né?! (Sônia, 64 anos).

Não, pelo estilo de vida que, que tá aí hoje, né? As coisas tudo cara, os remédios tudo caro, né? E instituto, né? Então, a gente, às vezes, não, não consegue fazer tudo pelo instituto, tem que procurar fora, né? Então, tudo, tudo caro, então, realmente não é fácil não. Tu tem que rebolar pra poder dar (riso) (Sônia, 64 anos).

Esse quadro demonstra as contradições com que a vivência da aposentadoria na velhice é apreendida pelos sujeitos de forma particular, pautados por sua história de vida, mas que são abarcadas pelas determinações da esfera capitalista, pelo “modo de vida” aos quais estão submetidos. As categorias apresentadas ao longo de toda a dissertação foram essenciais para o entendimento do objeto de estudo, demonstrando suas relações com as condições histórico-sociais vigentes. Compreende-se que as entrevistas e o diário de campo possibilitam o entendimento da velhice, do trabalho e da aposentadoria na velhice, enquanto categorias historicamente construídas, por meio da dialética sujeito e sociedade, categorias mutualmente determinadas.

Destaca-se que a entrada na fase do desenvolvimento denominada velhice é marcada cronologicamente aos 60 anos. Com a atual reforma da previdência proposta pela Emenda Constitucional nº103 de 2019, fixa-se uma nova idade mínima para que os sujeitos possam se aposentar, as mulheres passam à poder se aposentar aos 62 anos e os homens, aos 65 anos. Esses novos marcos cronológicos podem trazer mudanças na própria configuração de velhice. Os modos pelos quais a sociedade está organizada têm estreita vinculação com a formas de produção e reprodução das mercadorias, ou seja, a alteração no tempo produtivo poderá influenciar diretamente na configuração da aposentadoria na velhice.

Pode-se apreender que os trabalhadores, ao deixarem de realizar suas atividades laborais e se afastarem legalmente do mundo do trabalho, têm inúmeros aspectos de suas vidas transformadas. Precisam reorganizar a própria rotina, pois o trabalho assalariado é a atividade pela qual os sujeitos organizam a vida cotidiana. A desvinculação dessa rotina produz nos sujeitos a busca por atividades que preencham o tempo, além da procura pelo estabelecimento de novos vínculos sociais. Observa-se também que, no caso do presente recorte, os velhos aposentados procuram, através das atividades de música, se sentirem valorizados pelo desempenho e engajamento nessa etapa da vida. Buscam demonstrar que são diferentes do significado socialmente construídos de que velhos aposentados não fazem mais nada de útil na vida. A valorização social promovida por meio das atividades que os velhos aposentados realizam produz desdobramentos subjetivos, em que não são vistos como velhos, muito menos como desocupados.

### Considerações finais

Por meio do processo investigativo, foi possível compreender a configuração histórico-social da velhice e sua ligação com o fenômeno da aposentadoria na contemporaneidade, bem com as relações entre trabalho e subjetividade sob a égide do capital e seus desdobramentos na experiência da aposentadoria na velhice. As conclusões desta pesquisa não trazem resultados fechados e definitivos, mas abrem possibilidades de novos debates e questionamentos acerca, principalmente, da aposentadoria, que é considerada hoje como um dos marcos da velhice e que, com as novas políticas previdenciárias em curso, pode deixar de ser. Ademais, abrem caminho para o entendimento de que existe em curso uma nova configuração social do que é ser velho na sociabilidade pautada pelos ideários capitalistas.

Nesse sentido, busca-se apresentar as elaborações que puderam ser apreendidas através das reflexões que foram sendo produzidas durante todo o processo investigativo. Ao finalizar este estudo, faz-se necessário retomar a questão que norteou toda a pesquisa: De que modo os trabalhadores velhos aposentados dão sentido aos significados sociais e subjetivos da aposentadoria?

Com a finalidade de responder a essa questão resgata-se que os sentidos da aposentadoria na velhice são elaborados a partir da apreensão dos significados, que ao serem construídos socialmente, são atribuídos a esse momento e são perpassados pelo significado do trabalho. Os significados que são de caráter coletivo possuem uma maior estabilidade ao serem comparados aos sentidos. As elaborações individuais que são pautadas pelos sentidos são mais dinâmicas, com maior fluidez e têm ligação com a história de vida de cada sujeito. Essas categorias conceituais são forma essenciais, pois nortearam todo o movimento desta pesquisa, que buscou apreender a subjetividade dos velhos aposentados, fundamentada nas relações intrínsecas entre trabalho e subjetividade. Salienta-se que as reflexões e ponderações aqui expostas são abertas a novos sentidos.

A pergunta de pesquisa que norteou a presente investigação aponta que existem diferentes maneiras pelas quais os velhos aposentados dão sentidos aos significados sociais provenientes do fenômeno da aposentadoria na velhice. Esses sentidos têm vinculação com as determinações histórico-sociais e culturais. Nesse movimento, os velhos aposentados apresentaram, nas entrevistas, diferentes conflitos e contradições na experiência da aposentadoria na velhice. Como fator determinante e relevante nas atribuições dos sentidos, está a relação que o velho tem com as atividades laborativas desenvolvidas ao longo da vida.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar, analisar e compreender os sentidos que velhos trabalhadores aposentados dão aos significados sociais presentes nas relações entre trabalho, subjetividade, aposentadoria e velhice na contemporaneidade. Tal objetivo foi sendo respondido durante a elaboração de todos os capítulos que compõem esta dissertação. Todavia, o primeiro capítulo respondeu a essa questão de forma mais sistemática, em que buscou-se identificar e analisar as produções científicas no campo da Psicologia que abordam as relações existentes entre as categorias centrais do presente estudo: Trabalho, Subjetividade, Aposentadoria e Velhice. Com isso, foi possível estabelecer o estado do conhecimento no que diz respeito às investigações dessas categorias no campo da ciência psicológica.

Quanto aos objetivos específicos, pode-se afirmar que também foram atingidos de forma satisfatória. Os dois primeiros objetivos foram: a) compreender como se configurou historicamente o fenômeno da aposentadoria no Brasil, seus desdobramentos histórico-sociais e políticos; b) identificar como se constitui a relação entre aposentadoria e velhice. O desenvolvimento dessas preposições foram sendo realizadas no Capítulo II, em que abordou-se o objeto de investigação – a aposentadoria na velhice. Em tal capítulo, foi discutida a configuração histórico-cultural da velhice nas particularidades históricas vigentes, sendo apresentado um panorama da política da aposentadoria no Brasil ao longo do tempo. No decorrer do capítulo, demonstrou-se a vinculação entre essas duas categorias da realidade.

Os dois últimos objetivos foram: c) investigar e estudar acerca das relações entre subjetividade e trabalho no contexto do capitalismo; d) sistematizar e analisar os sentidos e significados da aposentadoria. A eles, respondeu-se por meio da elaboração do Capítulo III, em que dissertou-se sobre o trabalho em seu sentido ontológico e sua configuração na sociedade capitalista. Isso com fins a refletir a respeito dos desdobramentos sociais e subjetivos na vida de trabalhadores e trabalhadoras, perpassando pela análise do tempo de trabalho e não trabalho, com a finalidade de compreender as formas pelas quais o trabalho se apresenta na aposentadoria. Buscou-se também entender como a aposentadoria é significada por velhos aposentados. Para tanto, partiu-se dos dados da realidade, das categorias que emergiram em campo pelas informações coletadas através das entrevistas e dos diários de campo.

Considerando-se a produção desta escrita pautada pela perspectiva histórica e dialética dos fenômenos sociais e subjetivos, procurou-se, em sua discussão, entender o objeto como uma categoria da realidade que deve ser apreendida mediada pela historicidade e materialidade. Nesse sentido, as formas pelas quais o sujeito vivencia e significa a aposentadoria está intrinsecamente vinculada a um longo processo de construção de significações, permeado na relação sujeito-sociedade, esta mediada pela cultura.

Os significados sociais construídos pelas relações culturais e sociais incidem sobre os sujeitos de diferentes maneiras, os quais utilizam formas diversas para se manter socialmente aceitos. Relações em que a aposentadoria se opõe às principais características de uma sociedade produtiva, pautada pela venda de mercadorias e em que a velhice se torna objeto de repúdio e negação.

Ao tentar entender a relação aposentadoria e velhice, foi possível observar que, na configuração sociopolítica do capitalismo, a definição da “pessoa idosa” tem como marco a aposentadoria, como o momento em que o sujeito poderá deixar de desenvolver suas atividades laborais. No entanto, mesmo compreendendo essa associação, vivencia-se um momento de transição, proveniente especialmente das mudanças no sistema previdenciário brasileiro. Essa mudança na esfera do Estado poderá se converter em uma nova reconfiguração da velhice e da aposentadoria.

A respeito da relação entre velhice e aposentadoria, foi evidenciado pelos depoimentos que os sujeitos não faziam uma vinculação entre essas duas esferas. Percebe-se uma necessidade de negar a própria velhice, como se não estivessem vivendo essa fase da vida. No entanto, destaca-se que, mesmo negando a velhice, apontam pontos positivos em estar nessa fase do desenvolvimento: o acesso aos diversos serviços ofertados gratuitamente ao público idoso, que faziam questão de utilizar. Demostram uma dificuldade de lidar subjetivamente com o significado social da velhice, que atualmente é tido como uma fase de perdas, degeneração, improdutividade, incapacidade e morte. Nesse sentido, a categoria preponderante em relação à velhice foi a negação da velhice.

Quanto às categorias trabalho e subjetividade, salienta-se que a organização do trabalho na contemporaneidade que é marcado pela flexibilidade, temporariedade, precariedade, informalidade, se expressam no modo de ser dos trabalhadores e trabalhadoras. O trabalho alienado sob a égide do capital reverbera sobre a experiência da aposentadoria na velhice, produzindo sentidos e significados.

Dessa forma, pelas entrevistas e observações de campo, pode-se, mediados pelos depoimentos dos sujeitos singulares, apreender o movimento da sociedade como totalidade complexa perpassada pelas contradições. Foi possível acessar os aspectos sociais e subjetivos vinculados ao trabalho e ao não trabalho. Os sujeitos se desvinculam das atividades laborais formais e se inserem em um “novo mundo”. Nele o trabalho, aparentemente, deixa de ser elemento central da vida cotidiana, mas se materializa nas escolhas e nos sentidos que os sujeitos dão a suas ações e nas inúmeras emoções que emergem a partir desse novo lugar social. Os indivíduos somente se sentem sujeitos enquanto trabalhadores, inseridos nessa

lógica na qual são educados ao longo de toda a vida. Por esse viés, entende-se o papel exercido pelo trabalho que simbólica e efetivamente tem o valor da própria existência dos sujeitos.

Por meio de muitos depoimentos, pode-se também evidenciar a centralidade do trabalho como forma de manutenção da própria existência. Ele perpassa e direciona toda a vida dos sujeitos, o desenvolvimento dessa atividade, mesmo sob as condições mais adversas, propicia prazer aos sujeitos, reconhecimento e realização pessoal. Essas foram algumas categorias temáticas identificadas na investigação. Salienta-se ainda que existe a vivência de diferentes velhices e que um grande número de sujeitos explorados chega a ela adoecidos – fisicamente e subjetivamente –, em razão das condições as quais foram expostos ao longo da vida. Boa parte da classe que vive do trabalho expressa preocupações quanto à velhice e sua própria sobrevivência: não podemos envelhecer, precisamos ser produtivos, precisamos continuar trabalhando. Na pesquisa, nota-se uma enorme fragmentação da classe trabalhadora pela disparidade salarial, sendo que as capacidades de consumo se vinculam à forma com que cada sujeito vive esse momento.

Observa-se que as participações dos sujeitos nos grupos ofertados servem, muitas vezes, como forma de se sentirem produtivos, além de ser apontado a realização pessoal de alguns que só puderam ter acesso ao ensino de música na velhice. Porém, numa análise crítica, conclui-se que esses grupos ofertados pelo Estado como forma de algum tipo de política social servem também para a manutenção da ordem social, promovendo a adaptação e a socialização dos trabalhadores e trabalhadoras. Esses grupos amenizam os sofrimentos particulares desse momento da existência, despotencializando os sujeitos que podiam entrar no combate ao sistema. Tais grupos de acesso público e gratuito acabam sendo o refúgio social e subjetivo de vários idosos, mas é preciso ter consciência de sua real função numa sociedade regida pelo capital, realidade essa que pode ser um objeto para pesquisas futuras.

No que se refere aos significados sociais da vivência da aposentadoria na velhice, identifica-se que é concebida como o lugar do ócio, de não ter nada para fazer, da improdutividade e incapacidade que se associa à chegada da morte. Os sentidos que os sujeitos dão aos significados sociais são perpassados pelo embate, pois ao mesmo tempo que eles subjetivam essa realidade, se opõem a ela pela via da procura por uma vida produtiva, ativa, na busca de um engajamento social. A aposentadoria na velhice é sentida como liberdade e realização, o lugar de poder realizar tudo que não haviam conseguido até então.

As categorias apresentadas referentes a esse objeto possibilitam um olhar reflexivo e crítico que permite pensar em maneiras de promover um diálogo com trabalhadores e

trabalhadoras, aposentados e aposentadas. Isso a fim de repensar os modos de produção capitalista, na promoção, permanência da cidadania, dos direitos políticos e sociais alcançados pela luta coletiva. Os limites impostos pela ordem do capital são compreendidos. Uma formação de subjetividade rica, livre e emancipada só poderá emergir de um outro tipo de organização social, mas não se pode deixar de combater a violência e a exploração da classe trabalhadora. É preciso ouvir as vozes que sofrem e, pela luta coletiva, buscar uma sociedade menos desigual.

Assim, do fenômeno da aposentadoria, entendida de maneira ampla e multifacetada, se constitui como um campo aberto a investigações. Os resultados aqui alcançados são limitados, pois entendemos a complexidade dessa categoria da realidade. Portanto, esta investigação abriu novos questionamentos, mormente sobre o novo lugar da velhice e da aposentadoria na sociabilidade do capital. Por fim, como trabalhadora, coloco-me na luta, sempre com o objetivo de poder identificar formas de construir novos caminhos, na busca de uma sociedade emancipada, em que se possa viver uma subjetividade rica e consciente, desenvolvendo por meio da pesquisa, práticas emancipatórias.

## Referências

- Abs, D., & Monteiro, J. K. (2010). Práticas da psicologia clínica em face do sofrimento psíquico causado pelo desemprego contemporâneo. *Psicologia em Estudo*, 15(2), 419-426.
- Alves, G. (2012). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.
- Andrade, P. R. O. (2017). *O trabalho e seus sentidos: Um olhar na perspectiva do aposentado*. (Dissertação de mestrado). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Brasil.
- Antunes, R. (2009). A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In R. Antunes (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (pp. 15-25). São Paulo: Boitempo Editorial.
- Antunes, R. (2010). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Appel-Silva, M., & Biehl, K. (2006). Trabalho na pós-modernidade: crenças e concepções. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 6(2), 518-534.
- Asbahr, F. S. F. (2014). Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(2), 265-272. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182744>.
- Assis, L. G. C. (2016). *O trabalho dos analistas judiciários no TRE/MA: análise do impacto do trabalho na subjetividade e nas condições de saúde*. (Dissertação de mestrado). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil.
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Behring, E. T., & Boschetti, I. (2009). *Política social: fundamentos e história*. (6a ed.). São Paulo: Cortez.
- Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., & Malvezzi, S. (2010). Paradigmas, eixos temáticos e tensões na PTO no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 281-289. doi: 10.1590/S1413-294X2010000300008
- Benedito, J. C. (2017). Melhor idade para quem? As novas terminologias para designação da velhice. In S. M. Teixeira (Org.). *Envelhecimento na Sociabilidade do Capital* (pp. 217-234). Campinas: Papel Social.
- Bernardo, M. H. J. (2017). A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. In S. M. Teixeira (Org.). *Envelhecimento na Sociabilidade do Capital* (pp. 53-74). Campinas: Papel Social.
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (n.d.). *Sobre a BDTD* [Página da Web]. Recuperado de <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

- Boehs, S. T. M., Medina, P. F., Bardagi, M. P., Luna, I. N., & Silva, N. (2017). Revisão da literatura latino-americana sobre aposentadoria e trabalho: Perspectivas psicológicas. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 17(1), 54-61. doi: 10.17652/rpot/2017.1.11598
- Both, T. L. (2004). *Jubilamento: o interdito de uma vida de trabalho e suas repercussões na velhice*. (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Bresser, L. C. (1997). *A Reforma do estado dos anos 1990: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organizational analysis*. Londres: Heinemann Educational Books.
- Cardoso, A. C. M. (2007). *Tempos de Trabalho, Tempos de não trabalho: vivências cotidianas de trabalhadores* (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Carvalho, S. R., & Martins, L. M. (2017). Idade adulta, trabalho e desenvolvimento psíquico: a maturidade em tempos de reestruturação produtiva. In L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 267-292). Campinas, SP: Autores Associados.
- Chrisostomo, A. C. R. (2009). *O trabalho segundo a visão de um grupo de aposentados*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (n.d.). *Conheça o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes* [Página da Web]. Recuperado de [https://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02\\_bt\\_sobre.html](https://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02_bt_sobre.html)
- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: As trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v12i2p189-202
- Coutinho, M. C. (2015). Psicologia social do trabalho em dois tempos. In: M. C. Coutinho, O. Furtado, & T. R. Raitz (Orgs.). *Psicologia social e Trabalho: perspectivas críticas* (pp. 02-16). Florianópolis, SC: Edições do Bosque.
- Coutinho, M. C., & Oliveira, F. (2017). Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: práticas cotidianas, processos de significação e identidades. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia social do trabalho* (p. 81-102). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Debert, G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP, FAPESP
- Debert, G. (2006). Velhice ou terceira idade? In M. M. L. Barros (Org). *Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política* (pp. 49-67). Rio de Janeiro: FVG.
- Demo, P. (1985). *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas.

- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (2015). A importância da organização sindical dos trabalhadores. *Nota Técnica*. (151), 1-11. <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec151ImportanciaSindicatos.pdf>
- Duarte, N. (2004). A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade alienada. In N. Duarte (Org). *Crítica ao fetichismo da individualidade* (p. 219-242). Campinas: Autores Associados.
- Duarte, N. (2013). *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação da individualidade humana*. Campinas: Autores Associados.
- Engels, F., & Marx, K. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauere Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo. (Publicado originalmente em 1845-1846).
- Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cad. Cedes*, 24(62), 64-81. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100005>
- Gamboa, S. A. S. (2011). O debate da pós-modernidade: as teorias do conhecimento em jogo. *Filosofia e Educação (Online)*, 2(2), 74-98. <https://doi.org/10.20396/rfe.v2i2.8635492>
- Gaskell, G., & Bauer, M.W. (2015). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gomes, R. (2002). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (21a ed.). (pp. 67-80). Petrópolis: Editora Vozes.
- Gonçalves, M. G. M. (2007). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade. In A. M. B. Bock; M. G. M. Gonçalves & O. Furtado. *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica da psicologia*. (p.53-75). São Paulo: Cortez.
- Gramsci, A. (1984). *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Grisci, C. L. I. (1999). Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da psicologia nas organizações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 19(1), 2-13.
- Guerra, B. M. M., & Jimenez, S, V. (2016). *Tornar-se indivíduo: bases ontológicas e processo histórico*. Sobral: Edições UVA.
- Haddad, E. G. M. (2017a). *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez Editora.
- Haddad, E. G. M. (2017b). O contexto neoliberal e suas refrações na questão do envelhecimento. In S, M. Teixeira (Org.). *Envelhecimento na Sociabilidade do Capital* (pp. 119-141). Campinas: Papel Social.
- Haguette, T. M. F. (2010). *Metodologia Qualitativas na Sociologia*. (12a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Heloani, R. (2003) *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas.

- Húngaro, E. M. (2014). A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In C. Cunha, J. V. Sousa, & M. A. Silva. (Orgs.). *O método dialético na pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019a). *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação* [Página da Web]. Recuperado de: [www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html](http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019b). *O que é desemprego* [Página da Web]. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- Justo, J. S. & Rozendo, A. S. (2010). A velhice no Estatuto do Idoso. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 10(2), 471-489.
- Konder, L. (2009). *O marxismo na batalha das ideias* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Krein, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo social*. 30(1), 77-104.
- Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973*. Altera a legislação de previdência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, Brasília.
- Leontiev, A. N. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Leontiev, A. N. (2014). Atividade e Consciência. In. *Revistas Dialectus*. 2(4), 184-210. Tradução: Marcelo José de Souza e Silva
- Lessa, S. (2007). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez.
- Lessa, S., & Tonet, I. (2011). *Introdução à filosofia de Marx*. 2a edição. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular.
- Lima, P. M. R. (2013). *Tempus fugit...carpe diem: Poiesis, velhice e psicanálise*. (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Lima, S. A. (2018). *A dimensão subjetiva do trabalho em redes de cooperação de economia solidária: um estudo de caso*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Lowy, M. (1978). Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais. In. *Método Dialético e Economia Política*. 2º ed. Rio de Janeiro: Cortez.

- Lukács, G. (2013). O trabalho. In G. Lukács. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Mannoni, M. (1995). *O nomeável e o inominável: a última palavra da vida*. Trad de D. D. Estrada. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Marra, A. V. (2013). *Identidade, trabalho e construção social da aposentadoria para executivos*. (Tese de doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Martín-Baró, I. (1989). Psicologia Política do Trabalho na América Latina (2014, Fernando Lacerda Jr., trad.). *Psicologia Política*, 14(30), 609-624.
- Martins, L. M. (2017). Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. In L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 13-34). Campinas, SP: Autores Associados.
- Marx, K. (2018). *O capital: Crítica da economia política*. (2a ed.). São Paulo: Boitempo. (Publicado originalmente em 1867).
- Messy, J. (1999). *A Pessoa Idosa não existe: uma abordagem psicanalítica da velhice*. São Paulo: Editora Aleph.
- Meszáros, I. (2002). *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Meszáros, I. (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo
- Meszáros, I. (2009). Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In R. Antunes (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (11a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626.
- Moreira, J. O. (2011). Imaginários sobre aposentadoria, trabalho, velhice: estudo de caso com professores universitários. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 541-550.
- Moroz, M., & Gianfaldoni, M. H. (2006). *O processo de pesquisa: iniciação*. Brasília: Líber Livro.
- Navarro, V. L., Maciel, R. H., & Matos, T. G. R. (2017). A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia social do trabalho* (pp. 25-49). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Nóbrega-Therrien, S. M., & Therrien, J. (2004). Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. *Estudos em Avaliação Educacional*, 15 (30), 5-16. doi: <http://dx.doi.org/10.18222/aeae153020042148>
- Peixoto, C. (2006). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In M. M. L. Barros (Org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política*. (p.69-84). Rio de Janeiro: FVG.
- Periódicos Eletrônicos em Psicologia. (n.d.). *PePSIC* [Página da Web]. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/>
- Portal Prefeitura de Goiânia (n.d.). *Proteção Social Básica - Assessoria de proteção especializada a pessoa Idosa* [Página da Web]. Recuperado de <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/site.asp?s=782&m=1755>
- Rammingir, T., & Nardi, H. C. (2008). Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 12(25), 339-346.
- Reis, C. W. (2011). *A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-cultural*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil.
- Reis, C. W. & Facci, M. G. D. (2017). A velhice sob o enfoque da psicologia histórico-cultural. In L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 293-318). Campinas, SP: Autores Associados.
- Resende, A. C. A. (2001). Subjetividade em tempos de reificação: um tema para a psicologia social. *Estudos: vida e saúde*, 28, 77-92.
- Ribeiro, A. C. A., Mattos, B. M., Antonelli, C. S., Canêo, L. C., & Júnior, E. G. (2011). Resiliência no trabalho contemporâneo: promoção e/ou desgaste da saúde mental. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 623-633.
- Rosa, C. M., & De Vilhena, J. (2016). O silenciamento da velhice: apagamento social e processos de subjetivação. *Revista Subjetividades*, 16(2), 9-19.
- Rossetto, R., & Brabo, G. (2009). A constituição do sujeito e a subjetividade a partir de Vygotsky: algumas reflexões. *Travessias*, 3(1), 1-11. Recuperado de <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3238/2553>
- Rosler, J. H. (2014). Trabalho, educação e psicologia na sociedade contemporânea: a formação do indivíduo no contexto da atual reestruturação produtiva. In M. E. M. Meira, & M. G. D. Facci (Orgs.). *Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. (pp. 93-118). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sato, L. (2009). Trabalho: sofrer? Construir-se? Resistir?. *Psicologia em Revista*, 15(3), 189-199.

- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: a psicologia e o trabalho não regulado. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(spe1), 99-110. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v16ispe1p99-110>
- Sato, L. (2017). Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia social do trabalho* (pp. 151-174). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sato, L., Bernardo, M. H., & Oliveira, F. (2008). Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicología para América Latina*, (15). Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2008000400010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400010)
- Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da psicologia social do trabalho. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia social do trabalho* (pp. 11-26). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schweitzer, L., Gonçalves, J., Tolfo, S. R., & Silva, N. (2016). Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 16(1), 103-116. doi: 10.17652/rpot/2016.1.680
- Scientific Eletronic Library Online (n.d.). *Scielo* [Página da Web]. Recuperado de <http://www.scielo.br/?lng=pt>
- Silva, M. M., Turra, V., & Chariglione, I. P. F. S. (2018). Idoso, depressão e aposentadoria: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(2), 119-136. doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i2.2858>
- Simões, F. I. W. (2008). *A constituição do mundo psíquico e as doenças relacionadas ao trabalho*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, Brasil.
- Soares, C. S. (2018). *O que é ruim para o aposentado é a falta de reconhecimento do que você foi: as repercussões da aposentadoria na subjetividade de desembargadores inativos*. (Dissertação de mestrado). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil.
- Teixeira, S. M. (2017). *Envelhecimento na sociabilidade do capital*. Campinas, SP: Papel Social.
- Triviños, A. N. S. (2008). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Tuleski, S. C. & Eidt, N. M. (2017). A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In L. M. Martins, A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 35-62). Campinas, SP: Autores Associados.
- Veronese, M. V., & Guareshi, P. (2005). Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da Psicologia Social Crítica. *Psicologia & Sociedade*, 17 (2), 58-69.

- Vigotski, L. S. (1991). *A transformação socialista do homem*. Tradução Marxists Internet Archive, english version, Nilson Dória. Recuperado de: <http://www.marxists.org>.
- Vigotski, L. S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S.; & Luria, A. R. (2007). *El instrumento y el signo en el desarrollo del niño*. Madri Fundación Infancia y Aprendizage.

## Anexos

### Anexo A – Termo de Anuência

#### TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

O/A Departamento de Idosos da Secretaria Municipal de Assistência Social da cidade de Goiânia está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado *Trabalho e Subjetividade: uma análise psicossocial da aposentadoria na velhice*, coordenado pelo(a) pesquisador(a) *Hugo Leonardo Fonseca da Silva*, desenvolvido em conjunto com o pesquisador *Katiuscia Ribeiro De Almeida Soares* na Faculdade de Educação, no programa de pós-graduação em Psicologia da **Universidade Federal de Goiás**.

O Departamento de Idosos, da Secretaria Municipal de Assistência Social assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de *novembro de 2019 até dezembro de 2019*.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, 26 de setembro de 2019.

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

Secretaria Municipal de Assistência Social

Departamento de Atendimento ao Idoso

Rua 25- A s/n esquina com Avenida República do Líbano - St. Aeroporto, Goiânia – GO

Email: [semas.comunicação@gmail.com](mailto:semas.comunicação@gmail.com)

Telefone: (62) 3524-2666

## Apêndices

### Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos a Senhor/Senhora para participar da Pesquisa : “Trabalho e Subjetividade: uma análise psicossocial da aposentadoria na velhice ” sob a responsabilidade da pesquisadora Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares, psicóloga mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, a qual pretende compreender e analisar os sentidos e significados da aposentadoria para idosos que participam dos programas ofertados pelo Departamento de Atendimento ao Idoso da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A sua participação é voluntária. Será realizada uma entrevista com perguntas relacionadas à sua aposentadoria em conjunto com as atividades de trabalho realizadas durante sua vida e como você vivência a aposentadoria atualmente. A sessão da entrevista tem duração prevista de 60 minutos, será gravada em áudio e realizada no Departamento de Atendimento ao Idoso na Secretaria Municipal de Assistência Social. Os registros dos dados coletados serão armazenados com a pesquisadora e usados apenas para fins científicos.

Sabe-se que toda pesquisa pode gerar riscos e benefícios para o seu participante. Entre os benefícios que a realização desta pesquisa pode proporcionar, está, principalmente, a oportunidade de falar sobre como se sente após a aposentadoria, seus medos e anseios.

Por outro lado, os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são leves, como por exemplo, sentir algum tipo de desconforto emocional decorrente da mobilização de conteúdos psicológicos presentes na entrevista. Nesses casos, será garantido ao Senhor/Senhora o acompanhamento e assistência psicológica se for necessário.

Caso decida consentir em participar da pesquisa, terá todo o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O Senhor/Senhora não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração, porém, caso haja danos decorrentes da realização da pesquisa, a senhora poderá solicitar indenização. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo resguardado total sigilo.

Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, o Senhor/ Senhora poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres

Humanos da Universidade Federal de Goiás, situada na Alameda Flamboyant, quadra K, edifício K2, sala 110, piso 1. Campus Samambaia, Goiânia-Goiás, ou pelos telefones: (62) 3521-1215, (62) 3521- 2045. Horário de Funcionamento de segunda-feira à sexta-feira.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título da Pesquisa: “Trabalho e Subjetividade: análise psicossocial da aposentadoria na velhice”.

Pesquisadora Responsável: Psicóloga Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares. Telefone para contato: (62) 993432516. E-mail: [katysoarespsico@gmail.com](mailto:katysoarespsico@gmail.com)

Orientador da Pesquisa: Prof.<sup>a</sup> Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva. Telefone para Contato: (62) 98108-4994. E-mail: [hgleofs@gmail.com](mailto:hgleofs@gmail.com)

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO:

Eu, \_\_\_\_\_, portadora do RG \_\_\_\_\_, fui informada sobre a pesquisa, seus riscos e benefícios, sobre minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. E também autorizo o uso dos dados colhidos por meio da entrevista para estudo e publicação. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim, pela pesquisadora e pelo orientador da pesquisa, ficando uma via para a pesquisadora responsável e outra para mim.

Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Assinatura da Participante

---

Assinatura da Pesquisadora Responsável

---

Assinatura do Orientador da Pesquisa

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ E FILMAGEM**

Eu, \_\_\_\_\_, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “ Trabalho e subjetividade: uma análise psicossocial da aposentadoria na velhice” poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte. Compreendo que será necessária a realização de filmagem nesta pesquisa, apenas durante a realização do grupo focal. Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos: 1. poderei ler a transcrição de minha gravação; 2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais; 3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas; 4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização; 5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável pela pesquisa (Katiúscia Ribeiro de Almeida Soares), e após esse período, serão destruídos e, 6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e/ou filmagem e transcrição de minha entrevista.

Goiânia, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

---

Assinatura do (a) participante da pesquisa

---

Assinatura da pesquisadora responsável

## Apêndice B – Roteiro de Entrevistas Semiestruturadas<sup>14</sup>

01 – Aposentadoria:

Roteiro de entrevista:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Tempo que está aposentado: \_\_\_\_\_

Renda mensal: \_\_\_\_\_ Composição Familiar: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Mora com quem: \_\_\_\_\_

Perguntas disparadoras:

Me fale de sua história de vida

Conte-me de seu ingresso no trabalho e de sua vida como trabalhador (quando, onde, se aprendeu e exerceu alguma profissão, das relações, amizades, vínculos, decepções, conquistas, dificuldades, lutas....)

### 01 – Sobre os ciclos de vida e a velhice:

- Me fale sobre sua infância e juventude (família, origem, situação econômica e social, acesso à escolarização, início no trabalho)
- Qual era o papel do trabalho nesse período de sua vida?
- Você estudou até eu etapa de ensino? Isso fez ou faz alguma diferença na sua vida?
- Você se lembra como enxergava as pessoas velhas no período de sua mocidade? Que juízo fazia das pessoas velhas ou o que pensava delas, quando ainda jovem?
- E hoje, o que significa ser uma pessoa velha para você? Você se reconhece como velho/a? por que?
- O que significou sua passagem da juventude para a velhice? Percebeu ou percebe mudanças nas condições de saúde, nos vínculos com as pessoas (família, amigos, amantes, crianças, jovens e adultos), na situação econômica e na vivência de experiências com a cultura (estudos, artes, religião, etc.)? Quais são essas mudanças?
- Ser/estar velho/a teve alguma influência sobre a decisão de se aposentar e deixar o trabalho? Fale-me sobre isto.
- A velhice tem causado dificuldades ou criado oportunidades na sua vida pessoal? Poderia nos explicar?

<sup>14</sup> - Este instrumento será utilizado nas entrevistas individuais e, também, no Grupo Focal.

**02 - Sobre o Trabalho:**

- O que o trabalho significa para você?
- Conte-me de seu ingresso no trabalho e de sua vida como trabalhador (quando, onde, se aprendeu e exerceu alguma profissão, das relações, amizades, vínculos, decepções, campo ou cidade, empregos formais ou informais, conquistas, dificuldades, lutas....)
- O que o ingresso no mercado de trabalho significou na sua vida?
- Conte-me de suas experiências profissionais? Do que trabalhou ao longo da vida? Tem alguma profissão específica? Quais os trabalhos mais importantes na sua vida?
- Durante sua vida de trabalhador passou por períodos constantes de desemprego?
- A escola/o estudo influenciou de alguma maneira sua vida como trabalhador? Conte-me mais sobre isto.
- Você gostava de trabalhar? O que mais o motivava nos trabalhos?
- E o que você não gostava em suas experiências de trabalho?
- Por causa do trabalho você se sentia mais livre? Autônomo? Útil? Por que?
- Suas relações se ampliaram no trabalho? Participou de outros espaços como clubes, associações, espaços de integração, organizações sindical e políticas quando trabalhava? Quais? Que importância isto teve na sua vida?
- Você chegou a sentir/perceber se o avançar da idade influenciou no seu trabalho? (seja no rendimento, no trato que recebia dos chefes/patrões, das oportunidades de emprego ou carreira, do tempo entre emprego e desemprego, nos salários)
- Quanto tempo esteve empregado durante sua vida de trabalhador?

**03 - Aposentadoria :**

- Quando e como você se aposentou?
- Na sua opinião, você se aposentou no momento certo/adequado? Por que?
- O que você pensava sobre aposentadoria? Como pensa atualmente?
- Ser identificado como aposentado te traz algum sentimento? Explique o porque.
- Como você acha que as pessoas veem os aposentados? Por que pensa isto?
- Seu tempo hoje é preenchido com quais atividades? (o que ocupa seu tempo depois de aposentado?) Gostaria de se envolver com outras atividades? Quais? Por que? O que impede?
- A velhice ou a aposentadoria, ou ambas, te fazem se sentir menos útil, disposto, feliz ou com projetos de vida? Por que?
- Estar aposentado mudou o que na sua vida? Explique isto, por favor.
- Estar aposentado significou parar de trabalhar para você? Fale mais sobre o assunto.
- O que você recebe de benefício atende as suas necessidades? Por que? (caso não, o que tem feito para suprir)
- A aposentadoria abriu oportunidades para sua vida ou criou dificuldades? Comente mais sobre essa questão.